



Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Instituto de Geociências – IG

Trabalho de Conclusão de Curso

“CIDADE DA TUBERCULOSE”: doença, saúde e
transformações urbanas em São José dos
Campos (1935-1941)

Gustavo Palma de Andrade Santos

Campinas/SP

2023



Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Instituto de Geociências – IG

Trabalho de Conclusão de Curso

“CIDADE DA TUBERCULOSE”: doença, saúde e transformações urbanas em São José dos Campos (1935-1941)

Aluno: Gustavo Palma de Andrade Santos

Orientadora: Ana Silvia Volpi Scott

Coorientador: Vicente Eudes Lemos Alves

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como requisito para a obtenção do título de Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Campinas/SP

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Fabiana Benine - CRB 8/6812

Sa59c Santos, Gustavo Palma de Andrade, 2000-
"Cidade da tuberculose" : doença, saúde e transformações urbanas em São José dos Campos (1935-1941) / Gustavo Palma de Andrade Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Ana Silvia Volpi Scott.

Coorientador: Vicente Eudes Lemos Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Urbanização. 2. Tuberculose - São José dos Campos (SP). 3. Sanatórios - São José dos Campos (SP) - História. 4. Jornais brasileiros - São Paulo (SP). 5. População - História. I. Scott, Ana Silvia Volpi, 1959-. II. Alves, Vicente Eudes Lemos, 1967-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: "City of tuberculosis": disease, health and urban infrastructure development in São José dos Campos (1935-1941)

Palavras-chave em inglês:

Urbanization

Tuberculosis - São José dos Campos (São Paulo, Brazil)

Sanatoriums - São José dos Campos (São Paulo, Brazil) - History

Brazilian newspapers - São Paulo (São Paulo, Brazil)

Population - History

Titulação: Bacharel e Licenciado

Banca examinadora:

Ana Silvia Volpi Scott [Orientador]

Cristina de Campos

Lucas Pinto Seixas

Data de entrega do trabalho definitivo: 13-12-2023

Dedico este trabalho a meu avô, Dedé (*in memoriam*)

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus orientadores por todo o apoio na realização deste trabalho. Agradeço à professora Ana Silvia por ter incentivado e motivado a elaboração e o desenvolvimento da pesquisa, mesmo com os percalços que encontramos ao longo dela. Ao professor Vicente, agradeço por ter me auxiliado em pesquisas e trabalhos em outros momentos ao longo do curso, e por ter me coorientado neste. Agradeço, também, à FAPESP, que financiou a iniciação científica que deu origem a este trabalho, por meio do Processo nº 2022/15000-5.

Expresso minha gratidão a todos os professores e trabalhadores que possibilitaram a minha formação desde o Ensino Básico. Muitos deles me marcaram por sua dedicação à profissão e a atenção que me dispensaram em conversas sobre temas que iam desde conteúdos disciplinares até questões de filosofia de vida. Menciono, em especial, os professores Fidalgo e Almir, que me apresentaram à beleza da ciência geográfica durante o ensino médio, e Wenceslao, que orientou minha primeira iniciação científica e foi um divisor de águas na minha vida acadêmica. Agradeço, ainda, aos funcionários e estagiários da Fundação Cultural Cassiano Ricardo e do Arquivo Público Municipal de São José dos Campos por todo o apoio prestado na consulta aos registros históricos da cidade. Sem esse apoio, parte da pesquisa não teria sido possível.

A meus amigos, gostaria de retribuir as influências, diretas e indiretas, na realização desta pesquisa. Aos amigos de São José (em especial, Isabella, Lorena e Victoria), o agradecimento pela companhia nas visitas ao Vicentina Aranha, que anos depois me despertaram o interesse em estudar essa época da história da cidade. Aos amigos da Unicamp, agradeço por toda a companhia e os momentos que tivemos juntos ao longo do curso, e também às sugestões estéticas, teóricas e práticas na montagem deste (e dos muitos outros) trabalhos (em especial, Jaqueline, Melina, Sérgio e Betânia).

Deixo ainda uma importante menção à Bateria Alcalina e ao Bloco Cultural União Altaneira, por todos os aprendizados, amizades e trocas que a batucada me proporciona desde 2019. Os ensaios, as apresentações e os carnavais que tivemos sempre foram momentos de felicidade para mim, que com certeza me marcaram profundamente. Como agradecimento, uso um verso de uma das minhas músicas favoritas do bloco: *Meu coração vive na lei do teu poder, axé, beleza e fé.*

*Cada pedra colocada na construção de uma cidade é como uma letra no alfabeto da
civilização.
(Araújo Porto Alegre, século XIX)*

*Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.
Mandou chamar o médico:
– Diga trinta e três.
– Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
– Respire*

.....
– O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.
– Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
– Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.
(Pneumotórax, Manuel Bandeira, 1930)

*Como reza toda tradição,
É tudo uma grande invenção
(O Mistério do Samba, Mundo Livre S/A, 2000)*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela tuberculose no processo de urbanização de São José dos Campos em sua “fase sanatorial” (Bondesan, 1967; Almeida, 2008), período no qual a cidade foi um dos principais centros de tratamento da doença no estado de São Paulo. O estudo delimita-se entre 1935, ano em que o município se tornou Prefeitura Sanitária, e 1941, quando foi inaugurado o sistema de abastecimento de águas urbano. A análise baseia-se na categoria *território usado* (Raffestin, 1993; Santos, 2005, 2020), com o propósito de compreender as diferentes visões da elite local para o uso do território municipal. Foi realizada uma abordagem interdisciplinar, recorrendo a fontes e métodos da História e da Demografia para apreender o contexto dessas transformações. Utilizam-se como fontes primárias dois jornais locais da época, disponibilizados pelo Arquivo Público Municipal de São José dos Campos, três censos demográficos nacionais (1920, 1940 e 1950) e três plantas cartográficas do perímetro urbano da cidade. As notícias dos jornais são analisadas por meio da metodologia de análise de enquadramento (*framing analysis*), que possibilita questionar os vieses implícitos na forma como um determinado acontecimento está sendo noticiado (Luca, 2006; Semetko; Valkenburg, 2000; Soares, 2006). Como resultado, foi possível identificar os principais atores e grupos da política local e os conflitos ocorridos entre eles, em especial os referentes às obras de infraestrutura urbana e de prevenção da tuberculose.

Palavras-chave: Urbanização; Tuberculose – São José dos Campos (SP); Sanatórios – São José dos Campos (SP) – História; Jornais brasileiros – São Paulo (SP); População – História

Abstract

This project aims to analyse the role tuberculosis had on the urbanization of the municipality of São José dos Campos during its “phase of sanatoriums” (Bondesan, 1967; Almeida, 2008), in which the city was an important centre of treatment for the disease on the state of São Paulo. The study is delimited between 1935, when the city became a Sanitary Prefecture, and 1941, when the urban water supply system was inaugurated. The analysis is made with the category *used territory* (Raffestin, 1993; Santos, 2005, 2020) to understand the different opinions of local elite on how to utilize the municipality’s territory. Sources and methods from History and Demography are utilized on an interdisciplinary approach. The primary sources are local newspapers from the 1930s, three demographic census (1920, 1940 and 1950) and three cartographic plans of the city urban perimeter. The newspaper articles are scrutinized through framing analysis method, questioning implicit biases of its redactors (Luca, 2006; Semetko; Valkenburg, 2000; Soares, 2006). As results, the main actors and political groups and its conflicts were identified, particularly those associated with the urban infrastructure projects and the prevention of tuberculosis.

Keywords: Urbanization; Tuberculosis - São José dos Campos (São Paulo, Brazil); Sanatoriums - São José dos Campos (São Paulo, Brazil) – History; Brazilian newspapers - São Paulo (São Paulo, Brazil); Population - History

Lista de ilustrações

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Brasão de armas do município de São José dos Campos..... | 13 |
| Figura 2 – Prefeito Rodolpho Mascarenhas e funcionários públicos (1934) | 57 |
| Figura 3 – Edifício da Escola Normal e do Paço Municipal (1930)..... | 60 |
| Figura 4 – Charge crítica a José Américo publicada na capa do Correio Joseense . | 64 |
| Figura 5 – Sanatório Ruy Dória (s./d.)..... | 68 |
| Figura 6 – Carroça-tanque suprindo-se de água para distribuição domiciliar (1930) | 72 |
| Figura 7 – Fotografias do Correio anunciando a conclusão da obra do sistema de abastecimento de águas (1939) | 79 |
| Figura 8 – Fotografia da visita de Ademar à São José dos Campos (1941) | 80 |
| Figura 9 – Terreno baldio em São José dos Campos (1930) | 82 |
| Figura 10 – Vista da Av. Mário Galvão, com a estação da EFCB ao fundo (1930) ... | 84 |
| Figura 11 – Trecho da Avenida 15 de Novembro (1930) | 85 |
| Figura 12 – Praça Afonso Pena (1930) | 87 |
| Figura 13 – Igreja São Benedito (s./d.)..... | 87 |
| Figura 14 – Sede da Santa Casa de Misericórdia na Praça Afonso Pena (1930) | 88 |
| Figura 15 – Theatro S. José (década de 1930) | 91 |
| Figura 16 – Pavilhão central do Sanatório Vicentina Aranha (década de 1930) | 93 |
| Figura 17 – Portaria do Sanatório Ezra (s./d.) | 94 |
| Figura 18 – Divulgação da quermesse na capa do Correio em maio de 1938 | 97 |
| Figura 19 – Bandeira municipal de São José dos Campos..... | 106 |
| Mapa 1 – Tuberculosos indigentes matriculados e atendidos pelo Centro de Saúde de São José dos Campos segundo a origem e data de registro (1938) | 48 |
| Mapa 2 – Planta da cidade de S. José dos Campos (1938) | 52 |
| Mapa 3 – Estância Hidromineral e Climatérica de S. José dos Campos (1938) | 77 |
| Mapa 4 – Planta da Estância de São José dos Campos (1952) | 103 |
| Quadro 1 – Tipologia do enquadramento das notícias..... | 33 |
| Quadro 2 – Excerto da planilha de análise dos dados dos jornais | 36 |

Lista de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Evolução da população nos municípios e distritos do Vale do Paraíba (1920-1950), em valores absolutos e em taxa de crescimento geométrico | 39 |
| Tabela 2 – Tuberculosos indigentes matriculados e atendidos pelo Centro de Saúde de São José dos Campos segundo a origem e data de registro (1938)..... | 49 |
| Tabela 3 – População economicamente ativa de São José dos Campos por setor, em valores absolutos e percentuais (1920-1950)..... | 50 |

Lista de abreviaturas e siglas

- APESP** – Arquivo Público do Estado de São Paulo
- A.P.I.** – Associação Paulista de Imprensa
- APMSJC** – Arquivo Público Municipal de São José dos Campos
- CIAM** – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CTA** – Centro Técnico da Aeronáutica
- EFCB** – Estrada de Ferro Central do Brasil
- FUMEST** – Fundo de Melhoramento das Estâncias
- INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- LASCT** – Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose
- LPCT** – Liga Paulista Contra a Tuberculose
- PC** – Partido Constitucionalista de São Paulo
- PRP** – Partido Republicano Paulista
- S.P.E.S.** – Seção de Propaganda e Educação Sanitária

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO E CIDADE | 14 |
| 2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO..... | 14 |
| 2.2 O TERRITÓRIO E O TERRITÓRIO USADO..... | 18 |
| 2.3 A CIDADE..... | 21 |
| 2.4 A QUESTÃO URBANA E O PLANEJAMENTO URBANO | 24 |
| 3. FONTES E METODOLOGIA | 27 |
| 3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 27 |
| 3.2 BASES CARTOGRÁFICAS E FOTOGRÁFICAS..... | 28 |
| 3.3 FONTES DE DADOS PRIMÁRIOS..... | 29 |
| 4. DA CRISE ECONÔMICA À “INDÚSTRIA DA TUBERCULOSE”: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX | 37 |
| 5. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: ATORES E CONFLITOS | 53 |
| 5.1 POLÍTICA E ELEIÇÕES LOCAIS..... | 56 |
| 5.2 A PREFEITURA SANITÁRIA E A AUTONOMIA MUNICIPAL..... | 66 |
| 5.3 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | 71 |
| 5.4 CALÇAMENTO DAS RUAS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 81 |
| 5.5 AJARDINAMENTO DA PRAÇA AFONSO PENA..... | 86 |
| 5.6 O CINEMA MUNICIPAL | 90 |
| 5.7 COMBATE À TUBERCULOSE: SANATÓRIOS, LASCT E PAVILHÃO DE HIGIENE | 92 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| 7. BIBLIOGRAFIA | 107 |

1. INTRODUÇÃO

As cidades possuem grande importância e relevância no período atual da História por abrigarem mais da metade da população mundial (Nações Unidas, 2022). Elas, além de abrigarem esse grande contingente populacional, também são a sede do poder que controla e garante as condições de acumulação e reprodução do capital, sendo, portanto, o centro do sistema capitalista (Rolnik, 1995). Esse papel central da cidade no sistema vigente é criado pela associação de três fatores experienciados pelos países em diferentes momentos, que resultam no rápido crescimento populacional: a revolução demográfica (iniciada pela queda das taxas de mortalidade) e os processos de industrialização e de urbanização (Nadalín, 2004; Rolnik, 1995).

O processo de urbanização é entendido aqui como a criação das condições materiais básicas para garantir a continuidade do processo produtivo e maximizar o lucro, por meio da instalação de infraestruturas e da concentração de população (Carlos, 2009; Rolnik, 1995). Apesar de ser uma tendência a nível mundial, ele ocorre de diferentes maneiras segundo as especificidades de cada lugar: se este é “um ponto onde se reúnem feixes de relações” (Santos, 2020, p.96), isso significa que as técnicas, ao se imporem sobre um lugar, interagem com o que já existia ali previamente, criando combinações únicas e tão diversas quanto forem os lugares. Em geral, este processo está associado ao acúmulo de capitais e à industrialização. O acúmulo de capitais, advindos do setor agropecuário ou do setor comercial, é condição para o investimento em atividades industriais: a renda passa a ser investida na mecanização da produção, para maximizá-la e aumentar a lucratividade. Esse investimento leva à criação de fábricas e, posteriormente, à industrialização, e a existência dessas plantas demanda a concentração de mão de obra em áreas próximas para sustentá-la (Rolnik, 1995).

No caso brasileiro, em geral associa-se o início do processo de industrialização nacional ao acúmulo de capitais pela elite cafeeira, que investia na criação de fábricas que auxiliassem na sua atividade, como na produção de sacas de café e na instalação de máquinas destinadas ao processamento dos grãos (Furtado, 2005). A esse capital, soma-se a imigração europeia, com a chegada da mão de obra industrial de origem italiana (Mamigonian, 1976). Este processo, que se

inicia nas décadas finais do século XIX, intensifica-se na década de 1930, quando o governo nacional passa a investir na criação de indústrias de base, a fim de modificar a estrutura econômica do país.

Na história de São José dos Campos, município localizado no interior do estado de São Paulo, o processo de urbanização destoa do ocorrido na capital estadual. Até meados do século XX, a cidade não havia prosperado economicamente na atividade agrícola, possuindo pouca relevância regional. O cenário local começa a mudar a partir da década de 1920, quando a cidade começa a se constituir como um centro de tratamento da tuberculose, num período chamado pela historiografia municipal de “fase sanatorial” (Bondesan, 1967; Almeida, 2008).

São José dos Campos, nessa época, valia-se da suposta existência de “bons ares” em sua região, que proporcionariam a “cura milagrosa” da tuberculose, para atrair pessoas acometidas pela doença na esperança de se curarem da peste branca – a fama foi incorporada ao brasão municipal em 1926¹, o qual se mantém preservado como símbolo até os dias de hoje (Figura 1). O grande número de doentes na cidade deu a ela a alcunha pejorativa de “cidade da tuberculose” (Fraga; Roque, 2010), pelo qual era conhecida nas cidades vizinhas. Se por um lado o município representava a esperança de cura para alguns, para outros ela era representação do temor: quando os trens da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) chegavam à estação da cidade, os passageiros sadios cobriam suas bocas com panos e máscaras, com medo de se contaminarem apenas por estarem no local (Vianna, 2010).

¹ O brasão municipal foi elaborado por Affonso de Taunay, diretor do Museu do Estado, em 1926. Nele, está inscrito o lema *aura terraque generosa* (“generosos são meus ares e minha terra”), além de trazer símbolos que aludem à história do município: indígenas guaianases, que habitavam a região antes da colonização; o rio Paraíba do Sul; espada, machado e bandeira dos bandeirantes, que desbravaram a região; o brasão do Morgado de Mateus, criador da vila que deu origem à cidade; e ramos de café, a atividade econômica anterior à fase sanatorial (Bondesan, 1967, p.41; Caldeira, 1934, p.107).

Figura 1 – Brasão de armas do município de São José dos Campos



Fonte: PMSJC, 2012

A proposta deste trabalho é compreender como a tuberculose influenciou o processo de urbanização de São José dos Campos, num período delimitado entre o decreto que transformou o município em Prefeitura Sanitária (1935) e o final da gestão José Longo (1941), no qual foram realizadas as principais obras de infraestrutura urbana. Tratando-se de um trabalho de conclusão de curso em Geografia, tem-se como objetivo a compreensão dos conflitos entre os atores políticos locais a partir da categoria de análise de *território usado*, a fim de desvendar os diferentes planos e propostas para a cidade e o modo como o jogo de forças entre elas se deu e se concretizou na forma de obras de transformação urbana. Para alcançar tal objetivo, recorre-se também a fontes e métodos da Demografia e da História, os quais possibilitam compreender a dinâmica populacional resultante do papel da cidade como centro de tratamento, analisando a sua evolução dentro do contexto regional e as mudanças em sua estrutura econômica, e localizar os atores e os debates da política local, com o propósito de apreender os discursos, as ideias e os ideais trazidos por eles. Têm-se, portanto, a valorização de uma abordagem interdisciplinar, agregando saberes das três áreas apresentadas.

2. ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO E CIDADE

O objetivo deste trabalho, como expresso anteriormente, é compreender as transformações urbanas ocorridas em São José dos Campos em decorrência de seu papel de recepção dos acometidos por tuberculose, constituindo-se como a “Cidade da Tuberculose” (Fraga; Roque, 2010), uma espécie de Canaã ou Meca dos tuberculosos (Amaral, 1930; A saúde [...], 1938, núm. 763), no sentido de ser destino obrigatório na “peregrinação” em busca da cura. Realizar-se-á neste capítulo uma discussão sobre os embasamentos teóricos que nortearam a análise do processo de urbanização da cidade.

Assim, esta seção se estrutura em três momentos. Inicialmente, será discutida a conceituação de *espaço geográfico*, a fim de caracterizar este objeto de estudo a partir de Santos (1997, 2020) e Corrêa (1986). Em seguida, serão apresentadas considerações sobre o *território* e o *território usado*, este último a categoria de análise privilegiada neste trabalho, com base em Raffestin (1993) e Santos (2005, 2020). Por fim, serão colocadas ponderações sobre cidades e planejamento urbano, utilizando como referenciais Rolnik (1995), Choay (2000) e Villaça (2004).

2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Tratando-se de uma ciência social, a Geografia busca entender, por meio de seu objeto de estudo – o espaço geográfico – a relação entre as sociedades e os meios físicos nos quais elas se desenvolvem. Não se trata, contudo, do estudo da relação entre dois entes separados – *Sociedade* e *Natureza* –, mas sim de compreender a imbricação entre eles, que estão intrinsecamente conectados na constituição do espaço geográfico. Definindo este como “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2020, p.62), isto é, como a união inseparável entre a materialidade e as funções desempenhadas por meio dela, pode-se pensar no espaço como um produto social que está em constante processo de transformação através da continuidade do trabalho humano ao longo do tempo (Santos, 1988).

Com o processo de sedentarização do ser humano, as sociedades começam a se constituir em locais fixos, nos quais o meio físico possui um duplo papel, sendo ao mesmo tempo *condicionante da* e *condicionado pela* sociedade

(Queiroz, 2014). Enquanto condicionante social, suas características físicas podem subordinar as possibilidades daquela sociedade. Por exemplo: a fertilidade do solo define a viabilidade da produção agrícola, e a proximidade de um corpo d'água pode facilitar a comunicação e o comércio. Enquanto condicionado, esse espaço será alterado e organizado sob a lógica e a ação do trabalho humano, o que amenizará, mas não eliminará, o seu papel de condicionante.

O trabalho humano sobre a Natureza é mediado pelas técnicas, entendidas como “[...] conjuntos de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2020, p.29). As primeiras técnicas tiveram relativamente pouco impacto sobre o meio físico, mas mesmo assim agiram para a produção de espaço geográfico. O trabalho humano desde este momento buscará criar condições mais propícias para suas atividades, como ao criar canais de irrigação para possibilitar a agricultura em áreas distantes das margens dos rios. Com a aumento da complexidade das técnicas, a ação desenvolvida por elas também se complexificará, criando alterações em níveis espaciais e temporais muito maiores, como a instalação de malhas ferroviárias e redes de energia atravessando continentes e a construção de grandes represas que permitirão abastecimento de água de modo mais perene.

Toda a materialidade que existe no planeta, quando utilizada pelos seres humanos, constitui o que se denomina de *objetos geográficos*, compreendidos como “tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou” (Santos, 2020, p.72). Se no início da História predominavam os objetos naturais, pouco controlados pela humanidade, a ação das técnicas criará objetos cada vez mais complexos e artificiais. Além das formas totalmente antrópicas, como as cidades, são objetos artificiais as formas da segunda natureza, como represas e florestas manejadas pela silvicultura. A complexidade se expressa pela tendência atual dos objetos de funcionarem apenas como conjuntos, sistemas, não sendo capazes de desempenhar funções isoladamente – um poste de iluminação, por exemplo, demandará a existência de infraestrutura que garanta a geração e a transmissão de energia elétrica para estar aceso.

Os objetos são criados para responder às necessidades da humanidade, que podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou

afetivas, e que “[...] conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos” (Santos, 2020, p.82-83). Tanto a ação quanto o objeto surgem de uma intencionalidade, ou seja, de um propósito desejado (satisfazer determinada necessidade), para o qual se criam caminhos para que ele seja cumprido. Entretanto, a dinamicidade e complexidade do meio no qual a ação se dá torna o resultado desta imprevisível, podendo gerar consequências não buscadas pelo agente que a iniciou (Santos, 2020, p.95).

Sendo fruto de um trabalho humano, o espaço geográfico é, ao mesmo tempo, meio de vida social e condição de sua própria reprodução (Corrêa, 1986). Isto quer dizer que ele, ao mesmo tempo, garante a existência atual de uma determinada sociedade e fornece as bases para que ela continue a existir num momento futuro. Os diversos objetos instalados no espaço, que no momento presente assumem o papel de capital fixo (tanto na figura de forças produtivas e mercadorias, como fábricas, minas e residências, quanto de redes de comunicação e eletricidade ou rodoviária), cristalizam um padrão de ocupação específico de uma atividade produtiva específica – no caso atual, a produção industrial capitalista e a necessidade de circulação de mercadorias. É a permanência dessas forças produtivas que garantem que a produção continue ocorrendo no momento futuro.

Com o intuito de compreender a questão da permanência desses objetos fixos, é necessário definir quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo. A *forma* é o objeto, o aspecto material, visível, que possui existência no presente, mesmo que tenha sido criado num momento anterior. A *função* é a atividade desempenhada por uma forma, e que pode ser diferente em cada momento histórico. Essas duas, como expressões dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, são inseparáveis: a forma só possui significado social quando desempenha uma (ou mais) função (funções), e a função precisa da materialidade para ser desempenhada (Corrêa, 1986; Santos, 1988).

A *estrutura*, por sua vez, diz respeito às inter-relações entre os objetos, ou seja, às características das relações sociais de um determinado período histórico, à natureza social e econômica de uma sociedade. Apesar de não possuir externalidade (ou materialidade) direta, ela é “uma espécie de matriz onde a forma é

gerada” (Corrêa, 1986, p.42), pois é quem define as necessidades humanas daquele momento, levando ao surgimento de uma função e à criação de uma forma para atendê-la. Por fim, o *processo* é o contínuo movimento de transformação da estrutura, fruto de suas contradições internas, que se desenvolve em direção a um resultado qualquer (Santos, 1988, p.37). Ele mostra o acontecimento da História, a continuidade temporal marcada pelas mudanças sociais. É ele quem levará ao surgimento das novas funções, demandando novas formas, à medida em que as características da sociedade se alteram

A forma só possui relevância e existência enquanto objeto geográfico a partir do momento em que “[...] a sociedade lhe confere um valor social. Tal valor relaciona-se diretamente com a estrutura social inerente ao período” (Santos, 1988, p.40). Considerando que a forma é uma materialidade criada para atender a determinada função num momento histórico específico, uma mudança social pode levar à perda de utilidade da forma, caso sua função deixe de ser desejada ou necessária. No entanto, uma vez que estão cristalizadas no espaço como materialidade, a destruição total das formas do passado pode ser indesejável (como no caso de um patrimônio histórico que constitui a identidade de um local), inviável (em questões econômicas) ou impossível (uma cidade inteira), e por isso elas podem passar a ter outro valor ou significado, recebendo novas funções relacionadas com a nova estrutura social (Santos, 1988, 2020).

Devido à essa permanência dos objetos (ou formas), o espaço geográfico é a continuidade da História, pois expressa a acumulação de tempos diferentes (Havey, 2011). A paisagem acumula as formas do passado, que perderam a funcionalidade para as quais foram criadas devido ao constante processo de transformação social, mas assumem um papel atual – seja como novo fator produtivo, seja como empecilho que se busca resolver – devido à sua existência material.

Conclui-se, portanto, que o espaço geográfico “[...] é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social” (Santos, 2020, pp.107-108). Ele é composto por sistemas de objetos e sistemas de ações inseparáveis, que definem e são definidos por cada período histórico de uma determinada sociedade. As formas que permanecem do passado são fragmentos que, sempre incorporados ao presente, auxiliam na suposição sobre as funções que

eram executadas por aquela sociedade num momento anterior, numa estrutura social pretérita. O espaço define as “regras do jogo” de cada sociedade, ao mesmo tempo em que é alterado pelo “jogo” sendo executado, pelas ações que se dão dentro dele.

2.2 O TERRITÓRIO E O TERRITÓRIO USADO

O espaço geográfico, enquanto uma totalidade em contínuo processo de totalização, abarca todas as áreas da superfície terrestre que são utilizadas e modificadas pelo trabalho humano em diferentes sociedades num dado momento histórico. A grande complexidade gerada pelo número de variáveis que compõem essa totalidade demanda a utilização de categorias analíticas, como *território*, *paisagem*, *região* e *lugar*, para facilitar a apreensão dos eventos. Tais categorias são abstratas porque buscam subdividir a realidade, que só existe enquanto unidade, e por isso elas sempre coexistem e podem se sobrepor como recortes espaciais (Santos, 2020).

A categoria *território* pode ser compreendida como “uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas” (Gottmann, 2012, p. 525), isto é, como uma forma espacial a ser apropriada pelo trabalho humano. Considerar o trabalho humano sobre este espaço físico é importante porque “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 2005, p.255). O território, por si, é apenas uma forma. São as atividades desempenhadas pela sociedade sobre essa área que darão a ele um valor (ou significado), fazendo dele um objeto geográfico de disputa.

De acordo com Raffestin (1993, p.144), o território “[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação”. A apropriação dessa forma espacial, portanto, se dá através do trabalho humano. Ela se inicia a partir do momento em que se projeta sobre aquela área um objetivo, uma intencionalidade, que irá guiar as ações sociais a fim de concretizar um plano de uso. Pode-se pensar nos planos de ocupação da Amazônia brasileira realizados pela ditadura militar, que imprimiram sobre aquela área políticas de desenvolvimento econômico a fim de executar o plano de “integrar para não entregar”. Raffestin (1993, p.145-147) também aponta a importância da cartografia moderna para o processo de apropriação do espaço, uma vez que apenas serão representados no mapa (uma

obra humana, portanto subjetiva) os elementos que interessem ao plano, sendo os demais ignorados.

Desde a criação da ideia de Estado-nação, a concepção jurídico-política de *território* – porção do espaço sobre a qual o Estado exerce seu poder e controla a organização, o ordenamento e a apropriação do mesmo – é a predominante e mais utilizada socialmente (Gottmann, 2012; Santos, 2005). Sob essa visão, o Estado, para exercer seu poder, necessita de quatro componentes (ou trunfos): uma organização governamental (a estrutura de poder em si); um território (base espacial sobre a qual ele agirá); uma população (os recursos humanos disponíveis); e recursos (uma matéria que pode ser utilizada em uma determinada produção) (Gottmann, 2012; Raffestin, 1993). A ação do Estado sobre seu território, portanto, depende da eficácia de sua estrutura normativa e executiva e dos recursos e do contingente populacional disponíveis. Qualquer alteração em um desses fatores interfere na capacidade de se exercer o poder.

No entanto, o Estado não é o único agente que opera sobre o território. Além dele, existem os indivíduos que habitam esse recorte espacial e agem segundo seus interesses privados ou coletivos, e cada vez mais as firmas e instituições não-governamentais (como as religiosas ou de mídia, nacionais ou internacionais) se fortalecem como produtoras de normas, ordenamentos e informações espaciais (Queiroz, 2016). A concepção de *território usado*, portanto, deve levar em consideração a diversidade de atores daquele espaço, e que estes entre si não possuem o mesmo poder de ação sobre um mesmo território porque não há igualdade no domínio de recursos entre eles. Sempre haverá atores que possuem maior poder em detrimento de outros (Raffestin, 1993). No entanto, o território, assim como o espaço geográfico, sempre comporta diversas atividades simultâneas. Estas poderão ter maior ou menor apoio do Estado, que poderá agir para beneficiá-las (através do planejamento territorial) ou para reprimi-las (por meio de leis ou da ação policial) (Corrêa, 1986).

Por se darem sobre uma mesma área, os planos e as ações de cada ator se chocam uns com os outros, podendo trazer opiniões contraditórias ou complementares sobre qual deve ser o uso desse espaço. No fim, o que será levado à cabo é resultado do “[...] jogo multilateral dos múltiplos atores em causa” (Raffestin, 1993), das diferenças de poder entre eles. O agente que possuir maior

poder, de recursos ou de persuasão, sobre os outros terá maior influência sobre o resultado final.

Os usos do território são cada vez mais complexos conforme o processo de mundialização da economia se intensifica, aumentando a integração entre as diferentes escalas espaciais (local, regional, nacional, continental, global), fazendo com que seja necessário examinar as horizontalidades e verticalidades para compreender o funcionamento do território (Santos, 2005). As horizontalidades se constituem pela contiguidade, por pontos espacialmente contínuos, e estão relacionadas ao processo de produção. As verticalidades são a integração de pontos distantes entre si no espaço que garantem o funcionamento da sociedade e da economia. No contexto de maior demanda por integração entre os lugares, devido à valorização das complementaridades produtivas, as verticalidades estimulam o desenvolvimento das interdependências conforme a necessidade de cooperação. Elas são os “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos” (Santos, 2020, p.286) que se impõem sobre os lugares, sobre as horizontalidades, através da imposição de normas financeiras, técnicas e/ou políticas. Ao imporem-se, elas podem causar o efeito de desintegração no local, por inserirem nele objetivos que são estranhos a ele, que não são do interesse coletivo.

Essas duas segmentações – horizontalidades e verticalidades – originam-se de dois tipos de forças que são geradas pelo ou agem sobre o território. As forças centrípetas, que conduzem à formação das horizontalidades, resultam de processos sociais e econômicos locais, fortalecendo a agregação e a coesão na escala local. As forças centrífugas, por outro lado, impõem-se de fora para dentro e estimulam a desagregação, por “retira[re]m à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali” (Santos, 2020, pp.286-287), fazendo com que suas atividades sejam desempenhadas para atender a interesses exteriores. Essas forças externas, expressões da verticalidade, constantemente pressionam e perturbam as horizontalidades, forçando-as a se reformularem a todo momento.

Em relação ao território, as verticalidades podem ter origem no próprio país ou serem estrangeiras. Considerando-se que o regime político-administrativo brasileiro admite três níveis de unidades administrativas do território nacional – nação, estados e municípios –, os quais possuem certos graus de autonomia governamental com base na relação escalar entre eles, pode-se depreender que

cada um dos estados e municípios agem como *territórios*, se este for compreendido como “porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo” (Gottmann, 2012, p.523). Dessa forma, decisões de escalas superiores (as nacionais, que afetam estados e municípios, ou as estaduais, que afetam os municípios) constituem forças centrífugas, impondo normas elaboradas por outrem, por alguém fora da horizontalidade. As verticalidades estrangeiras aparecem como decisões de firmas transnacionais, que tomam suas decisões (como a construção ou fechamento de uma planta fabril) com base nos interesses próprios delas e estranhos aos locais (Santos, 2005, 2020).

2.3 A CIDADE

A cidade é uma forma continuamente (re)construída pelo trabalho humano desde o seu processo de sedentarização. Ela é um produto histórico e social de uma totalidade – a sociedade que a criou – e, por isso, suas características (a estruturação espacial, a arquitetura, o uso dos espaços) são definidas pelas relações sociais e econômicas de uma determinada época (Carlos, 2009). Pela concepção anteriormente apresentada de espaço geográfico, ela é um sistema de objetos que se estrutura para atender a um determinado sistema de ações de um momento histórico, alterando-se a cada mudança da totalidade. Tal alteração, no entanto, não resulta necessariamente na mudança total de seus objetos: uma vez que a destruição de alguns destes pode ser indesejada, inviável ou impossível, eles podem permanecer na forma de paisagem, sistema material relativamente imutável, e ter sua valoração alterada, assumindo novas funções no novo momento (Santos, 2020).

O surgimento das cidades dá-se como resultado do processo de sedentarização da humanidade, quando a necessidade dos grupos humanos de fixar-se para garantir sua segurança e sobrevivência leva ao desenvolvimento de técnicas de agricultura e pastoreio (Abiko; Almeida; Barreiros, 1995). A fixação de um grupo humano em um local pressupõe a apropriação desta área por ele. Nas primeiras cidades, na Mesopotâmia, a apropriação se deu através da religiosidade, e “a cidade dos deuses e dos mortos precede[u] a cidade dos vivos” (Rolnik, 1995, p.14): a criação de templos (zigurates) e dos cemitérios marcava a centralidade ao redor da qual elas cresciam.

Rolnik (1995) aponta que a cidade teve, ao longo da história, e ainda hoje tem, quatro papéis fundamentais: como *ímã*, por reunir/atrair os indivíduos (seja para rezar em torno dos templos na Mesopotâmia, seja por servir como local de moradia nos tempos atuais); como *escrita*, devido ao fato de ela ser produto de uma época em específico, e portanto contar uma história social; como *política*, pela necessidade da criação de uma autoridade político-administrativa para ordenar a vida coletiva; e como *mercado*, pois a existência do excedente agrícola permite a especialização do trabalho e leva ao estabelecimento de trocas comerciais (entre os indivíduos do mesmo local ou entre cidades). Abiko, Almeida e Barreiros (1995) também colocam a importância da cidade como sede da autoridade, e local no qual se coordena o trabalho social.

As cidades possuíram vários formatos e funções em cada sociedade humana e em cada período histórico. No que diz respeito à historiografia europeia, elas existem pelo menos desde as cidades-estados gregas, tendo enfrentado um período de ocaso apenas entre os séculos V e XI, auge das invasões bárbaras ao Império Romano. O restabelecimento das cidades se deu com a retomada das atividades comerciais de larga escala após o arrefecimento das invasões (Abiko; Almeida; Barreiros, 1995). A relação entre cidade e comércio, estabelecida desde o surgimento das primeiras, intensificar-se-á com a atividade mercantil, levando à crescente necessidade da unificação de moedas e do domínio de territórios para facilitar as trocas (Rolnik, 1995). Esse contexto é a origem das burguesias comerciais, gestando o início do sistema capitalista.

A expansão comercial também leva às grandes navegações e à colonização da América. As cidades coloniais estabelecidas no Novo Mundo, em especial nas áreas de domínio espanhol, serão construídas com base na “lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão” (Rolnik, 1995, p.58) que imperavam na Europa da época. Cidades com arruamento simétrico e geométrico, com a Praça de Armas e uma igreja ao centro, são a primeira experiência moderna da elaboração de planos para ordenar as cidades, que até então possuíam uma fisionomia de crescimento própria elaborada por meio do convívio e não da imposição de traçados planejados (Choay, 2000).

A criação de cidades coloniais foi essencial para a apropriação de terras sul-americanas pelos impérios europeus. Durante o século XVIII, os governadores

da Capitania de São Paulo estimulavam a criação de vilas, que serviam para a arregimentação de tropas para proteger a Colônia do Sacramento contra as invasões espanholas e para catequizar os indígenas (Oliveira; Papali; Zanetti, 2010). A concentração dos colonizadores naquele local garantia a posse dele.

Alguns países europeus, durante os séculos XVII a XIX, observarão um rápido crescimento de sua população, que passará a se concentrar especialmente nas principais cidades nacionais. Esse processo possui duas causas. A primeira é o desgaste do sistema feudalista, o qual se encontrava em crise desde o século XIV. Esse desgaste estimulará os servos a deixarem os feudos onde viviam para tornarem-se trabalhadores “livres e despossuídos” nas cidades – livres porque não estavam submetidos a um senhor, despossuídos por não dominarem meios de produção (Rolnik, 1995, p.35). A segunda causa é a progressiva redução da ocorrência de crises de mortalidade no continente, que levarão ao aceleração do crescimento populacional (Nadalin, 2004).

Essa revolução demográfica é concomitante ao contexto de mudança das relações de produção, com a burguesia buscando ter maior controle sobre a produção a fim de potencializar sua produtividade. Tal necessidade resultará na Revolução Industrial, com a criação de maquinários que maximizem cada vez mais o lucro dos capitalistas. Nessa conjuntura, a concentração populacional é causa e consequência do processo de industrialização: causa porque é condição para que a instalação de máquinas seja financeiramente viável (Rolnik, 1995); consequência porque a criação de postos de trabalhos atrai cada vez mais migrantes vindos das áreas rurais (Abiko; Almeida; Barreiros, 1995). Surge, desse processo, a cidade capitalista.

A cidade capitalista possuirá como maior atributo o fato de ser o “espaço de circulação de mercadorias” (Rolnik, 1995), um capital fixo que é estruturado visando a garantia e a maximização da eficiência da circulação e do processo de produção (Carlos, 2009). A cidade é, ao mesmo tempo, o local onde a produção industrial propriamente dita se dá, onde as mercadorias circulam e serão consumidas, e onde são tomadas as decisões; ela é, também, o local de moradia tanto do trabalhador quanto do capitalista. Além disso, ela ainda garante a reprodução social das classes dominantes, que mantêm o seu domínio através da imposição de sua ideologia e sua estética (Villaça, 2004). O tópico a seguir busca

discutir como a cidade é estruturada para atender aos interesses da classe dominante.

2.4 A QUESTÃO URBANA E O PLANEJAMENTO URBANO

O tamanho das populações das cidades será cada vez maior após a Revolução Industrial, e o rápido crescimento causará problemas sociais e econômicos: além da pobreza derivada da falta de atividades de subsistência e do eventual desemprego, as cidades não estavam estruturadas para atender às demandas de circulação requeridas pela produção capitalista. As primeiras soluções para esses problemas, conforme Choay (2000, p.4), serão a racionalização do padrão viário, com a abertura de grandes vias centrais para acomodar os maiores fluxos, a construção de estações ferroviárias intraurbanas para permitir deslocamentos dentro da própria cidade e a especialização funcional de bairros e quarteirões. O objetivo é o encurtamento do ciclo de rotação do capital, a fim de reduzir sua desvalorização (Carlos, 1982).

Muitas soluções serão propostas por pensadores para a chamada “questão urbana”, e desembocarão na criação do urbanismo no início do século XX. Choay (2000) aponta a existência de duas linhas predominantes nesse momento: a *progressista* e a *culturalista*. O modelo progressista de urbanismo tem origem nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e tem como principal característica a exaltação da técnica e da estética criadas pela Modernidade. Seus projetos de cidade envolviam: o uso de materiais novos (concreto e aço), dos processos de standardização industrial e da lógica geométrica no traçado das ruas; a apreciação da beleza austera e racional; a valorização da importância do Sol e das áreas verdes, com fins higienistas; a setorização da cidade segundo atividades; a utilização de formas simples, com destaques mais à geometria e à matemática destas do que ao exagero estético. O modelo culturalista, por outro lado, recusava o legado industrial das cidades, propondo a retomada da lógica da cidade pré-capitalista. Seus projetos envolviam cidades com delimitação precisa (número de habitantes fixados e construção de cinturões verdes para cercar as cidades), cujos traçados não seriam geométricos e sim elaborados a partir da sinuosidade do terreno e da incidência de ventos. No entanto, ambos os modelos possuem uma característica em comum: são criados por “especialistas” (arquitetos), simulam

possuir um “caráter técnico” e apolítico, e são impostos pela ação estatal à população, que não recebe o poder de opinião (Choay, 2000, p.52-54).

A historiografia do planejamento urbano no Brasil proposta por Villaça (2004) sugere a divisão de quatro períodos: os *planos de embelezamento e melhoramentos* (1870 até década de 1930), o *auge dos planos diretores* (década de 1930 até golpe militar de 1964), os *superplanos e o planejamento integrado* (anos iniciais da ditadura militar) e o “*plano sem mapa*” (décadas de 1970 a 1990). Serão discutidos apenas os dois primeiros momentos, os quais abrangem o período de estudo deste trabalho.

O momento dos planos de embelezamento e melhoramentos inspira-se na Belle Époque europeia e na criação de cidades monumentais, como Paris e Buenos Aires. A principal preocupação, como o nome “embelezamento” sugere, era estética, impondo os padrões de beleza burgueses (isto é, europeus) aos centros das principais cidades. Essas reformas tinham como grande modelo a reforma de Paris por Haussmann na década de 1880, que fez a capital francesa tornar-se um símbolo mundial de progresso da civilização (Soares, 2007). Os “melhoramentos” diziam respeito à instalação de infraestrutura urbana básica (iluminação pública, abastecimento de águas, serviço de esgotamento sanitário), ao ajardinamento de vias centrais e à retificação do traçado viário, visando melhorar a circulação dos fluxos e dificultar a ocorrência de revoltas populares.

Para Villaça (2004), o urbanismo, compreendido como a elaboração de planos intelectuais com bases científicas supostamente neutras, apenas aparece no Brasil na década de 1930, quando as reformas urbanas “saem do consumo conspícuo para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital (a cidade como força de produção)” (Villaça, 2004, p.199). O momento dos planos diretores, definido pelo autor, abrange os planos de Prestes Maia para São Paulo e de Agache para o Rio de Janeiro, que almejavam solucionar problemas sanitários e de transporte nas duas capitais. E, afora isso, essas reformas também acenavam para o mercado imobiliário, pois a reelaboração da malha urbana estabelece novas áreas de interesse para este capital, e as novas avenidas já eram construídas com infraestrutura urbana e equipamentos que aumentavam seu valor enquanto mercadorias (Rolnik, 1995, p.63).

De forma geral – desconsiderando periodizações para buscar características generalizadas –, as obras urbanas empreendidas pelo Estado capitalista têm como motivação a “necessidade de socialização dos custos necessários à acumulação do grande capital” (Corrêa, 1986, p.33). Uma vez que a instalação das infraestruturas urbanas – arruamentos precisos e pavimentados, sistemas de abastecimento de água e de eletricidade, esgotamento sanitário – é requisito para o desenvolvimento de certas atividades econômicas do sistema capitalista (como a industrial, a de serviços e a financeira (Carlos, 1982)), e estes investimentos são de alto custo e baixo retorno, a elite capitalista relega esta função ao Estado. A forma da cidade vai sendo definida, portanto, segundo os interesses da classe dominante, seja em sua busca por maior velocidade de circulação de mercadorias, seja pela incorporação de novas áreas pelo capital imobiliário.

Sendo uma forma do espaço geográfico, a cidade também é fruto das contradições e da dialética social. Em sua materialidade e em seu cotidiano, expressam-se os conflitos entre as classes dominantes e as classes populares, que disputam a apropriação e uso de suas áreas. A localização dos bairros da elite e dos bairros periféricos diz respeito a uma lógica social – a segregação por classes – que acontece espacialmente. Expulsar os indesejados de áreas que se busca valorizar é a reprodução da luta de classes, que não ocorre em um vácuo, e sim no espaço concreto. Como conclusão, apropriar-se-á dos dizeres de Rolnik (1995, p.70): “o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos”.

3. FONTES E METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho utiliza-se de uma abordagem interdisciplinar, recorrendo a fontes e métodos da Demografia, da História e da Geografia. Sua realização deu-se em três etapas: revisão bibliográfica, análise das fontes de dados e produção de materiais cartográficos.

3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica apropriou-se de trabalhos relacionados à questão social da tuberculose, às transformações urbanas do início do século XX, à história de São José dos Campos e do Vale do Paraíba e ao debate da questão territorial.

No que se refere à tuberculose no Brasil, a principal fonte consultada foram as obras de Cláudio Bertolli Filho (2001, 2006). Para a questão da doença no estado de São Paulo, foram mobilizadas as teses de Mastromauro (2013) e Rosemberg (2008), além de Bertolli Filho (2001) e Prince (2022). As transformações urbanas foram trabalhadas principalmente a partir de Choay (1999) e Villaça (2004), havendo também contribuições importantes de Bertolli Filho (2006), Soares (2007) e Almeida (2008) e Rolnik (1995).

Em relação à cidade de São José dos Campos, as principais referências foram Almeida (2008) e Soares (2007). Também foram utilizados os livros da série “São José dos Campos: História e Cidade” – em especial o quarto volume, que tem como foco a fase sanatorial do município –, organizados por Valéria Zanetti e Maria Aparecida Almeida Papali. O contexto histórico do município e da região do Vale do Paraíba foram trabalhadas a partir de Baptista (1940), Marquese e Tomich (2009) e Toledo (2008). Foram consultadas, também, obras de Prince (2007, 2010) que tratavam de Campos do Jordão, para compreender a conexão entre as duas cidades, localizadas na mesma região e a uma distância de 57km. Ainda, utilizou-se de uma obra do memorialista joseense Altino Bondesan (1967) como forma de compreender o ponto de vista de moradores da região sobre a conjuntura da época.

Para a análise sob a óptica da ciência geográfica, foram utilizadas as obras de Santos (1997, 2005, 2020), Raffestin (1993) e Corrêa (1986). Foi escolhida como categoria de análise o *território usado*, a qual foi operacionalizada por meio da exploração dos componentes do Estado (organização governamental, território,

recursos e população) descritos no capítulo anterior. Com esta metodologia, pretendeu-se investigar o jogo de forças entre os atores envolvidos no uso do território de São José dos Campos: os atores políticos locais (da situação e da oposição); os atores privados; o governo municipal; e o governo estadual e suas instâncias de poder. Dessa forma, pode-se compreender as diferentes visões e planos de uso dessa área.

3.2 BASES CARTOGRÁFICAS E FOTOGRÁFICAS

Com o objetivo de trazer maior visualidade² à espacialidade da cidade durante o período analisado, foram utilizados mapas e fotografias produzidos à época. Grande parte destes materiais – todas as fotografias da época e mapas de 1938 e 1945 – foram obtidos no Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APMSJC), os quais foram digitalizados com o apoio da equipe de funcionários local. Outros três mapas – de 1938, 1939 e 1952 – foram obtidos na base digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ao final, apenas três destes foram utilizados no trabalho.

Os mapas, após serem digitalizados, foram processados dentro do *software* de geoprocessamento QGIS 3.20.1. O georreferenciamento destes materiais foi realizado com a ajuda de imagens do Google Satellite disponíveis no *plug-in* HCMGIS, uma vez que, devido à época de produção, não possuíam grade de coordenadas, e por isso foi necessário localizar ruas e quarteirões cujo traçado não houvesse sido alterado até o período atual. Tal procedimento apresentou a dificuldade de localizar referências para os pontos mais extremos das cartas que, na época de produção, não possuíam arruamentos. Conseguiu-se georreferenciar todas as cartas dentro da classe B do Padrão de Exatidão Cartográfica (Ministério da Defesa, 2016); no entanto, as cartas apresentam entre si ligeiras diferenças no traçado das ruas, por erros do próprio mapeamento da época. Foram criadas camadas pontuais (Localidades), lineares (Sistema viário e Hidrografia) e poligonais

² Reconhece-se a pertinência do paradigma pós-representacional na cartografia, por sua contribuição na compreensão de que o mapa não é uma descrição imparcial, e sim uma projeção carregada das subjetividades de seu autor. O mapa atua como instrumento de projeção de (apropriação pelo) poder, como debatido no capítulo anterior a partir de Raffestin (1993). Ele é, também, um processo aberto, uma permanente recriação do mundo/da realidade, pois o “mundo real” não é uma existência dada e disponível à apreensão, e sim uma contínua construção por meio das interrelações (Girardi, 2014). No entanto, optou-se pela utilização dos mapas como produtos neste trabalho porque o tempo previsto para o seu desenvolvimento não permitiria a discussão aprofundada destas questões.

(Hidrografia e Zoneamento), e em suas tabelas de atributo foram informados o tipo dos polígonos, linhas ou pontos (sanatório, rua, avenida, córrego etc.) e sua respectiva toponímia. As escalas de mapeamento variam conforme a escala do mapa original, e estão indicadas nos produtos.

Após o georreferenciamento, procedeu-se com a vetorização dos mapas. Esta etapa também envolveu desafios, uma vez que os mapas não apresentam legendas sistemáticas que indicassem o significado dos símbolos gráficos utilizados. Em relação ao sistema viário, optou-se por vetorizar inicialmente as vias que apareciam com traçados contínuos, em geral correspondentes ao centro já consolidado da cidade. Em seguida, analisou-se as vias tracejadas, buscando compreender qual era o significado dessa representação e se ela deveria ser considerada ou não. No caso de vias que vieram a aparecer com traçado contínuo nos mapas posteriores, optou-se por inseri-las como “Vias planejadas”. Isso também foi feito com o arruamento de vias tracejadas ao sul da cidade em um dos mapas (Mapa 3), que coincidiam com o plano municipal de construção de uma vila sanatorial anunciado em um dos jornais analisados e não veio a se concretizar. As demais vias foram desconsideradas.

As toponímias foram retiradas dos próprios mapas, realizando correções em alguns nomes que apresentavam grafia incorreta. O trabalho de Escobar (2018) auxiliou na averiguação dos nomes, pois apresenta a data em que as ruas da região central assumiram sua atual nomenclatura – grande parte desses decretos é anterior à década de 1930. As ruas que se localizavam fora da área do referido estudo e não possuíam nomes informados no mapa foram deixadas sem identificação. As pensões e os sanatórios foram localizados com base em Bittencourt (1998, pp.162-163 *apud* Almeida, 2008, p.121). Os sanatórios foram inseridos no mapa segundo a sua data de fundação, conforme apresentadas por Prince (2010); quanto às pensões, não foi possível identificar a data de criação, e por isso foram todas incluídas em um dos mapas.

3.3 FONTES DE DADOS PRIMÁRIOS

As fontes de dados primários do trabalho dividem-se em dois grupos: fontes históricas e fontes demográficas. As demográficas são, essencialmente, os censos de 1920 (Bassanezi,1998), 1940 (IBGE, 1950) e 1950 (IBGE, 1954). Buscou-

se, também, dados em relatórios de inspeção sanitária realizados nas décadas de 1930 e 1940 (Amaral, 1930; Flório, 1944). Tais dados foram tabulados no *software* Microsoft Excel, possibilitando a montagem de tabelas e a realização do cálculo da taxa de crescimento populacional geométrico, apresentados no capítulo 4.

As fontes históricas utilizadas para apreensão dos acontecimentos e compreensão da dinâmica de poderes entre atores sociais da época foram as notícias do jornal municipal *Correio Joseense* e os artigos do periódico *Boletim Médico*, que se encontram escaneadas e disponíveis para acesso público na plataforma Pró-Memória³, mantida pela Câmara Municipal de São José dos Campos.

O primeiro conjunto reúne as edições de um jornal semanal – *Correio Joseense* – editado entre 1920 e 1967 e que possuía ampla circulação na cidade de São José dos Campos. Suas páginas trazem propagandas do comércio local; reproduções de notícias de outros periódicos estaduais ou nacionais (como *Folha da Noite*, *A Gazeta* e *Diário de Minas*); artigos com opiniões sobre a situação política local, estadual e nacional; notícias sobre a cidade envolvendo obras da prefeitura, realizações de munícipes (como conquistas de títulos acadêmicos por filhos de comerciantes reconhecidos) e eventos sociais (como quermesses); editais e decretos editados pelos prefeitos municipais; e balancetes mensais da prefeitura. Não foram encontradas informações sobre os membros de sua equipe profissional além do nome do redator, Napoleão Monteiro, membro do Partido Republicano Paulista local. A maioria das notícias não possuem assinaturas, e as que possuem costumam ser pseudônimos (como “A.B.C.” ou “Joseense”). Deste periódico, foram analisadas 293 edições disponíveis na plataforma, compreendidas no período de 06 de janeiro de 1935 (núm. 611) a 18 de janeiro de 1942 (núm. 923), tendo sido coletadas 294 notícias que correspondiam aos objetivos do trabalho (detalhado à frente).

O segundo conjunto de fontes está composto por um periódico de circulação mais restrita – *Boletim Médico* –, com foco na divulgação médica e científica (por meio de artigos escritos e assinados por médicos da cidade) e comercial (anúncios de remédios e endereços de consultórios médicos, hotéis e pensões). Cada edição possuía “um editorial, cerca de dois a quatro artigos médicos

³ Acesso em: <<https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria>>.

[sobre casos raros e técnicas experimentais] e espaços reservados para divulgação comercial” (Zanetti et al., 2010, p. 727), utilizando linguagem técnica para reforçar a cientificidade que guiaria os médicos da cidade e defender a importância dos sanatórios. O periódico era subvencionado pelo município, o que aponta o interesse do poder público municipal no “incontestável valor [da divulgação realizada pelo periódico] para o futuro da nossa pouco conhecida São José dos Campos” (Ata da Câmara, 1930 *apud* Almeida, 2008, p.131). Deste periódico estão disponíveis apenas 9 edições na plataforma sendo cinco de 1933 (núm. 2, 3, 4, 6 e 8), duas de 1934 (núm. 9 e 10) e duas de 1936 (núm. 30 e 31), dos quais foram coletados 15 artigos assinados por quatro diferentes médicos (João B. de Souza Soares, Ivan de Souza Lopes, Reis Junior, Raul Brant de Carvalho) ou pelo editorial e 3 divulgações de consultórios médicos e pensões para doentes.

Além destes dois periódicos, sabe-se que circulavam em São José dos Campos na década de 1930 ao menos outros dois periódicos: a *Folha Esportiva*, jornal semanal que veiculava notícias sobre o cotidiano municipal, propagandas de comércio locais e fotos da elite, e não sobre a questão esportiva municipal (Silva, 2009); e a *Tribuna do Povo*, cujas únicas referências que se encontrou são notícias do *Correio* que se referem a ela como órgão de propaganda do grupo político comandado pela família Mascarenhas, o qual será apresentado no capítulo 5. No entanto, não há grande número de edições destes periódicos disponíveis no APMSJC, e por esse motivo eles não foram utilizados como fontes primárias. No entanto, algumas notícias de ambos os jornais se encontravam parcialmente reproduzidas em artigos do *Correio* e foram utilizadas para a análise. Portanto, todas as citações a um destes dois periódicos – *Tribuna do Povo* ou *Folha Esportiva* – são inferências a partir de outro jornal.

Ao todo, foram analisadas 302 edições de ambos os jornais (293 do *Correio* e 9 do *Boletim*), realizando a leitura individual das notícias que se encontravam minimamente legíveis⁴ para buscar palavras-chave que estivessem relacionadas com o tema da pesquisa, como: “tuberculose”; “tísica”; “melhoramentos”; “abastecimento de água”; “poeira”; “calçamento”; “Câmara

⁴ As edições do *Correio Joseense* disponibilizadas na plataforma foram digitalizadas por um projeto de gestão e preservação de documentos de arquivos públicos municipais, realizado entre 1998 e 2004. No entanto, por tratar-se de publicações muito antigas, algumas delas encontram-se com rasgos, dobras e manchas que tornam diversas de suas páginas ilegíveis.

municipal”; “sarjeteamento”; “ajardinamento”; “autonomia política”; nomes dos prefeitos e dos sanatórios; “infraestrutura”; “modernização”; entre outros. A partir da identificação de um desses termos, as notícias foram salvas como imagens no banco de dados a fim de serem posteriormente analisadas e classificadas. O banco conta, no total, com 312 recortes de ambos os jornais.

A etapa seguinte consistiu na análise do enquadramento (*framing analysis*) das notícias do *Correio Joseense*. Não existe uma definição única do que são os enquadramentos de notícias, porém

as várias definições que já foram utilizadas propõe características similares. Enquadramentos são “ferramentas conceituais nas quais a imprensa e os indivíduos se apoiam para comunicar, interpretar ou avaliar informações” (Neuman et al., 1992, p.60). Elas definem os parâmetros “dentro dos quais os cidadãos discutem eventos públicos” (Tuchman, 1978, p. IV). Elas são “constante seleção, ênfase e exclusão” (Gitlin, 1980, p.7). Enquadrar é selecionar “alguns aspectos da realidade percebida” para ressaltar sua importância “de forma a promover uma solução específica de um problema, uma interpretação causal, um julgamento moral, e/ou sugestão de abordagem” (Entman, 1993, p.53). Enquadramentos servem para ajudar os leitores a “localizar, perceber, identificar e rotular” o fluxo de informações que os rodeia (Goffman, 1974, p.21) e para “restringir o número de alternativas políticas possíveis” (Tuchman, 1978, p.156) (Semetko; Valkenburg, 2000, p.94, tradução do autor)⁵.

Levando em consideração que a imprensa possui o papel de selecionar, estruturar e narrar a maneira como um determinado acontecimento será informado ao público-leitor, esse método possibilita compreender os vieses implícitos das notícias, a partir do destaque dado a determinados temas (por meio da repetição deles entre as edições e da posição e do tamanho das notícias dentro do jornal) e a linguagem utilizada (existência ou não de citação direta de atores políticos) (Luca, 2006; Soares, 2006). Em outros termos, ele permite compreender a *psicoesfera* – a forma como “as crenças, desejos, vontades e hábitos [...] inspiram comportamentos filosóficos e práticos [e] as relações interpessoais” (Santos, 1997, p.14) e criam “as condições sociais para a aceitação da tecnoesfera” (Santos, 1997, p.42), ou seja, a

⁵ “Although there is no single definition of news frame or framing, the many that have been employed point up similar characteristics. News frames are “conceptual tools which media and individuals rely on to convey, interpret and evaluate information” (Neuman et al., 1992, p. 60). They set the parameters “in which citizens discuss public events” (Tuchman, 1978, p. IV). They are “persistent selection, emphasis, and exclusion” (Gitlin, 1980, p. 7). Framing is selecting “some aspects of a perceived reality” to enhance their salience “in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation” (Entman, 1993, p. 53). Frames are to help audiences “locate, perceive, identify, and label” the flow of information around them (Goffman, 1974, p. 21) and to “narrow the available political alternatives” (Tuchman, 1978, p. 156)” (Semetko; Valkenburg, 2000, p.94).

aceitação da instalação dos objetos e das técnicas mais complexos e artificiais demandados pelo sistema produtivo hegemônico – que o jornal engendrava e tentava inculcar aos seus leitores. A partir da adaptação da abordagem dedutiva proposta por Semetko e Valkenburg (2000), que consiste em definir previamente os enquadramentos e observar sua ocorrência, foram definidos três *frames* – **conflito**, **responsabilidade** e **moralidade** – e cada notícia foi classificada e enquadrada em um, dois, todos ou nenhum desses *frames*.

Para classificar em qual enquadramento cada notícia se encaixava, foram definidas perguntas, também com base em Semetko e Valkenburg (2000), em que, ao menos uma, deveria ser respondida afirmativamente. Cada uma dessas perguntas possuía três respostas possíveis: ‘sim’, ‘não’ e ‘talvez’⁶. Em caso de resposta afirmativa para qualquer uma dessas perguntas, a notícia era atribuída ao respectivo enquadramento dentro da planilha na qual a análise foi realizada. O Quadro 1 mostra o esquema que foi realizado para facilitar a análise.

Quadro 1 – Tipologia do enquadramento das notícias

| Enquadramentos | Sim | Não | Talvez |
|--|-----|-----|--------|
| <p style="text-align: center;">CONFLITO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A notícia mostra discordância entre partidos / indivíduos / grupos? ● Um partido / indivíduo / grupo repreende ou desaprova outro grupo nesta notícia? ● A notícia mostra dois ou mais lados da situação / problema? ● A notícia faz referência a vencedores e perdedores? | | | |
| <p style="text-align: center;">RESPONSABILIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A notícia sugere que o governo⁷ poderia resolver o problema? ● A notícia sugere que o governo ou um indivíduo ou grupo não ligado ao governo é o culpado pelo problema? ● A notícia sugere soluções para o problema? | | | |
| <p style="text-align: center;">MORALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A notícia contém alguma mensagem moral? | | | |

⁶ Quando a forma da escrita da notícia não deixava claro se o redator estava culpabilizando ou responsabilizando alguém.

⁷ Entendido aqui como qualquer órgão ligado a uma instância administrativa do poder, seja a Prefeitura Municipal e suas secretarias, a Interventoria Estadual e seus departamentos, a Presidência da República e seus ministérios, a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa Estadual ou a Câmara dos Deputados.

| | | | |
|---|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ● A notícia faz menção a Deus ou crenças religiosas? ● A notícia sugere formas de agir socialmente como mais corretas que outras? ● A notícia faz um julgamento moral sobre a ação de algum indivíduo ou grupo? | | | |
|---|--|--|--|

Fonte: elaboração própria, a partir de Semetko e Valkenburg (2000)

Além da análise dos enquadramentos, também foi criada uma tipologia (Quadro 2) de categorização do conteúdo das notícias. Na primeira coluna, foram inseridos o nome do arquivo e a data da notícia. A segunda coluna servia como forma de identificar se a notícia estava na capa do jornal e quem era o autor dela⁸. A terceira coluna foi dividida em “Resumo” e “Palavras-chave”, para permitir a utilização do mecanismo de busca que não podia ser utilizado nos jornais escaneados. Além da breve descrição de cada notícia recortada, foram inseridos termos que indicassem o tema de cada notícia, como: nomes de ruas e políticos citados; “abastecimento” e “água” para notícias sobre a questão do abastecimento de água na cidade; “obras” e “melhoramentos” para notícias envolvendo intervenções urbanas; “sanatório”, “tuberculose” e “pensão” para notícias que tratassem da questão dos doentes.

A quarta coluna foi destinada à análise do caráter da notícia. A partir da análise preliminar, foram definidos quatro tipos: **Político**, para colunas com críticas ou elogios a políticos, notícias sobre eleições locais e decretos, leis e comunicados do governo; **Social**, para elogios e críticas que não possuíam cunho político (como parabenizações por aniversário ou conquista de títulos superiores); **Obras**, para anúncios de obras iniciadas ou concluídas e de verbas liberadas; e **Sanatorial**, para notícias de construção ou inauguração de sanatórios, campanhas de arrecadação de verbas e manifestos em defesa dos doentes pobres.

A aplicação dessa tipologia para a análise possibilitou a busca por notícias específicas, o que não seria realizável no jornal digitalizado. Pelo uso das palavras-chave, foi possível coletar e separar os recortes que se referiam a cada um dos temas específicos, relacionados à política e à infraestrutura urbana e sanitária, que serão trabalhados no capítulo 5. Considera-se, portanto, que a metodologia foi

⁸ Como apontado anteriormente, a maioria das notícias não possuía indicação de autoria e não foram encontrados dados sobre a equipe do jornal. Por isso, assumiu-se que todas as notícias não assinadas e que não continham alguma indicação de “publicando a pedidos de” alguém em seu corpo eram de autoria do editorial, comandado por Napoleão Monteiro.

benéfica, por facilitar a realização da análise dos resultados, apesar de terem sido necessárias algumas redefinições dos tipos – algumas vezes, foi necessário adicionar novos elementos para definir um destes, exigindo a reclassificação das notícias já classificadas. Uma dessas redefinições necessárias foi a distinção entre crítica política e social. Inicialmente, elas haviam sido definidas apenas com base em *quem* era criticado (se tratava-se de um político ou não), e passaram a ser definidas com base nas *palavras* utilizadas na notícia (por exemplo, “interesses pessoais” passou a ser um termo identificador para críticas políticas).

Quadro 2 – Excerto da planilha de análise dos dados dos jornais

| Identificação | | Capa? | | Autoria do jornal? | | | Resumo | Palavras-chave |
|--|----------|-------|-----|--------------------|-----|--|--|---|
| Nome arquivo | Data | Sim | Não | Sim | Não | Quem? | | |
| Precisamos de um sanatorio para doentes pobres | 15/09/35 | - | X | - | X | Assinante não identificado | Elogia campanha do jornal e relembra campanha similar feita por Cel. Domingues de Vasconcellos quando foi prefeito | Sanatório popular; sanatórios |
| Abaixo assinado médicos | 22/09/35 | - | X | - | X | Nelson d'Ávila, João Soares, J. Rosemberg, Ivan Lopes, Ruy Doria | Médicos de SJC elogiam proposta de captação de água e pedem que seja feito tratamento | Abastecimento; água; tratamento |
| Empréstimo do estado para obras | 22/09/35 | - | X | X | - | - | Critica empréstimo contraído pela prefeitura com governo estadual para obra da água por causa dos altos juros | Prefeitura sanitária; abastecimento; água; empréstimo |
| Prefeitura sobre empréstimo | 29/09/35 | - | X | X | - | - | Prefeito avisa que explicará cálculo de juros do empréstimo para justificar porque o aceitou | Prefeitura sanitária; empréstimo; Leovigildo |
| Acto N. 300 – venda de terrenos | 29/09/35 | - | X | - | X | Prefeito (Leovigildo Trindade) | Prefeitura autorização doação/venda de terrenos no Campo dos Alemães para construir sanatórios, pensões ou granjas | Prefeitura sanitária; Leovigildo Trindade; zoneamento; sanatórios |
| A situação política local | 13/10/35 | - | X | X | - | - | Anuncia eleições no diretório do PC e opina sobre a posição política das duas chapas concorrentes | Prefeitura sanitária; autonomia; PC; eleições |

Quadro 2 (cont.)

| Político | | | | Social | | Obras | | Sanatorial | | |
|-----------|------------|---------|----------|---------|----------|------------------|------------|--------------------------|-------------|-----------|
| Eleitoral | Legislação | Elogios | Críticas | Elogios | Críticas | Pedidos / Verbas | Realizadas | Construção / Inauguração | Arrecadação | Manifesto |
| - | - | X | - | - | - | X | - | - | - | X |
| - | - | X | - | - | - | X | - | - | - | X |
| - | - | - | X | - | - | X | - | - | - | - |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - | Acto 330 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| X | - | X | X | - | X | - | - | - | - | - |

Fonte: Elaboração própria

4. DA CRISE ECONÔMICA À “INDÚSTRIA DA TUBERCULOSE”: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Até meados do século XX, o município de São José dos Campos, localizado no Vale do Paraíba⁹, interior de São Paulo, possuía pouca relevância regional nos âmbitos econômico e político. Ao contrário de outros municípios da região, como Taubaté, Jacareí, Lorena e Bananal, que constituíam a principal área de produção cafeeira no Brasil desde o início do século XIX devido à sua localização estratégica – o Vale do Paraíba era atravessado pelo Caminho Novo, que ligava as províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais, e pelo Caminho Novo da Piedade, ligação entre Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás – e da grande disponibilidade de terras não agricultadas entre as serras da Mantiqueira e do Mar (Marquese; Tomich, 2009), a cultura de café em São José dos Campos não possuía expressividade. Segundo Toledo (1997, p.23 *apud* Almeida, 2008, p.47), um inventário realizado em 1889 mostra que 88,7% da produção de café em São José era feita pelos pequenos proprietários, e os grandes proprietários eram responsáveis por apenas 1,03% da produção total. A atividade agrícola municipal era diversificada, sem foco em um produto específico (Almeida, 2008).

A agricultura cafeeira no Vale do Paraíba teve grande importância política ao longo do período do Império do Brasil por ter auxiliado na conformação do recém independente Estado nacional e ter dinamizado a economia do país num momento em que todos os demais cultivos agrícolas (como algodão e açúcar) entravam em crise. É nesse contexto em que começa a surgir uma nova elite econômica – os barões do café –, que dominariam a política brasileira até a década de 1930 (Furtado, 2005). No entanto, no início do século XX, o eixo da produção do café deslocou-se para o Oeste Paulista, que possuía solos mais férteis e havia incorporado a mão de obra livre, além de ter como bases a mentalidade empresarial capitalista e o investimento em tecnologia (Silva, 2012; Toledo, 2008), enquanto o

⁹ Neste trabalho, delimitou-se o Vale do Paraíba como “a parte da bacia hidrográfica desse rio situada no Estado de S. Paulo, com a inclusão dos municípios de Campos do Jordão e S. Bento do Sapucaí, os quais, a-pezar-de pertencerem a outra bacia [...] se acham, entretanto, economicamente ligados ao Vale do Paraíba” (Baptista, 1940, p.8, grafia original). Essa área corresponde às zonas do Alto e Médio Paraíba e da Mantiqueira, conforme definidas nos Censos Demográficos de 1940 e 1950.

Vale do Paraíba sofria com o esgotamento dos solos devido à monocultura cafeeira e ainda se valia a mentalidade escravista (Marquese; Tomich, 2009).

O incômodo gerado pelo enfraquecimento econômico da região ficou registrado na obra “Cidades Mortas”, do escritor Monteiro Lobato, membro de uma família latifundiária da região de Taubaté. Em um dos contos do livro, o autor diz que “o nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas”, pois as atividades econômicas desenvolvidas são “deficiente[s] e se compensa[m] com o nomadismo, esgota[m]-se em uma região e muda[m] para outra” (Silva, 2012, p.294). Isto é, uma vez que o Vale entrava em decadência pelo esgotamento dos solos pela monocultura e por depender da mão de obra escravista, o eixo da produção deslocava-se para o Oeste, deixando no seu rastro a decadência e a estagnação, sem perspectivas de recuperação econômica.

Como consequência do deslocamento do eixo produtivo, o Vale do Paraíba entrou em declínio econômico. Entre 1836 e 1940, a participação da região na produção rural no contexto paulista reduziu-se de 37% para 5%, e a produção per capita passou do patamar de 60% superior à média estadual para se situar em níveis 28% inferiores à média (Baptista, 1940). A esse declínio, seguiu-se também o decréscimo populacional, acentuado principalmente entre as décadas de 1920 e 1940. A Tabela 1 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra a evolução da população nos 33 territórios da região entre 1920 e 1950, a fim de abranger o período de estudo deste trabalho (1935 a 1941). Esses territórios correspondem a municípios que possuíam autonomia na época e distritos que vieram a se emancipar após a década de 1920¹⁰. Cada um dos territórios está apresentado pelo nome atual dos municípios que correspondem a eles.

Os dados da Tabela 1 apresentam dois períodos com tendências demográficas opostas. O primeiro, entre 1920 e 1940, é a de redução populacional, com a região apresentando taxa de crescimento geométrico negativa, no valor de -0,322 (reduzindo de 416.729 para 390.680 habitantes). Dos 33 territórios da região, 23 apresentaram redução em sua população. O segundo período, entre 1940 e

¹⁰ Os distritos que se emanciparam foram: Campos do Jordão (em 1934); Igaratá (incorporado a Santa Isabel em 1934 e reinstalado em 1953); Lagoinha (incorporado a Cunha em 1934 e reinstalado em 1953); Buquira (incorporado a São José dos Campos em 1934 e reinstalado em 1948 com o nome de Monteiro Lobato); e Santo Antônio do Pinhal (em 1959). Os atuais municípios de Arapeí, Canas, Potim e Roseira foram desconsiderados, pois não eram distritos à época.

1950, é de acréscimo populacional a uma taxa regional de 0,961 (aumentando de 390.680 para 473.045 habitantes), com apenas 7 territórios testemunhando a diminuição de sua população.

Tabela 1 – Evolução da população nos municípios e distritos do Vale do Paraíba (1920-1950), em valores absolutos e em taxa de crescimento geométrico

| Território | População absoluta | | | Crescimento geométrico | | |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------------|-------------|-------------|
| | 1920 ¹¹ | 1940 ¹² | 1950 ¹³ | 1920 / 1940 | 1940 / 1950 | 1920 / 1950 |
| Aparecida | 6.756 | 9.156 | 15.088 | 1,532 | 2,529 | 2,714 |
| Areias | 6.100 | 5.168 | 3.558 | -0,826 | -1,849 | -1,781 |
| Bananal | 11.507 | 11.566 | 15.018 | 0,026 | 1,314 | 0,892 |
| Caçapava | 18.099 | 16.352 | 19.301 | -0,506 | 0,832 | 0,215 |
| Cachoeira Paulista | 9.691 | 9.137 | 12.492 | -0,294 | 1,576 | 0,850 |
| Campos do Jordão | 2.797 | 8.402 | 13.040 | 5,654 | 2,222 | 5,266 |
| Cruzeiro | 12.676 | 16.466 | 19.918 | 1,317 | 0,956 | 1,518 |
| Cunha | 20.171 | 19.414 | 20.874 | -0,191 | 0,363 | 0,114 |
| Guararema | 8.666 | 7.315 | 8.277 | -0,844 | 0,620 | -0,153 |
| Guaratinguetá | 36.345 | 29.345 | 36.657 | -1,064 | 1,119 | 0,028 |
| Igaratá | 4.796 | 3.227 | 3.459 | -1,962 | 0,348 | -1,083 |
| Jacareí | 18.135 | 23.663 | 27.561 | 1,339 | 0,765 | 1,405 |
| Jambeiro | 5.517 | 4.433 | 4.066 | -1,088 | -0,431 | -1,012 |
| Lagoinha | 7.296 | 5.404 | 4.343 | -1,490 | -1,087 | -1,714 |
| Lavrinhas | 4.375 | 3.815 | 3.930 | -0,682 | 0,149 | -0,357 |
| Lorena | 15.645 | 15.961 | 24.569 | 0,100 | 2,180 | 1,516 |
| Monteiro | 7.877 | 3.955 | 4.131 | -3,386 | 0,218 | -2,128 |

¹¹ Na data de realização deste censo, os seguintes territórios não eram municípios: Aparecida (distrito de Guaratinguetá), Campos do Jordão (distrito de São Bento do Sapucaí), Santo Antônio do Pinhal (distrito de São Bento do Sapucaí). Possuíam nomes diferentes: Lavrinhas (Pinheiros), Monteiro Lobato (Buquira), Natividade da Serra (Natividade) e Redenção da Serra (Redenção).

¹² Na data de realização deste censo, os seguintes territórios não eram municípios: Igaratá (distrito de Santa Isabel), Lagoinha (distrito de Cunha), Monteiro Lobato (distrito de São José dos Campos, com o nome Buquira) e Santo Antônio do Pinhal (distrito de Campos do Jordão). Possuíam nomes diferentes: Lavrinhas (Pinheiros) e São José do Barreiro (Barreiro). Para o município de Santa Isabel, foi desconsiderado o distrito de Arujá, que em 1920 pertencia a Mogi das Cruzes.

¹³ Na data de realização deste censo, os seguintes territórios não eram municípios: Igaratá (distrito de Santa Isabel), Lagoinha (distrito de São Luís do Paraitinga) e Santo Antônio do Pinhal (distrito de São Bento do Sapucaí). Para o município de Santa Isabel, foi desconsiderado o distrito de Arujá, pelo mesmo motivo exposto na nota anterior.

| | | | | | | |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|--------------|
| Lobato | | | | | | |
| Natividade da Serra | 12.781 | 11.709 | 11.573 | -0,437 | -0,058 | -0,330 |
| Paraibuna | 19.435 | 15.803 | 16.789 | -1,029 | 0,303 | -0,487 |
| Pindamonhangaba | 26.493 | 22.995 | 28.901 | -0,706 | 1,150 | 0,290 |
| Piquete | 4.369 | 7.262 | 10.372 | 2,573 | 1,798 | 2,924 |
| Queluz | 6.793 | 5.192 | 5.741 | -1,335 | 0,504 | -0,559 |
| Redenção da Serra | 7.578 | 5.537 | 5.589 | -1,557 | 0,047 | -1,010 |
| Santa Branca | 7.228 | 5.968 | 5.889 | -0,953 | -0,067 | -0,681 |
| Santa Isabel | 8.540 | 7.325 | 8.453 | -0,764 | 0,719 | -0,034 |
| Santo Antônio do Pinhal | 4.031 | 3.314 | 4.176 | -0,975 | 1,163 | 0,118 |
| São Bento do Sapucaí | 8.264 | 9.113 | 9.829 | 0,490 | 0,379 | 0,580 |
| São José do Barreiro | 4.879 | 6.347 | 6.537 | 1,324 | 0,148 | 0,980 |
| São José dos Campos | 30.681 | 32.324 | 44.804 | 0,261 | 1,646 | 1,270 |
| São Luís do Paraitinga | 17.870 | 11.127 | 10.204 | -2,341 | -0,432 | -1,850 |
| Silveiras | 7.398 | 6.213 | 6.004 | -0,869 | -0,171 | -0,694 |
| Taubaté | 45.445 | 40.970 | 52.997 | -0,517 | 1,295 | 0,514 |
| Tremembé | 8.495 | 6.702 | 8.905 | -1,178 | 1,431 | 0,157 |
| Total | 416.729 | 390.680 | 473.045 | -0,322 | 0,961 | 0,423 |

Fonte: Elaboração do autor a partir de Bassanezi, 1998; IBGE, 1950, 1954

Destaca-se nesta tabela o fato de São José dos Campos ter observado o aumento de sua população em ambos os períodos, sendo o sétimo território da região com maior taxa de crescimento geométrico entre 1920 e 1950, no valor de 1,270. Tal crescimento é peculiar, levando-se em consideração a crise financeira, o pouco dinamismo econômico da cidade e a existência de um fluxo migratório da mão de obra agrícola joseense em direção ao Oeste Paulista (Almeida, 2008). Ele está relacionado ao plano da elite local de dinamizar a economia local e aumentar a arrecadação municipal, valendo-se dos imperativos nacionais de modernizar, higienizar e industrializar o país. Serão descritas, a seguir, as conjunturas históricas nacionais, estaduais e locais que idealizaram o referido plano.

A nível nacional, os governos da República Velha se empenhavam na “elaboração de um projeto nacional modernizante” (Bertolli Filho, 2001, p.60), que consistia em copiar as ações dos países ditos “civilizados” da Europa Ocidental, investindo em reformas urbanas e na industrialização nacional. No âmbito urbano, a modernização viria por meio dos “melhoramentos”, intervenções nos principais centros urbanos nacionais sob os preceitos da modernidade e do sanitarismo: abertura de largas avenidas, retificação de rios, drenagem de pântanos, demolição de edifícios considerados insalubres e terraplanagem de morros. Essas ações tinham como objetivos melhorar a circulação do capital dentro das cidades e controlar a população, reduzindo a possibilidade de ocorrerem rebeliões populares, e as epidemias que assolavam os centros urbanos, eliminando focos de vetores das doenças (Soares, 2007).

As reformas urbanas do início do século XX se baseavam no ideal renascentista de planejar cidades monumentais, que dominava na Europa da época, e tinha como exemplos Paris – a renovação empreendida por Haussmann, em meados do século anterior, tornara a capital francesa um símbolo do progresso e do desenvolvimento – e Buenos Aires – considerada a “Paris sul-americana” (Soares, 2007, p.17). No Brasil, as reformas inicialmente foram realizadas sob o nome de “embelezamento urbano” e através dos chamados “melhoramentos”. Na prática, elas visavam a imposição dos padrões estéticos burgueses, criando uma cidade considerada “bela” – o que envolvia a necessidade de expulsar os casebres pobres das áreas centrais; no lugar destes, eram construídas as largas avenidas arborizadas, monumentos e centros cívicos (Villaça, 2004, pp.192-197).

Há de se recordar, ainda, que a economia nacional estava saindo do regime escravista e adentrando no regime capitalista com mão de obra livre. Os trabalhadores começaram a ser vistos como fontes geradoras da riqueza nacional: era importante garantir a integridade física e intelectual destes para que pudessem continuar produzindo riqueza e, dessa forma, garantir a modernização do país. A medicina, meio para garantir o vigor da força de trabalho, passa a ter o papel vital de “guia do Estado para assuntos sanitários, comprometendo-se a garantir a melhoria da saúde individual e coletiva e, por extensão, a defesa do projeto de modernização do país” (Bertolli Filho, 2006, p.12). A atenção dispensada à questão da saúde pública, no entanto, servia como pretexto para justificar a mobilização do aparato

estatal contra as classes populares. Uma vez que as doenças infectocontagiosas possuíam maior incidência entre as classes populares, devido às suas péssimas condições de moradia, a expulsão dessa população das áreas centrais, derrubando os casebres e pensões insalubres e forçando-os a ir morar nas periferias, era justificada pelo viés sanitário (Bertolli Filho, 2006; Almeida, 2008). Em vez de resolver as questões sociais que acarretavam a maior incidência de doenças – como garantir condições de moradia dignas e salubridade dos locais de trabalho –, escondia-se a pobreza, expulsando-a das áreas valorizadas (Soares, 2007, p.22).

Durante a Era Vargas (da década de 1930 em diante), as reformas urbanas no Brasil passam a “privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital [...] [, e] as obras de infraestrutura são priorizadas” (Villaça, 2004, p.199). O governo da época inspirava-se no modelo de urbanismo progressista de Le Corbusier – que almejava imprimir a modernidade sobre as formas urbanas, criando a cidade mais eficiente o possível para a produção industrial capitalista (Choay, 2000) –, ao mesmo tempo em que buscava, por influência do governo fascista de Mussolini, deixar sua marca na arquitetura da capital nacional (no caso, o Rio de Janeiro) (Soares, 2007). As reformas, portanto, não possuíam mais apenas preocupações estéticas, mas também garantiam as bases para que o país pudesse se industrializar. No entanto, a questão da pobreza ainda era escondida em vez de ser resolvida ou amenizada.

No estado de São Paulo, o processo de industrialização – e a consequente urbanização – se engendrava com os lucros da produção cafeeira e com a imigração europeia (Furtado, 2005; Mamigonian, 1976). A oligarquia cafeeira em ascensão, com o viés modernizador e higienista, buscava sanitizar a capital estadual e a cidade portuária de Santos, principal porto de escoamento do café para o mercado externo, através de dois caminhos: o das reformas urbanas, realizadas por Antônio Prado e Saturnino de Brito (Villaça, 2004), e o da vigilância sanitária, pelo combate às doenças. Ao Serviço Sanitário estadual, chefiado por Emílio Ribas, cabia o papel de vigilância das pessoas acometidas de doenças infectocontagiosas e de fiscalização de salubridade de casas e estabelecimentos industriais (Bertolli Filho, 2006). À ação deste órgão, somava-se a Liga Paulista Contra a Tuberculose (LPCT), criada por Clemente Ferreira em 1899 com inspiração na medicina germânica (Mastromauro, 2013).

Clemente Ferreira, médico especialista em tísica pulmonar, mudou-se do Rio de Janeiro para São Paulo na década de 1890 a convite de Emílio Ribas para organizar uma associação filantrópica que auxiliasse no combate à tuberculose, já que a doença, que ainda não possuía cura, tinha grande incidência na capital paulista e seu tratamento era caro demais para ser custeado pelo Estado, por demandar longos períodos de internação (Bertolli Filho, 2001). Influenciada pelos resultados satisfatórios obtidos pelos sanatórios europeus e divulgados no Congresso de Berlim de 1899, a LPCT tinha como metas a criação de sanatórios e preventórios para pobres, a educação sanitária e as condições dignas e salubres de trabalho, moradia e alimentação para a população (Rosemberg, 2008, pp.40-42). Os sanatórios representavam um meio eficaz de tratamento, pois garantiam o isolamento, o repouso, a alimentação abundante e os banhos de sol – preceitos que guiavam a recuperação do doente acometido por tuberculose antes da criação dos primeiros fármacos destinados à sua cura (Bertolli Filho, 2001; Mastromauro, 2013).

Apesar de a criação de uma rede de sanatórios no interior do estado já ser recomendada pelo relatório de Victor Godinho¹⁴ desde 1899, o Serviço Sanitário estadual não destinava recursos para esta ação, pois considerava que o doente poderia tratar-se em sua residência. A LPCT, por outro lado, dizia que o tratamento domiciliar era uma ilusão, por não haver a certeza de que existiria o isolamento e a alimentação abundante – ainda mais no caso da população mais pobre, que poderia não possuir condições financeiras para alimentar-se regularmente (Bertolli Filho, 2001; Mastromauro, 2013; Rosemberg, 2008). Por isso, a Liga defendia a criação de sanatórios populares, que permitissem a internação de pessoas sem condições de custear seu próprio tratamento. Para Clemente Ferreira, garantir a profilaxia dos mais pobres era necessário para evitar que a doença continuasse a se espalhar, já que ela poderia infectar a qualquer um, independente de classe (Mastromauro, 2013).

Com a falta de auxílio estadual, a Liga sustentava-se com a filantropia, solicitando apoio financeiro e doações de terrenos a municípios e famílias ricas, os quais não eram suficientes para a manutenção de um sanatório próprio. Com essas

¹⁴ Victor Godinho foi um médico que atuou no Serviço Sanitário de São Paulo no início do século XX. Foi, também, professor da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, diretor da LPCT e idealizador da Estrada de Ferro Campos do Jordão, criada para facilitar o transporte dos doentes que iam à cidade tratar-se da tuberculose (Fiocruz, s./d.).

adversidades, ela passou a focar na ação profilática, realizada no Dispensário Clemente Ferreira, localizado na cidade de São Paulo, e nos cuidados oferecidos aos filhos de tuberculosos, por meio do Preventório instalado na zona rural de Bragança Paulista. O único sanatório que chegou a ser administrado pela Liga, denominado Sanatório São Luiz, foi aberto em 1926, no município de Piracicaba, e funcionou por apenas cinco anos (Mastromauro, 2013, pp.56-57).

A rede de sanatórios no interior idealizada pela LPCT englobava os municípios na região da Serra da Mantiqueira paulista, em especial Campos do Jordão, que supostamente possuiria um clima excelente para o tratamento da tísica (Rosemberg, 2008, pp.115-116). Amaral (1930) chega a dizer que o clima da região seria melhor que o de Davos-Platz, comuna suíça que durante a segunda metade do século XIX era um conhecido destino de doentes que sofriam de doenças respiratórias. A proposta não foi efetivada por não ter recebido apoio dos governos estadual e federal (Mastromauro, 2013).

Apesar do descaso sobre a questão sanitária, o Vale do Paraíba paulista viria a receber a atenção do governo estadual no final da década de 1930, quando a gestão Ademar de Barros propôs um plano de recuperação econômica para a região. Utilizando-se dos dados que mostravam a decadência da região (tab. 1), o plano propunha a retomada do plantio nas várzeas do rio Paraíba do Sul, o aproveitamento do potencial hidrelétrico no alto curso do rio e a navegação no médio curso (Baptista, 1940). Esse plano é uma das possíveis explicações para a retomada do crescimento da região entre as décadas de 1940 e 1950.

A política local de São José dos Campos da época se influenciou por todo esse contexto. A cidade buscava dinamizar sua economia, porém não o conseguiria fazer pela via da agricultura, já que seus solos eram impróprios para cultivos em larga escala, e nem pela via da atividade industrial, porque não havia elite capitalista local com renda ou interesse em instalar grandes fábricas na cidade. A solução encontrada foi investir no setor de serviços associados à tísica, aproveitando-se “[...] [d]as rebarbas de doentes que buscavam Campos do Jordão, até então, um dos maiores polos de atração para a cura de tuberculosos” (Almeida, 2008, p.59), valendo-se também da proximidade da cidade com a capital estadual e da fama dos “bons ares” da região.

Não se sabe ao certo a origem dessa fama sobre os ares da cidade (Almeida, 2008; Amaral, 1930; Belcufiné, 2010; Bondesan, 1967; Flório, 1944), porém foram encontradas duas hipóteses na bibliografia consultada. A primeira, citada por Bondesan (s./d. *apud* Belcufiné, 2010, p.41) é a de que ela remontaria a períodos anteriores à fundação da cidade, ocorrida na década de 1640, quando “uma lenda originária dos índios [sic] guaianás que habitavam a região, [dizia] que este local possuía ares tão salutares que “não se morria nunca””. A segunda, levantada por Prince (2010), diz que ela teria surgido já no século XX por conta do médico Mário Nunes Galvão¹⁵, que, doente de tuberculose, mudou-se para a cidade em 1902, curou-se e lá ficou atendendo outros doentes até sua morte, em 1925.

Foram encontradas na revisão bibliográfica e nos dados analisados neste trabalho argumentos que corroboram a segunda hipótese. Segundo uma edição de 1939 do jornal municipal *Correio Joseense*, “[...] diz-se que um medico que aqui iniciou a sua clinica ha cerca de quarenta annos foi o creador e propagador das virtudes climaticas de nossa terra” (Em 1884 [...], 1939, núm. 831, grafia original¹⁶). Apesar de não ser citado o nome do médico, a data coincide com a chegada de Mário Galvão citada por Prince (2010). Da mesma forma, Dias (2000 *apud* Almeida, 2008), aponta, a partir de entrevistas, que Clemente Ferreira teria sugerido a Mário Galvão e a outros tisiólogos que São José dos Campos seria o local ideal para a construção de consultórios porque

[...] o pessoal para vir para São Paulo é muito difícil, a vida é cara, não tem onde se alojar, não tem hospitais, não tem onde pôr esse pessoal. São José dos Campos, que é uma cidade pequena, tem muito mais possibilidades de acomodar esses pacientes. Você começa uma clínica, e é evidente que você não vai ter paciente da cidade porque não tem tuberculoso em São José dos Campos para você montar uma clínica especializada, mas você vai contar com uma clientela que virá de fora, desde que você crie um centro, e nós mesmos iremos encaminhar pacientes para vocês (Dias, 2000, p.35-36 *apud* Almeida, 2008, p.91).

Vê-se, portanto, que Clemente Ferreira, sem o apoio estadual, investira na criação da rede de sanatórios desejada pela LPCT de forma indireta, convencendo outros médicos a criarem na cidade um centro especializado de

¹⁵ Mário Galvão foi um tisiólogo formado na Faculdade de Medicina em 1878. Sua fama nacional veio de seu trabalho em diversos hospitais do Rio de Janeiro e na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e por ter sido diretor-geral interino da Imprensa Nacional entre 1898 e 1900 e gestor do museu anatomopatológico do Hospital de Alienados da Capital da República (Caldeira, 1934; Hospício [...], s./d.).

¹⁶ Optou-se por manter a grafia original das notícias de ambos os periódicos.

tratamento. São José dos Campos valeu-se de sua localização privilegiada, próxima à capital estadual e conectada a ela pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), para constituir-se num importante local privilegiado de tratamento da doença.

Para além da ajuda da Liga, que prometera enviar doentes para a cidade, a fama (o mito) dos “bons ares” foi construída com ajuda da propaganda estatal. Almeida (2008), analisando sete almanaques municipais¹⁷ editados entre 1905 e 1954, argumenta que a “vocação sanatorial” da cidade foi construída através da “formalização e ritualização caracterizadas pela imposição da repetição” (Almeida, 2008, p.58): os almanaques, com seu intento de divulgar as atividades urbanas e o cotidiano da cidade, construíam a narrativa de que a região seria muito adequada para o tratamento da doença. O álbum de 1934, por exemplo, o faz pela criação de uma seção intitulada “São José: Estância Climatérica”, na qual destaca a infraestrutura sanitária da cidade, trazendo elogios à arquitetura dos sanatórios – dotados de “ventilação farta e riquíssima em oxygenio” (Caldeira, 1934, p.147) –, aos médicos – “profissionais conhecidos” por seus “triumfos estrondosos” (Caldeira, 1934, p.148) na cura da doença, sendo que alguns são citados nominalmente para serem elogiados por sua prática clínica –, às pensões e farmácias – são citados os endereços e o número de quartos de cada pensão – e à infraestrutura urbana – que possuiria “serviço modelar de aguas e exgottos, luz electrica, telefone, [e] comunicações rápidas para São Paulo, Rio e localidades visinhas quer por via férrea como por luxuosos auto-omnibus” (Caldeira, 1934, p.147).

Uma vez que este trabalho propõe como período de análise a segunda metade da década de 1930, assumir-se-á que São José dos Campos ficou famosa pela ação de Clemente Ferreira e da propaganda dos almanaques, pois a real origem da fama¹⁸ é menos importante do que as consequências que ela trouxe para o município. O papel da cidade como centro de tratamento da tuberculose intensificou-se após a inauguração do Sanatório Vicentina Aranha, em 1924, que era

¹⁷ As edições analisadas são dos anos de 1905, 1922, 1935, 1945 e 1954. Todos foram financiados pelo poder público municipal.

¹⁸ O *Correio Joseense* aponta que os “bons ares” supostamente já seriam divulgados pelo Almanach da Corte editado por Arthur Sauer em 1884 (Em 1884 [...], 1939, núm. 831) – ou seja, antes mesmo de Clemente Ferreira sugerir a Mário Galvão que se mudasse para a cidade. Portanto, ela pode ser anterior à intervenção do fundador da LPCT.

mantido pela Santa Casa de Misericórdia¹⁹. Este foi um dos primeiros sanatórios do país e o maior da América Latina, e teve relevância por ter leitos tanto para pensionistas quanto para os doentes pobres – mesmo que houvesse déficit de vagas, era um avanço em relação à falta de atendimento anterior (Leite; Oliveira; Zanetti, 2022; Mastromauro, 2013; Rosemberg, 2008; Soares, 2007).

A importância da cidade como centro receptor de doentes, onde estes “viviam à vontade sem preconceito que se via em outras cidades” (Almeida, 2008, p.162), pode ser atestada por dados do Centro de Saúde e do recenseamento municipal de tuberculosos (

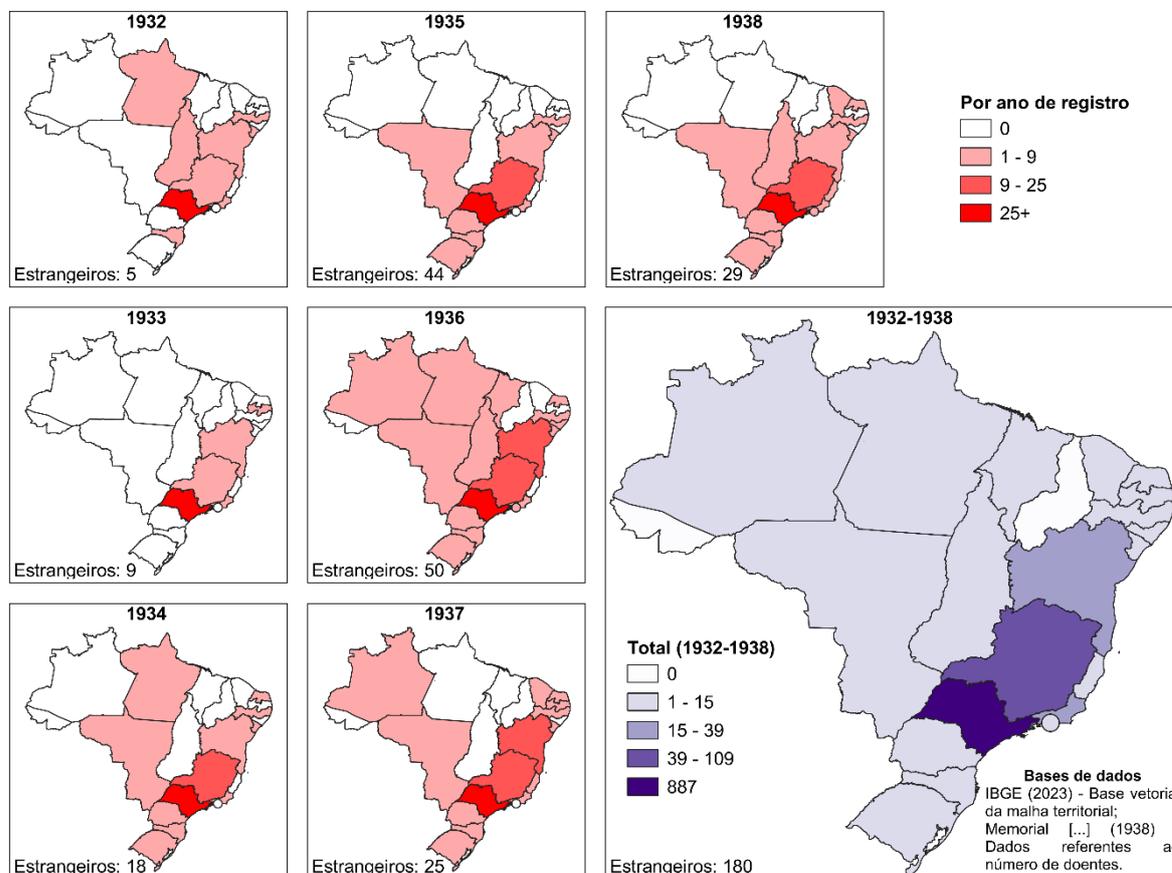
Mapa 1). O primeiro conjunto de dados (Tabela 2) mostra que em 1938 existiam 1.360 doentes pobres atendidos pelo Centro de Saúde, sendo 44 (3,23% do total) naturais de São José dos Campos, 843 de outros municípios do estado de São Paulo, 293 de outros estados brasileiros e 180 estrangeiros (Memorial [...], 1938, núm. 788). O segundo conjunto, obtido pelo recenseamento realizado por Flório (1944), contabilizou 1.026 tísicos na cidade à época, sendo 36 naturais de São José dos Campos, 770 de outros municípios do estado de São Paulo, 218 de outros estados brasileiros e 2 estrangeiros – ou seja, apenas 3,51% dos casos seriam autóctones.

Conclui-se, portanto, que a quase totalidade dos casos notificados²⁰ da doença eram de imigrantes. Como efeito da migração, o coeficiente de mortalidade por 100 mil habitantes da cidade era muito superior ao da capital estadual: enquanto o valor para esta ficou em torno de 100,00 entre 1935 e 1945, em São José dos Campos ele era superior a 1.000,00 (Belcufiné, 2001). Convém ressaltar, também, que os acometidos por tuberculose correspondiam a cerca de 10% da população urbana, que em 1938 era de cerca de 10.000 habitantes (Vianna, 2010).

¹⁹ A campanha para a construção do sanatório foi iniciada pela dama da sociedade Vicentina de Queirós Aranha, esposa do senador Olavo Egídio. A mulher faleceu em 1916, antes de vê-lo finalizado, e por isso este recebeu o seu nome em homenagem póstuma. Os seus pavilhões foram projetados pelo Escritório Técnico Francisco de Paula Ramos de Azevedo & Cia, cujo chefe era um renomado arquiteto e engenheiro, responsável por diversos edifícios da capital paulista, como o Teatro Municipal, a Escola Politécnica e o Quartel de Polícia (patrimônio, s./d.).

²⁰ Há de se considerar a subnotificação dos casos. A estigmatização causada pelo diagnóstico da doença – “uma vez doente do peito, sempre doente do peito” (Almeida, 2008, p.160) – possivelmente fazia com que parte da população não buscasse auxílio médico quando possuía sintomas da doença e, conseqüentemente, não fosse diagnosticada.

Mapa 1 – Tuberculosos indigentes²¹ matriculados e atendidos pelo Centro de Saúde de São José dos Campos segundo a origem e data de registro (1938)



Fonte: Elaboração do autor a partir de Memorial [...] (1938, núm. 788)

A inauguração do Vicentina Aranha incentivou a instalação de uma “indústria da doença” (Almeida, 2008) em São José dos Campos, isto é, de atividades econômicas ligadas ao atendimento à tuberculose: serviços de estadia (pensões e repúblicas) para receber os tuberculosos que migravam para a cidade à espera de vagas no Vicentina Aranha (Chuster, 2010; Prince, 2010), serviços funerários, produção de túmulos e cerâmicas funerárias, venda de fármacos (por médicos ou charlatães), lavagem de roupas, pensões, entre outras (Almeida, 2008). O crescimento do setor de serviços e comércios se deu principalmente entre as décadas de 1920 e 1940 (Tabela 3). A grande imigração de doentes e a alta mortalidade possuíram um papel dual para a cidade nesta época: por um lado, estigmatizaram-na com a alcunha pejorativa de “cidade da tuberculose” (Fraga; Roque, 2010); por outro, garantiram a dinamização da economia local. A

²¹ A fonte dos dados não especifica quais doentes eram classificados como indigentes.

dinamização se deu por dois caminhos: a atração de mão de obra e o aumento da arrecadação.

Tabela 2 – Tuberculosos indigentes matriculados e atendidos pelo Centro de Saúde de São José dos Campos segundo a origem²² e data de registro (1938)

| Procedência | 1932 | 1933 | 1934 | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 | Total |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Alagoas | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Amazonas | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Bahia | 1 | 2 | 3 | 8 | 10 | 10 | 5 | 39 |
| Ceará | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Distrito Federal | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 1 | 5 |
| Espirito Santo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Exterior | 5 | 9 | 18 | 44 | 50 | 25 | 29 | 180 |
| Goyaz | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 4 | 7 |
| Maranhão | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Matto Grosso | 0 | 0 | 1 | 2 | 5 | 2 | 3 | 13 |
| Minas Geraes | 9 | 9 | 18 | 19 | 24 | 17 | 13 | 109 |
| Pará | 1 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 5 |
| Paraná | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 | 3 | 1 | 10 |
| Parahyba do Norte | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Pernambuco | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 3 | 1 | 9 |
| Rio Grande do Norte | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Rio Grande do Sul | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 3 | 3 | 10 |
| Rio de Janeiro | 4 | 4 | 3 | 6 | 6 | 8 | 8 | 39 |
| Santa Catharina | 4 | 0 | 2 | 2 | 2 | 3 | 1 | 14 |
| São Paulo | 97 | 47 | 202 | 163 | 165 | 127 | 85 | 887 |
| Sergipe | 3 | 0 | 6 | 2 | 1 | 2 | 1 | 15 |
| Total | 121 | 63 | 242 | 206 | 234 | 184 | 129 | 1.360 |

Fonte: Elaboração do autor a partir de Memorial [...] (1938, núm. 788)

Em relação à mão de obra, Almeida (2008) aponta que a chegada de doentes contrabalanceou o fluxo de emigração da mão de obra agrícola para o Oeste Paulista. Apesar da mortalidade elevada, muitos dos doentes conseguiam se recuperar e se fixavam na cidade, exercendo ali sua profissão. O recenseamento

²² Optou-se por manter a grafia original do nome dos estados, em consonância com a opção de transcrever as notícias dos jornais da forma como estão escritas.

realizado por Flório (1944) mostra que a doença afetava trabalhadores de diversas áreas – lavradores, escriturários, tecelões, operários, estudantes, comerciantes, sapateiros, militares, alfaiates, barbeiros, mecânicos... – e que 73% deles eram alfabetizados, proporção maior do que a da população urbana sadia (56%) (Vianna, 2010). Esse fator ajuda a explicar o crescimento dos setores de indústria, transporte, comércio e serviços, em detrimento do setor agropecuário, apresentado na Tabela 3. A tuberculose, portanto, viabilizou a diversificação econômica da cidade – apesar de não ser possível afirmar categoricamente que ela foi o *principal* fator para isso, devido à falta de dados que relacionem migração e trabalho.

Tabela 3 – População economicamente ativa de São José dos Campos por setor, em valores absolutos e percentuais (1920-1950)

| Ano | Setor | | | | | | | | | | | |
|------|--------------|-------|-----------|-------|------------|------|----------|------|--------------|------|----------|------|
| | Agropecuária | | Indústria | | Transporte | | Comércio | | Adm. pública | | Serviços | |
| | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| 1920 | 6.427 | 84,79 | 433 | 5,71 | 148 | 1,95 | 356 | 4,70 | 85 | 1,12 | 131 | 1,73 |
| 1940 | 7.917 | 64,20 | 2.195 | 17,80 | 353 | 2,86 | 685 | 5,55 | 391 | 3,17 | 791 | 6,41 |
| 1950 | 5.966 | 42,90 | 5.302 | 38,12 | 558 | 6,26 | 781 | 6,26 | 406 | 2,92 | 805 | 5,79 |

Fonte: Elaboração do autor a partir de Almeida (2008, p.87)

Quanto à arrecadação, até o início da década de 1930 a prefeitura municipal não possuía renda suficiente para custear as obras de urbanização desejadas (Soares, 2007) – a cidade era descrita nessa época como “pobre na aparência material – prédios em geral velhos, ruas sem arborização e sem calçamento, ausência absoluta de praças ajardinadas, [...] infinidade de terrenos baldios” (Amaral, 1930, p.142) e não possuía uma rede de abastecimento de águas suficiente para atender toda a população urbana. A situação começa a mudar a partir de 1935, quando a elite de São José dos Campos inspira-se numa experiência administrativa de Campos do Jordão, à época um distrito de São Bento do Sapucaí: a cidade, que também era importante centro de tratamento da tuberculose, tornou-se Prefeitura Sanitária em 1926, ente administrativo que tinha maior facilidade para receber empréstimos do governo estadual para construir sanatórios, avenidas e rede de abastecimento de águas e de coleta de esgoto (São Paulo, 1926). A doença, portanto, era a justificativa para conseguir maior repasse de impostos; no entanto, a

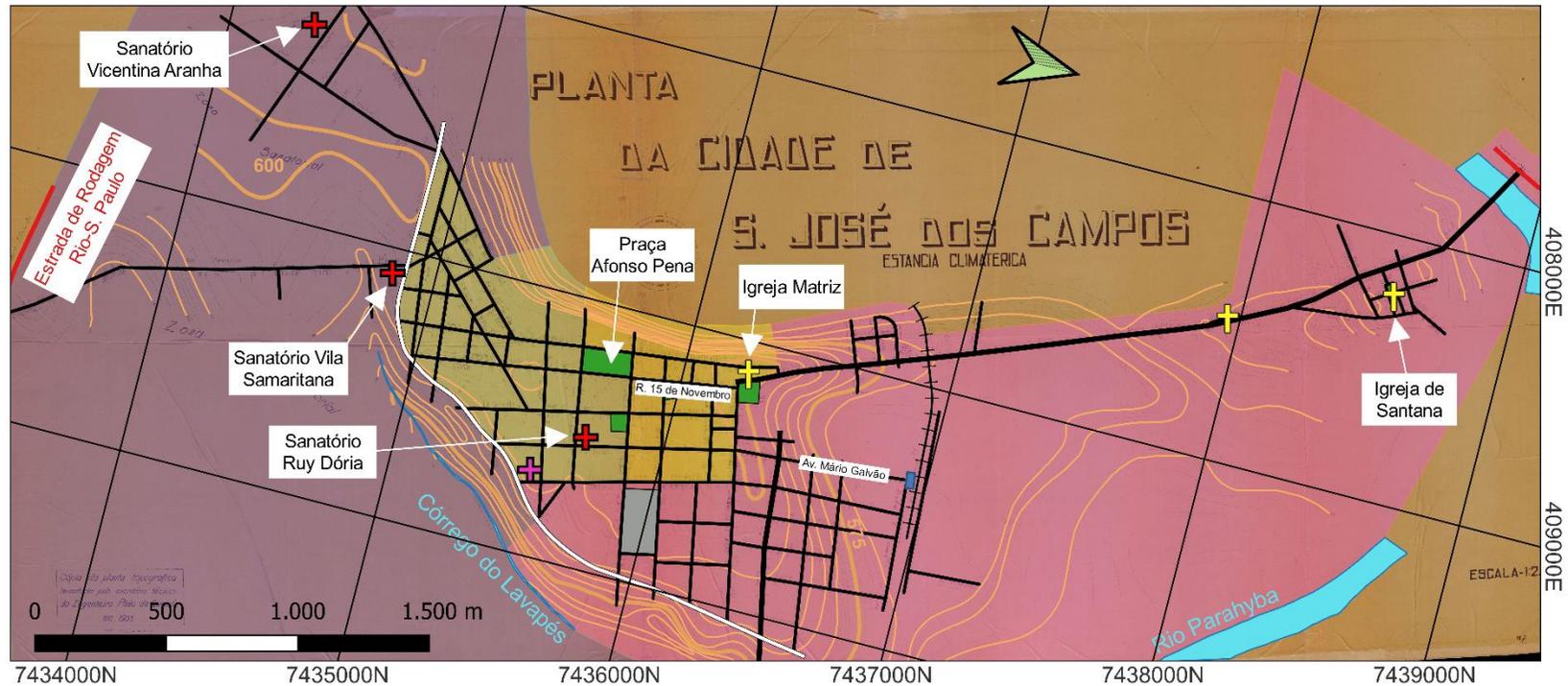
questão dividia a opinião da elite política local, pois, em troca de receber as verbas do governo estadual (por meio do Fundo de Melhoramento das Estâncias – FUMEST), a municipalidade deveria renunciar à eleição de seu prefeito, que passaria a ser nomeado pelo governador (São Paulo, 1933, 1934).

Os vencedores do embate político foram os defensores dos investimentos estatais, e a cidade tornou-se Prefeitura Sanitária e Estância Climatérica por meio do Decreto N. 7.007, em 12 de março de 1935 (São Paulo, 1935b). Segundo os balancetes mensais da prefeitura publicados pelo *Correio*, entre junho de 1935 e novembro de 1941 as subvenções do governo estadual corresponderam, em média, a 25,3% da receita do município, com valor médio de 52:970\$570. Esse valor somava-se à renda ordinária²³, cujo valor médio foi de 63:832\$080, equivalente a 41% da receita total mensal. Em relação às despesas, as cifras de *Obras públicas e Melhoramentos* utilizavam, em média, 20,2% da receita, com os valores máximos ultrapassando 30% entre os anos de 1939 e 1940, quando estava ocorrendo a construção do novo sistema de abastecimento de águas (a qual será tratada no tópico 5.3). Dos 68 balancetes analisados, essa rubrica figurava como principal gasto em 36 meses (incluindo todos os meses entre abril de 1939 e agosto de 1940) e em segundo lugar em outros 10.

No ano de publicação do Decreto 7.007, o perímetro urbano de São José dos Campos era limitado pela Estrada de Rodagem Rio-São Paulo a sul e a leste, pelo Rio Paraíba do Sul a norte e pela EFCB a oeste, e abrangia o centro da cidade, o distrito de Santana (a norte) e áreas ocupadas por chácaras a sul e sudeste. Sua área era dividida desde 1932 em quatro zonas: comercial, industrial, residencial e sanatorial (Belcufiné, 2010). A cidade já possuía três sanatórios: Vicentina Aranha (inaugurado em 1924); Vila Samaritana (inaugurado em 1928); e Ruy Dória (inaugurado em 1934) (Mapa 2). Partindo desse contexto histórico e geográfico da cidade, será realizada a análise dos dados obtidos nos jornais municipais, buscando compreender as mudanças que ocorreram na cidade nos seus primeiros seis anos como Estância.

²³ Arrecadação de impostos municipais, excluídos os valores em caixa do mês anterior.

Mapa 2 – Planta da cidade de S. José dos Campos (1938)



Legenda

Locais

- ✚ Igreja/Capela
- Estação ferroviária
- ✚ Santa Casa
- ✚ Sanatório
- Cemitério Municipal
- Praça

Sistema Viário

- Avenida
- Estrada
- ++ Ferrovias (EFCB)
- Rua
- Antigo leito da EFCB

Hidrografia

- Rios e córregos

Zoneamento urbano

- Comercial
 - Residencial
 - Sanatorial
 - Industrial
- #### Hipsometria
- Curva mestra
 - Curva intermediária

Escala de representação 1:20.000

Escala de mapeamento 1:2.500

Autores originais: Eng. civil Nogueira de Lima; Eng. civil Lucas Nogueira Garcês (1938)

Elaborado por: SANTOS, Gustavo Palma de Andrade (2023)

Equidistância das curvas de nível: 5 metros
 Origem da quilometragem: Equador e Meridiano 0°
 Datum: SIRGAS 2000 / UTM Zona 23S
 Fontes: APESP (2023) e Prince (2010)

5. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: ATORES E CONFLITOS

Neste capítulo, serão analisados os conflitos entre os atores de São José dos Campos no que diz respeito aos projetos criados para o território municipal, em específico o seu perímetro urbano. Durante o período analisado, a política local esteve dividida entre dois partidos e suas facções internas. De um lado, estava o Partido Republicano Paulista (PRP), que governara a cidade entre 1906 e 1930 (PMSJC, 2012), e ao qual pertenciam Coronel José Monteiro²⁴, Napoleão Monteiro²⁵, Doutor Nelson d'Ávila²⁶, Doutor Ivan de Souza Lopes²⁷ e José Domingues de Vasconcelos²⁸. Do outro, estava o Partido Constitucionalista (PC), que governou a cidade após a Revolução de 1930 (PMSJC, 2012), e tinha entre seus membros Doutor Ruy Rodrigues Dória²⁹, Arnaldo dos Santos Cerdeira³⁰, Olivo Gomes³¹, os irmãos³² Rodolpho Mascarenhas³³ e Donato Mascarenhas Filho³⁴,

²⁴ Delegado de polícia, presidente do diretório municipal do PRP e vereador municipal em diversas legislaturas.

²⁵ Proprietário e redator do *Correio Joseense*, tesoureiro da Câmara Municipal na década de 1920 e secretário da Santa Casa de Misericórdia na década de 1930. Foi um importante ator político municipal por meio de seu jornal.

²⁶ Nascido no Rio Grande do Sul, foi médico-chefe dos sanatórios Vicentina Aranha e Maria Imaculada e da Santa Casa de Misericórdia. Foi vereador nas décadas de 1920 e 1930 (Escobar, 2018). Era admirado pela população local por sua polidez, sabedoria, competência e caridade (Bondesan, 1967; Caldeira, 1934).

²⁷ Médico do Sanatório Vicentina Aranha, fundador da Liga de Assistência e Combate à Tuberculose (LASCT) e pioneiro na vacinação de crianças com a vacina BCG no país (Caldeira, 1934).

²⁸ Prefeito municipal entre 1932 e 1933 (PMSJC, 2012).

²⁹ Natural de Limeira, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chegou a São José dos Campos em 1925 para tratar-se de tuberculose. Após curar-se, foi Prefeito municipal entre 1930 e 1931 e vereador durante a década de 1930 (Escobar, 2018). Era dono de um sanatório, aberto em 1934, e de casas de pensão na cidade (Soares, 2007).

³⁰ Membro do Conselho Consultivo municipal, foi vereador e presidente da Câmara Municipal entre 1936 e 1937.

³¹ Proprietário e presidente da Tecelagem Parahyba S.A., maior fábrica de São José dos Campos na década de 1930 e importante produtora de cobertores a nível nacional a partir da década de 1940. Disponível em: <<https://www.sjcantigamente.com.br/historia-da-tecelagem-parahyba/>>.

³² Os Mascarenhas foram uma família tradicional da política na cidade. Sua participação na política local inicia-se com Cel. José Caetano, avô de Rodolpho e Donato, que esteve envolvido com a construção de ferrovias no interior do estado e era dono de terras em São José dos Campos. Donato Mascarenhas, pai dos irmãos, foi autoridade policial, escrivão do júri e oficial do registro de hipotecas da comarca (Caldeira, 1934).

³³ Prefeito Sanitário entre 1933 e 12 de março de 1935 e diretor-chefe do Posto de Saúde entre 1935 e 1936. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Caldeira, 1934). Foi, posteriormente, funcionário do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo e professor e diretor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) (Ramos, 1979).

³⁴ Era fazendeiro, pecuarista e dono do cartório de registros municipal, além de ter fundado a Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Também foi vereador por três legislaturas, de 1952 a 1959 e de 1964 a 1969, e Prefeito interino, de abril a novembro de 1958 (Carneiro, 2008; Caldeira, 1934).

Leovigildo Trindade³⁵ e Edgard de Mello Mattos Castro³⁶. A principal ala política da época era a comandada pelos irmãos Mascarenhas (apelidada de “ala donatista” por Napoleão Monteiro), que rivalizava com a ala Dória-Cerdeira nas eleições internas do PC e com o PRP nas eleições municipais. Esta divisão durou de 1935 a 1937, quando o golpe do Estado Novo extingue os partidos políticos e as eleições de Câmara (Soares, 2007). Estes são os principais atores locais observados na análise das notícias, junto ao governo estadual e seus órgãos, como o Departamento de Municipalidades.

A partir da classificação e enquadramento das notícias, foi possível selecionar os temas que apareceram mais vezes no jornal e possuíam maior pertinência aos objetivos do trabalho. Em relação aos três enquadramentos buscados na análise (conflito, responsabilidade e moralidade), o mais frequente foi o de responsabilidade, com 93 ocorrências. Ele aparecia, por exemplo, quando o *Correio* anunciava problemas como a falta d’água (tópico 5.3) ou a poeira das ruas (tópico 5.4) e solicitava ou sugeria à prefeitura uma solução. A prefeitura e os prefeitos sanitários são responsabilizados por causarem – na maioria das vezes o jornal noticiava algum problema, como a falta de iluminação pública (tópico 5.4), e pedia que fosse tomada alguma providência – ou solucionarem o problema em 45 dessas notícias, e os prefeitos e ex-prefeitos foram citados nominalmente em determinados casos. Os três mais frequentemente nomeados são: Leovigildo Trindade, mencionado como responsável em 13 citações, sendo quatro de forma elogiosa (isto é, agradecendo alguma atitude tomada por ele) e nove de forma crítica (pedindo que ele solucionasse um problema); José Longo³⁷, citado cinco vezes, sendo três críticas e dois elogios; e Rodolpho Mascarenhas, responsabilizado em cinco notícias, todas de forma crítica, como será exposto no tópico 5.1. O governo do estado e seus departamentos e secretarias são responsabilizados 15 vezes, quase sempre em situações de atrasos de obras e conflitos com a prefeitura por causa de verbas, o que será trabalhado nos tópicos 5.2 a 5.5. Ainda sobre grupos ligados ao governo, o Centro de Saúde será responsabilizado duas vezes por permitir o funcionamento de um edifício considerado insalubre (tópico 5.6). A população da cidade também aparece como responsável em alguns contextos,

³⁵ Prefeito Sanitário de 12 de março de 1935, data em que a cidade se torna Prefeitura Sanitária, a 20 de setembro de 1937 (PMSJC, 2012). Era engenheiro de formação.

³⁶ Prefeito Sanitário de 20 de setembro de 1937 a 10 de maio de 1938 (PMSJC, 2012).

³⁷ Prefeito Sanitário de 10 de maio de 1938 a 10 de janeiro de 1942. Era engenheiro de formação

como na luta pela autonomia municipal (tópico 5.2) e no apoio às ações filantrópicas contra a tuberculose (tópico 5.7).

Em segundo lugar, o enquadramento de conflito apareceu 45 vezes no *Correio*, arrolando algum grupo ou indivíduo ou ainda, por conta de notícias sobre disputa entre dois grupos. Dessas 45 notícias, 18 tratavam de conflitos com os apoiadores da “ala donatista” nos contextos de eleições municipais ou partidárias e de críticas políticas a prefeitos, que serão discutidos no tópico 5.1 e 5.5. O tópico 5.1 também versará sobre os conflitos entre o *Correio* e outros políticos locais não nomeados pelo jornal. Outra situação conflituosa frequente, com 11 registros, foram os já citados embates entre o governo estadual e a prefeitura de São José dos Campos no que se referia à autonomia da cidade e à destinação de verbas, presentes nos tópicos 5.2 a 5.5. O embate entre defensores da Prefeitura Sanitária e os defensores da autonomia municipal, também inserido dentro desse contexto, será apresentado no tópico 5.2. Entre os outros conflitos que apareceram com menor frequência, estão as críticas de um fazendeiro local ao prefeito, apresentado no tópico 5.3, e as críticas do jornal ao Centro de Saúde local por não ter exigido o fechamento do cinema local, no tópico 5.6.

A moralidade foi o menos frequente, com apenas 15 ocorrências. Em 8 casos, elas se referiam à questão da tuberculose, por exemplo ao noticiar a inauguração de sanatórios ou ao lançar manifestos em defesa de tratamento digno para os doentes pobres, o que será discutido no tópico 5.7. As demais estavam relacionadas com questões políticas, como as críticas a ações políticas de Donato Mascarenhas que foram moralmente reprovadas pelo *Correio* (tópico 5.1). Não foram encontradas muitas citações à religião nas notícias, a não ser em situações em que o jornal ou a Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose (LASCT) pediam que “todos os espíritos cristãos” (*A saúde* [...], 1938, núm. 763) colaborassem com a filantropia.

A partir da análise, as notícias foram separadas em temas, que por sua vez serão trabalhados nos tópicos deste capítulo. Foram selecionados os seguintes: conflitos políticos e eleições locais; debates sobre a autonomia política municipal; problemas e obras da rede de abastecimento de águas; questões relacionadas à infraestrutura viária (calçamento das ruas e iluminação pública), em especial da Avenida Mário Galvão e da Rua 15 de Novembro; ajardinamento da Praça Afonso Pena; o cinema municipal; os sanatórios e os órgãos de combate à tuberculose.

Todos os tópicos possuem relação com a infraestrutura urbana e sanitária da cidade ou com os conflitos entre os atores que influenciavam a política local.

5.1 POLÍTICA E ELEIÇÕES LOCAIS

A política joseense em meados da década de 1930, como apontado anteriormente, era dividida em três grupos: o Partido Republicano Paulista (PRP)³⁸, o Partido Constitucionalista Paulista (PC)³⁹ e a “ala donatista”, assim nomeada pelo *Correio* devido à importância da liderança de Donato Mascarenhas. Napoleão Monteiro, redator do *Correio*, era membro do PRP até 1937 e cedia espaço nas colunas do seu jornal para propaganda política de seu partido – e frisava que o fazia por concordância ideológica, e não por ser subvencionado como órgão oficial de comunicação dos “perrepistas” (Ainda [...], 1936, núm. 682) – e para campanhas dos “peceistas” contra os Mascarenhas.

O conflito entre os dois partidos e os donatistas inicia-se no período anterior ao aqui analisado – seu irmão Rodolpho fora prefeito entre 1933 e 1935 (Figura 2), e a família já possuía longa tradição na política local – e dura até a publicação do Decreto-Lei N° 37, de 2 de dezembro de 1937, que dissolveu todos os partidos políticos (Brasil, 1937). No *Correio*, o conflito aparece em três momentos: eleições internas do PC em 1935; eleições para a Câmara de Vereadores em 1936; e a migração da ala donatista do PC para o PRP em 1937. O objetivo deste tópico é apresentar tais conflitos, a fim de apresentar como se davam as divisões políticas entre os principais atores políticos da época.

As eleições do diretório do PC em 1935 foram disputadas entre dois grupos: o chefiado por Arnaldo Cerdeira, que apoiava a gestão Leovigildo Trindade e havia assumido “o compromisso de prestigiar o movimento que se opera dentro da Assembleia Legislativa do Estado em favor do restabelecimento da nossa autonomia política e administrativa” (A situação [...], 1935, núm. 656); e o chefiado por Donato

³⁸ O Partido Republicano Paulista foi fundado em 1873 com o intuito de combater as instituições monárquicas e apoiar a instalação do regime republicano no Brasil. Foi um dos principais partidos políticos da República Velha, tendo governado o estado de São Paulo de 1889 a 1930 e eleito seis presidentes do país no mesmo período. Perdeu parte de poder político após a crise sucessória de 1930, que resultou no golpe articulado por Getúlio Vargas, mas seguiu existindo até 1937 (Ramos, s./d. b).

³⁹ O Partido Constitucionalista de São Paulo foi fundado em 1934, num contexto em que o governo provisório buscava minar o poder dos partidos republicanos estaduais. Ele foi criado pela fusão de três partidos da oligarquia paulista que defendiam o apoio a Vargas como caminho para reinstalar a ordem democrática. Seus membros foram interventores estaduais de 1933 até 1937 (Ramos, s./d. a).

Mascarenhas Filho, que desejava remover Leovigildo Trindade de seu cargo, num antagonismo noticiado como fruto de “um programma de interesses pessoas, com propositos de vindicias e desforços” (A situação [...], 1935, núm. 656). Ao noticiar a eleição, o *Correio* afirma que não possuía o objetivo de apoiar nenhuma das chapas ou influenciar no resultado da eleição, e que apenas esperava que, qualquer que fosse o vencedor, houvesse a garantia do “legítimo direito de divirgir desta, ou daquela corrente partidaria, deste ou daquele grupo político” (A situação [...], 1935, núm. 656). Observa-se, pela linguagem utilizada pelo redator do jornal, uma preferência pela chapa de Cerdeira, considerada mais “democrática” do que a de Donato.

Figura 2 – Prefeito Rodolpho Mascarenhas e funcionários públicos (1934)



Fonte: Caldeira, 1934

Duas semanas depois, o *Correio* cede um espaço em sua “Secção Livre” para a chapa Ruy Doria-Arnaldo Cerdeira se defender de uma crítica publicada pelos donatistas em outro periódico (não especificado), segundo a qual Cerdeira

supostamente havia dado ordens de apenas permitir que votassem seus correligionários. A chapa apresenta críticas à família Mascarenhas por ela ter “vendido” a autonomia joseense (foi Rodolpho quem solicitou a transformação da municipalidade em Prefeitura Sanitária), por perseguirem opositores e por terem utilizado “elevadas sommas [...] saídas da bolsa do povo, [que] deviam ser empregadas no bem estar da colectividade joséense” (Voto [...], 1935, núm. 658) em obras que nunca foram finalizadas ou que ruíram antes de serem completadas.

A eleição do diretório se deu no dia 10 de novembro, e os donatistas venceram com 1.642 votos, contra 1.038 da chapa Doria-Cerdeira. De acordo com o *Correio*, a vitória teria se dado por causa de 800 perrepiistas infiltrados que votaram em Mascarenhas, o que mostraria que “o P.R.P. mantém integralmente a sua força e que, em ocasião oportuna poderá decidir dos destinos de nossa terra” (A eleição [...], 1935, núm. 661). Na mesma edição, foram publicados uma nota de Arnaldo Cerdeira agradecendo os votos e uma notícia de que Leovigildo Trindade havia pedido demissão – já que a nova diretoria eleita de seu partido não o apoiava – e que essa fora recusada pelo governador.

O novo diretório, no entanto, durou pouco, pois as eleições foram anuladas pelo Congresso do Partido Constitucionalista em fevereiro de 1936, “em virtude de se terem realizado contra expressas determinações da sua Lei Organica, ou melhor, por terem nella votado algumas centenas de elementos filiados ao Partido Republicano Paulista” (Politica [...], 1936, núm. 673) e porque 400 operários da Tecelagem Parahyba, que haviam votado por exigência do chefe Olivo Gomes, retiraram seus votos na chapa vencedora. Com a anulação, a chapa Doria-Cerdeira, que liderava o PC anteriormente, foi reempossada. O *Correio* questiona se Donato teria apoio o suficiente para disputar as eleições da Câmara municipal no final do ano, uma vez que ficou provado que três quartos de seus votos vieram de infiltrados ou de “voto de cabresto”⁴⁰, e não de apoiadores de fato. Nessa situação, predominou o enquadramento de conflito, com as notícias sempre opondo o grupo de Cerdeira ao grupo dos Mascarenhas.

⁴⁰ O “voto de cabresto” foi uma prática associada ao sistema do coronelismo, no qual um líder político do interior (chamado de “coronel”, mesmo que não possuísse tal título militar) utilizava-se de seu poder econômico, derivado da posse de terras, para comprar os votos de seus colonos para um determinado candidato político (Leal, 2012). Em um artigo no qual se comenta o resultado das eleições do PC, o *Correio Joseense* acusa Olivo Gomes de comprar os votos dos operários da Tecelagem para a chapa de Donato Mascarenhas (Socega [...], 1936, núm. 739), um ato que por extensão remete ao “voto de cabresto”.

O segundo contexto de conflito entre partidos foi a eleição municipal de 1936. Elas foram realizadas após a alteração da Lei Orgânica dos Municípios em novembro de 1935, que transformou São José dos Campos em Estância Hidromineral e permitiu a reabertura da Câmara dos Vereadores para legislar sobre as ações do prefeito, nomeado pelo governador (Teremos [...], 1935, núm. 656) – essa articulação será discutida no próximo tópico. O *Correio*, ao anunciar que as eleições ocorreriam no dia 15 de março, traz críticas a antigos vereadores (sem nomeá-los diretamente), ao pedir que

os partidos procurem indicar pessoas [...] capazes, intellectualmente falando, para que os assumptos a serem discutidos pela camara, o sejam conscientemente, de modo a inspirar toda confiança aos nossos municipes, para que não contemplemos espectaculos que atestem a nossa incompetencia e a nossa falta de cultura, factos esses tão communs e tão frequentes, com pezar dizemos, nas legislaturas anteriores, quando a maior credencial do vereador era a submissão ao chefe politico que dominava. [...] Quando dizemos, homens capazes intellectualmente, não nos referimos aos bachareis, engenheiros ou medicos. Referimo-nos a pessoas que tenham capacidade de, por si só, resolver os problemas que foram affectos à camara. Referimo-nos a homens argutos e ponderados e, estes, tanto podem ser bachareis, engenheiros ou medicos, como podem ser lavradores, commerciantes ou industriaes (Eleição [...], 1936a, núm. 673).

O pedido do jornal traz uma característica que aparece em outros temas: a tentativa de construir uma identidade da cidade como “avançada”, uma cidade que seguiria os “progressos” da ciência e da civilização ocidental. O uso desses termos mostra a tentativa do jornal de inculcar em seus leitores uma ideia específica de cidade, a qual deveria ser o mais “adiantada” possível.

Durante o mês de março, o PRP publicaria no *Correio* diversas notas apresentando seus candidatos, lembrando que é um “partido de tradições, com um grande acervo de serviços prestados” à cidade, como “os melhoramentos [...], como sejam, Mercado Municipal, edifício da Escola Normal (Figura 3), edifícios dos Grupos Escolares, aberturas e alargamentos de ruas, rede de esgotos, sargeteamento de ruas, abertura e conservação de estradas” (Eleição [...], 1936b, núm. 675; Manifesto [...], 1936, núm. 676; As eleições [...], 1936b, núm. 677).

Após a realização da eleição, em março, o *Correio* publicou uma nota em sua capa dizendo que “não é facil perver-se a quem coube a victoria, porquanto o ambiente demonstrou um certo equilibrio entre as forças do P.R.P. e as do P.C. notadamente” (As eleições [...], 1936a, núm. 678). Quando o resultado foi divulgado, duas semanas depois, o jornal o publicou “sem commentarios” (O resultado [...],

1936, núm. 679), devido ao resultado não esperado por seu redator: o grande vencedor foi o PC, com 1.322 votos (seis vereadores eleitos); em segundo, ficou o PRP, com 613 votos (três vereadores eleitos); e em terceiro, a dissidência do PC intitulada “Tudo por São José dos Campos”, comandada por Donato Mascarenhas, com 556 votos (dois vereadores eleitos).

Figura 3 – Edifício da Escola Normal e do Paço Municipal (1930)



Fonte: Amaral, 1930

O jornal apenas foi tecer comentários sobre a derrota do PRP na semana seguinte, num artigo intitulado “O resultado final das eleições a votação do P.R.P.”, cuja edição não se encontrava disponível no Arquivo Municipal. Sabe-se que ele existiu porque as duas edições posteriores a ela trouxeram notas intituladas “A nossa defesa”, nas quais o *Correio* aponta que o artigo mencionado “causou grande sensação, produzindo os seus benéficos efeitos no seio do Partido, onde os que foram atingidos pela nossa crítica, como que sangrando-se em saúde, vestiram a carapuça e deram o já esperado estrillo” (A nossa [...], 1936, núm. 681).

Segundo essa nota, o partido teria saído derrotado da eleição por causa de membros que mudaram seu voto para apoiar a ala donatista com a justificativa de que parte do PRP, e em especial Napoleão Monteiro, receberia dinheiro de

Leovigildo Trindade para não tecer críticas a ele (A nossa [...], 1936, núm. 681). O jornal trouxe na capa de sua edição de 26 de abril diversos exemplos de situações em que discordou e criticou o prefeito – a proposta de fechar farmácias mais cedo, o abandono da Praça Afonso Pena, a precariedade do serviço de irrigação das ruas e a mudança no local de captação de água para abastecimento da cidade (as três últimas questões serão trabalhadas à frente neste capítulo) – para provar que a relação de cavalheirismo entre eles se dava por possuírem apenas discordâncias políticas, e não uma inimizade (Ainda [...], 1936, núm. 682).

A inimizade do jornal era apenas com os irmãos Mascarenhas, devido a quatro motivos (Ainda [...], 1936, núm. 682). Primeiro, porque Rodolpho e Donato eram membros do Partido Socialista quando entraram para a política. Segundo, porque Rodolpho, em seu discurso de posse na prefeitura, teria chamado os perrepistas de “canalhas” e acusado o partido de utilizar a máquina pública para empregar familiares. Terceiro, porque Rodolpho, enquanto prefeito, teria perseguido politicamente o jornal, mandado penhorar o seu edifício-sede – e mesmo Arnaldo Cerdeira, que não pertencia ao mesmo partido político do *Correio*, critica a perseguição sofrida por Napoleão Monteiro (Voto [...], 1935, núm. 658). Quarto, porque Donato já teria aparecido próximo à sede do *Correio* portando um chicote e ameaçando “vergastar as nossas faces”. O jornal pergunta se os “traidores” do partido haviam esquecido essas ofensas e ameaças – que faziam dos irmãos Mascarenhas “os maiores algozes do P.R.P. e que nos perseguiram impiedosamente, fazendo-nos todo o mal que nos puderam fazer” (Ainda [...], 1936, núm. 682) – ao mudarem seu voto para apoiar a ala donatista.

É interessante comparar essa “traição” nas eleições municipais com as eleições do diretório do PC. Quando das eleições do PC, o *Correio* noticiou, orgulhoso, que cerca de 800 membros do PRP haviam se infiltrado para votar na chapa donatista, porque isso mostraria a força do partido. No entanto, o jornal não traz comentários sobre os motivos para que houvesse a “infiltração”: o objetivo da notícia seria atrapalhar a eleição, inserindo votos de não filiados para que ela fosse anulada e o partido ficasse enfraquecido? Ou era de fato eleger Donato, para que ele dominasse o PC? Se fosse esse o caso, os “infiltrados” estariam tentando eleger um diretório com menor poder político para que o PRP pudesse vencer as eleições municipais seguintes (já que Cerdeira provavelmente não teria poder de decisão

dentro do partido) ou seriam “traidores” tentando dar a Mascarenhas maior protagonismo político (como líder partidário)? O jornal não cita nomes dos “traidores” nem dos “infiltrados”, porém pode-se deduzir que alguns desses ditos infiltrados no PC foram os mesmos que votaram na ala donatista, ao invés de votarem em seu partido de filiação.

De toda forma, o *Correio* tenta minimizar a perda do PRP, como se, caso não houvesse traidores, o resultado pudesse ter sido mais equilibrado. Na valorização da suposta força do partido, o jornal não comenta o fato de o PC ter conseguido, sozinho, 60% dos votos. A opinião do periódico nesse tópico, portanto, atrela-se mais a um desejo do que a uma conclusão baseada em fatos: ao levar-se em conta que, na eleição do diretório do PC, a ala donatista teve 1.600 votos, sendo 800 de membros do PRP e 400 vindos da Tecelagem, o apoio real a Donato se resumia a 400 votos; portanto, os “traidores” não deveriam ser em número muito superior a 200 (a chapa donatista conseguira 556 votos nas eleições municipais), o que ainda assim não garantiria a vitória do PRP na eleição municipal.

A questão da eleição municipal se arrastou por mais seis meses, pois a instalação da Câmara se daria apenas em 26 de setembro. A demora ocorreu porque uma das seções teve seus resultados anulados e foi necessário refazer a eleição no final de agosto (A eleição [...], 1936, núm. 699) e porque o Tribunal Regional Eleitoral do Estado demorou para validar os resultados (A instalação [...], 1936a, núm. 701); porém, segundo o *Correio*, ela ocorreu porque “o P.C. não terá grande interesse na organização da Câmara, considerando-se que em suas mãos estão enfeixados todos os poderes, sendo, politicamente, de seu interesse a maior contemporização possível” (A instalação [...], 1936b, núm. 696). Os enquadramentos de conflito e responsabilidade se destacam aqui: o partido adversário é responsabilizado pelo problema, mesmo que este esteja se dando em outras esferas administrativas judiciais. Culpabilizar o adversário pode ser uma forma de tentar angariar mais eleitores para o seu partido. Apesar desses conflitos, o jornal se mostrava otimista pela instalação da Câmara, após seis anos com o poder legislativo fechado (A instalação [...], 1936b, núm. 702).

A sessão de posse da Câmara foi “agitadíssima”, pois Donato Mascarenhas utilizou “uma linguagem descortês, ofensiva, virulenta e agressiva” para atacar o prefeito Leovigildo Trindade, criticando o preço das obras do sistema

de abastecimento, a exoneração de dois professores da Escola Normal e as despesas com o funcionalismo municipal, “o que provocou sensação na grande assistência allí presente, inclusive senhoras respeitáveis que alarmadas [com a linguagem utilizada], se dispunham a abandonar o recinto” (Esteve [...], 1936, núm. 704). Em resposta, Arnaldo Cerdeira teria chamado de infundadas as críticas de Donato, lembrando que ele apoiara a gestão do irmão Rodolpho, durante a qual a obra da ponte sobre o rio Jaguari desabou antes de ser concluída e ocorreram demissões arbitrárias motivadas por discordância política. Segundo o jornal, Ivan de Souza Lopes, médico que foi eleito vereador pelo PRP, também realizou críticas ao prefeito em sua fala, porém utilizando linguajar “mais adequado” (Esteve [...], 1936, núm. 704).

Ao longo de 1937, poucas foram as notícias sobre o cenário político local. O debate sobre a sucessão presidencial, cujas eleições deveriam ocorrer em janeiro de 1938, tomou as capas e as páginas do *Correio*. O jornal criticava a aproximação do PRP com Getúlio Vargas, iniciada com o apoio ao candidato varguista na eleição da presidência da Câmara dos Deputados (A presidencia [...], 1937, núm. 723; O P.R.P. [...], 1937, núm. 724) e aprofundada com o endosso à candidatura de José Américo, aliado de Vargas, nas eleições presidenciais (Monteiro, 1937, núm. 727). Quando o endosso foi anunciado, Napoleão Monteiro assina um artigo na capa do *Correio* criticando a decisão e lembrando “o incontido ódio que o sr. Getulio Vargas sempre demonstrou pelo P.R.P.” e que Américo uma vez teria dito que o PRP era o partido mais extorsivo e fraudulento do país (Monteiro, 1937, núm. 727). O editor chama o *apoio de traição* e diz que, por isso, entraria na dissidência do partido que apoiava Armando de Salles Oliveira, fundador do PC, à presidência. A partir dessa quebra, diversas notas foram publicadas no jornal trazendo as críticas feitas por José Américo ao PRP (

Figura 4). Uma dissidência também foi organizada por Donato Mascarenhas dentro do PC, em apoio à candidatura de José Américo, e esta passou a se aproximar do PRP, contando com apoio de seu diretório (Gangorra [...], 1937, núm. 728).

O embate político partiu para as provocações entre os partidários de cada candidato. Elas ganharam destaque em uma capa do *Correio*, que acusou os donatistas de colarem cartazes de campanha de José Américo sobre o mural onde o

Correio afixava seus jornais e de pintarem as iniciais do PRP na porta da sede do PC. Tais provocações, segundo o jornal, “não se justificam em um meio civilizado” e seriam tentativas de “transformar a nossa terra em um Far West, tal qual como nos tempos em que esta cidade era uma “fazenda” e tinha como feitores os snrs. Mascarenhas” (As primeiras [...], 1937, núm. 737).

Figura 4 – Charge crítica a José Américo publicada na capa do *Correio Joseense*



Fonte: *Correio Joseense*, núm. 731, 18 jul. 1937

A entrada dos apoiadores de Donato Mascarenhas no PRP se confirma na mesma época em que começa a circular o periódico *A Tribuna do Povo*⁴¹, apelidada pelo *Correio* de “A Tribuna Donatista” por ser comandada pelos correligionários de Mascarenhas. Enquanto os donatistas aumentavam seu poder interno no partido, supostamente exigindo serem nomeados para “as melhores posições e os melhores e mais rendosos empregos” (Pedidos [...], 1937, núm. 738), o seu periódico servia como veículo de críticas aos adversários políticos, e em especial os apoiadores da candidatura de Armando Salles: o PC e a dissidência do PRP.

⁴¹ O periódico não possui nenhuma edição disponível no site Pró-Memória nem no Arquivo Municipal. Todas as informações sobre ele aqui apresentadas foram retiradas, de forma indireta, por meio de notícias do *Correio*.

As críticas da *Tribuna* a políticos locais eram rebatidas pelo *Correio* em seus artigos. Uma dessas críticas foi dirigida à prefeitura, que teria demorado para entregar um documento sobre pagantes de impostos solicitado pelos donatistas. Para o *Correio*, a crítica era hipócrita, já que a gestão de Rodolpho Mascarenhas nunca entregou um documento solicitado pelo jornal sobre a construção da ponte do Jaguari, que desabou antes da inauguração. Além disso, a solicitação teria sido feita apenas para tentar incriminar Arnaldo Cerdeira, que supostamente não teria pago a licença de seu automóvel. Esse artigo do *Correio* traz os enquadramentos de conflito e moralidade, pois acusa os donatistas de terem agido apenas “para fazer escândalo e grossa politicalha, portanto, para fins escuzos e condenáveis”, e não para “propositos constructivos”, que poderiam justificar a reclamação (As primeiras [...], 1937, núm. 737).

Outra crítica feita pela *Tribuna* dizia respeito a abusos de poder e desrespeito às leis cometidos por membros da prefeitura. O *Correio* aponta a contradição de os donatistas criticarem essas ações e, ao mesmo tempo, elogiarem a gestão de Rodolpho Mascarenhas, que perseguiu opositores e elevou impostos, além de ele ter autorizado a abertura de fossas sépticas dentro do perímetro urbano da cidade quando foi diretor do Posto de Higiene (A carta [...], 1937, núm. 739).

O *Correio* ainda chamaria os donatistas de oportunistas, acusando-os de passar a criticar antigos aliados quando estes deixavam de ser úteis a eles. Isso ocorreu quando, por exemplo, a *Tribuna* criticou antigos prefeitos porque “em sete annos de governo, com uma renda que ultrapassa a mais de mil contos de réis annuaes, apenas asfaltaram um trecho da rua Direita... e tornaram impotável a agua que bebemos” (Cuspindo [...], 1937, núm. 739). Em cinco desses sete anos citados, a prefeitura era comandada por alguém apoiado pelos donatistas (Ruy Doria e Rodolpho Mascarenhas) ou pelo PRP (Coronel Domingues de Vasconcellos), partido em que essa ala política estava alocada. A *Tribuna* também reprovaria a entrada de Olivo Gomes, diretor da Tecelagem Parahyba, na direção do PC, acusando-o de realizar voto de cabresto com seus operários. O *Correio* aponta que essa compra de votos não havia incomodado os donatistas na eleição do diretório do PC de 1935, quando os votos conseguidos por Olivo deram a vitória à Donato.

O embate entre a *Tribuna* e o *Correio* também alcançou outros temas, como a questão da autonomia do município e o ajardinamento da Praça Afonso

Pena, que serão tratados nos tópicos seguintes. No entanto, tanto esse embate como a disputa entre PC e PRP pelo protagonismo político local seriam interrompidos em 2 de dezembro de 1937, quando o Decreto-Lei N° 37 dissolveu os partidos políticos brasileiros (Brasil, 1937). O *Correio* não expressou opiniões sobre o golpe do Estado Novo, limitando-se a noticiar a movimentação política (a outorga da nova Constituição Federal, os governadores depostos e o posicionamento do PRP, favorável à luta contra “subversivos”) (Os ultimos [...], 1937, núm. 744), e a partir desse momento deixou de noticiar questões políticas estaduais e nacionais, focando mais em questões municipais, como a infraestrutura (obras do sistema de abastecimento, falta de iluminação pública, questão do pó nas ruas da cidade, entre outras), a vida social (como parabenizações por aniversários e formaturas) e as associadas à tuberculose (como participação dos médicos em congressos internacionais, organização de eventos para arrecadar fundos para os tuberculosos indigentes e inauguração de sanatórios). Tal mudança possivelmente está associada à censura prévia imposta pelo governo ditatorial (Pandolfi, 2018).

5.2 A PREFEITURA SANITÁRIA E A AUTONOMIA MUNICIPAL

Em 1926, Campos do Jordão tornou-se a primeira estância do estado de São Paulo, uma nova entidade administrativa que era comandada por um prefeito e um Conselho Consultivo⁴², nomeados pelo governador do estado, e que em contrapartida passava a receber as verbas dos impostos estaduais ali arrecadados para financiar obras de infraestrutura urbana (como redes de abastecimento de águas e de captação de esgoto), viária (abertura e manutenção de rodovias) e sanitária (construção de sanatórios e fiscalização de pensões) (São Paulo, 1926, 1934). Essa nova forma de administração municipal gerou um importante debate político em São José dos Campos, cuja infraestrutura urbana não era adequada para atender ao fluxo de doentes que ali chegavam em busca de tratamento para a tuberculose: seria mais proveitoso inspirar-se em Campos do Jordão e converter-se em Prefeitura Sanitária para utilizar as verbas estaduais ou manter a autonomia de eleger o prefeito municipal? Favoráveis à primeira opção estavam os médicos da cidade, enquanto os “autonomistas” eram principalmente os políticos.

⁴² O Conselho Consultivo foi um órgão criado pelo Decreto N° 6.501, de 1934. Ele servia de apoio ao trabalho do prefeito sanitário e era composto por três membros da própria localidade (São Paulo, 1934). Na prática, este órgão substituiu as funções da Câmara Municipal, as quais não eram legalmente previstas para as Prefeituras Sanitárias.

O *Boletim Médico* posicionava-se de forma favorável à criação da Prefeitura Sanitária em São José. Um artigo de 1933 assinado pela redação do periódico diz que essa forma de administração garantiria obras de infraestrutura – como a manutenção de estradas, a construção de redes de água e esgoto e a fiscalização para impedir a construção de casas insalubres –, dando “resolução rápida [aos] problemas sanitarios, sob o criterio dos technicos e ao abrigo das reviravoltas da política” (Prefeitura [...], 1933, n. 3, p.2). O periódico também apresenta a preocupação com a possibilidade de pessoas que não fossem “bem capacitadas” (no caso, pessoas sem conhecimentos da engenharia sanitária) serem nomeadas como prefeito sanitário, isto é, que as nomeações fossem mais políticas do que técnicas (Vida [...], 1934, n. 9, p.1). Um relatório produzido por um estudante da faculdade de medicina de São Paulo para a cadeira de higiene pública de seu curso também aponta como impreteríveis as obras de reforço do abastecimento de águas e de extensão da rede de esgotos e a melhoria da limpeza pública, e argumenta que “seria immenso o beneficio que prestaria o governo estadual à saúde publica si erigisse essa estancia em Prefeitura Sanitaria, aquinhoando-a com as regalias” (Amaral, 1930, pp.170-171) orçamentárias características desse ente administrativo.

A tentativa de transformar São José dos Campos em Prefeitura Sanitária partiu ao menos de dois prefeitos da década de 1930: Cel. Domingues de Vasconcellos (Prefeitura [...], 1935b, núm. 622) e Rodolpho Mascarenhas (Prefeitura [...], 1935a, núm. 614). O *Correio* se posicionou contra a proposta nas duas oportunidades, usando o argumento de que “a Prefeitura Sanitária, alem de nos tirar a autonomia politica e administrativa, não resolverá o problema de profilaxia contra o perigo da tuberculose” e de que, sem a Câmara Municipal⁴³, o prefeito ficaria “à vontade para administrar e, si quizer, poderá alheiar-se à política doméstica” (Prefeitura [...], 1935b, núm. 622).

Por influência de Rodolpho Mascarenhas, que possuía prestígio e influência no Departamento de Municipalidades (Prefeitura [...], 1935a, núm. 614), os defensores da Prefeitura Sanitária saíram vitoriosos. Em 12 de março de 1935 foi promulgado o Decreto N° 7.007, que criou a Estância Climatérica de São José dos

⁴³ As Câmaras Municipais foram fechadas após o golpe de Estado de 1930 e reabertas apenas em 1936. No entanto, de acordo com o Decreto N. 6.501, as Prefeituras Sanitárias e estâncias tinham seu poder legislativo representado apenas pelo Conselho Consultivo, sem presença de Câmara (São Paulo, 1934).

Campos, justificada pela “excepcional affluencia de doentes que procuram o seu clima” e “por ser ella o complemento do plano sanitario que o Governo vem executando na zona comprehendida entre aquelle município, Santo Antonio do Pinhal e Campos do Jordão” (São Paulo, 1935b). A cidade perdia a capacidade de eleger o seu prefeito, e em troca recebia verba dos impostos estaduais para realizar obras de infraestrutura urbana. Como primeiro prefeito sanitário, foi nomeado Leovigildo Trindade.

Deve-se apontar que a defesa da Prefeitura Sanitária não se dava apenas por motivações sanitárias: o médico Ruy Doria, durante seu mandato como prefeito (1930-1931), teria incentivado o desenvolvimento da “indústria da tuberculose”, afirmando que “não precisamos de máquinas. Isso é para Taubaté e Jacareí. Precisamos é de doentes [...]. Essa é a nossa indústria” (Bondesan, 1967, p.31; Quadro *et al.*, 2010). A afirmação pode indicar uma contradição entre interesses públicos e privados, uma vez que Doria viria a ser proprietário de um sanatório (inaugurado em 1935) (Figura 5) e de diversas pensões e casas farmacêuticas (Soares, 2007) e, por isso, teria benefícios diretos com a manutenção e/ou aumento da chegada de doentes à cidade.

Figura 5 – Sanatório Ruy Dória (s./d.)



Fonte: APMSJC, 2023

Na semana seguinte ao decreto, o *Correio* republicou artigos dos jornais *Folha da Noite* e *Correio Paulistano* que criticavam o interventor estadual, nomeado por Getúlio Vargas, por investir pouco na criação de centros de tratamento de tuberculose nas estâncias recém-criadas⁴⁴ e pela inconstitucionalidade do Decreto Nº 7.007 – de acordo com a Constituição Federal de 1934, apenas as Estâncias Hidrominerais e as capitais poderiam ter seus prefeitos nomeados pelo governo estadual; portanto, São José dos Campos, sendo apenas Estância Climatérica, deveria ter conservado sua autonomia. O próprio *Correio* publica um artigo criticando o decreto, no qual pede que o novo prefeito não entenda essas críticas como um “acto de hostilidade a sua pessoa” (Prefeitura [...], 1935b, núm. 622). O jornal também publicou uma nota, assinada por Anchieta⁴⁵, na qual se elogiava uma agitação social ocorrida no distrito de Santana contra a perda de autonomia. O autor, porém, diz não fazer sentido o desejo do distrito de emancipar-se de São José dos Campos para manter sua autonomia: “Sofframos juntos esse revez, e juntos procuremos reconquistar a autonomia do nosso municipio. [...] Cohesos e irmanados, mais dias menos dias, reconquistaremos o direito de nos governar a nós mesmos” (Anchieta, 1935, núm. 623).

A questão da inconstitucionalidade foi resolvida meses depois, em outubro, com a promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, que definiu que todas as estâncias estaduais seriam Prefeituras Sanitárias e seus prefeitos seriam nomeados pelo governador, e que as Estâncias Hidrominerais, como exceção, poderiam ter Câmaras Municipais (São Paulo, 1935a). Após a promulgação, o *Correio* veiculou rumores que a Fazenda Canindu, localizada em São José dos Campos e pertencente a Antonio Alves de Almeida, poderia ter suas águas reconhecidas como fonte hidromineral, o que permitiria à cidade eleger o seu poder legislativo⁴⁶. O jornal diz que, apesar de seus editores serem

partidarios da extincção integral da [...] Prefeitura Sanitaria, por uma questão de principio e convicção, estaríamos propensos a acceitar aquella resolução, levando em conta o auxilio material que nos promete o Governo

⁴⁴ O Decreto Nº 6.501, de 19 de junho de 1934, regulou a criação de estâncias no estado de São Paulo. Entre as cidades que se tornaram estâncias nessa época, estavam Campos do Jordão, São José dos Campos, Prata, Serra Negra, Lindóia e Guarujá (São Paulo, 1934).

⁴⁵ Não foi possível identificar o autor. Pode-se tratar tanto do nome real quanto de um pseudônimo. No entanto, convém apontar que este nome remete ao padre jesuíta José de Anchieta, que faz parte do mito fundador da cidade (Silva *et al.*, 2010).

⁴⁶ A Lei Orgânica dos Municípios previa que as Estâncias Hidrominerais possuiriam “uma Camara Municipal electiva, e prefeito de livre nomeação e demissão pelo governador do Estado” (São Paulo, 1935c, s./p.).

do Estado. E, taes fossem as vantagens e os beneficios decorrentes dessa subordinação, renunciariamos o nosso ponto de vista, em favor dos altos e sagrados interesses de nossa terra (Teremos [...], 1935, núm. 656).

Em novembro, começou a ser votada a Lei Orgânica dos Municípios na Assembleia Legislativa de São Paulo, que garantiu o retorno das eleições municipais. Comentando a votação, o *Correio* expressa sua discordância em relação ao governo Vargas e aos seus interventores no estado de São Paulo, dizendo que “o Governo do Estado, se quisesse, se estivesse animado de um são patriotismo”, seria capaz de fornecer verbas para melhorar a infraestrutura da cidade “sem impor limites a nossa autonomia” (Eleição [...], 1935, núm. 661). O jornal, no entanto, afirma que aceitará as condições do governador por reconhecer que a municipalidade seria incapaz de custear sozinha as despesas administrativas.

A redação da Lei Orgânica será debatida pelo *Correio*, dentro do contexto de seu apoio relutante. A principal questão foi a Emenda 103, cujo texto tornava facultativo ao governo estadual a utilização dos impostos estaduais para realizar obras em São José dos Campos: se não houvesse a obrigação de aplicar as verbas, o jornal não via necessidade de renunciar à autonomia. Quando o texto foi alterado, inserindo a obrigatoriedade de aplicar “a importancia desses impostos em obras de melhoramentos da estancia”, o jornal diz que, apesar de não ter “a veleidade de afirmar que tivéssemos influido, com o nosso protesto, para aquella modificação [...], nada menos de quinze dos senhores Deputados da Assembleia Legislativa (..) estavam de posse do ‘Correio Joseense’” (A lei [...], 1935a, núm. 662) no dia da votação, o que mostraria que suas críticas teriam sido ouvidas.

Pode-se notar que as questões da estância e da Prefeitura Sanitária motivaram o debate sobre diversas visões para o território municipal. Parece ter existido certo consenso entre as partes de que a urbanização da cidade era necessária – seja por questões estéticas (o embelezamento, que será tratado a frente), seja por questões econômicas (motivar a industrialização), seja por questões sanitárias (controle da tuberculose) –, apesar de haver discordâncias entre os partidos quanto ao caminho para alcançá-la, uma vez que a opção pela perda de autonomia era vista como autoritária. Contudo, a questão do autoritarismo é de certo modo contraditória, já que a discussão apresentada nas páginas do *Correio Joseense* apresenta apenas as visões dos atores da elite política, não havendo

menção à opinião das classes populares⁴⁷. Isso aponta para a condição da hegemonia da classe dominante, que permitia a ela apresentar e debater abertamente e com antecedência suas intenções de transformação da cidade (Villaça, 2004, p.197).

Com a determinação da obrigatoriedade de o governo do estado utilizar os impostos para obras na cidade e com a volta das eleições municipais, marcadas para março de 1936, o *Correio* diz que apenas irá “aplaudir ou condenar” as consequências da Prefeitura Sanitária no futuro, quando for possível avaliar se houve melhorias na administração (A lei [...], 1935b, núm. 665). Em diversos momentos, nos anos seguintes, o editorial retomou sua opinião favorável à autonomia, em especial durante a realização das obras do sistema de abastecimento de água – situação que será discutida no tópico a seguir –, quando surgiram conflitos entre a prefeitura e o Departamento de Administração Municipal. Porém, durante a gestão do prefeito José Longo, as diversas obras realizadas no seu governo renderam elogios do jornal⁴⁸.

5.3 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A precariedade do sistema de abastecimento de água era apontada pelo *Correio* como o principal problema da cidade, pois afetava “a sua estabilidade sanitaria e economica, porquanto são dois factores que não se divorciam, mesmo porque não pode haver progresso sem hygiene” (O pó [...], 1935a, núm. 630). No período analisado, foi possível dividir o tema em três períodos: obra emergencial da gestão Leovigildo Trindade (1935-1936); conflito entre a Prefeitura e o Departamento de Municipalidades (1936-1938); e realização e conclusão das obras sob a gestão José Longo (1938-1941).

No início de 1935, a maior preocupação em relação ao sistema de abastecimento era o fato de a água, coletada no manancial da Boa Vista, possuir

⁴⁷ Dentro do período de estudo, há poucos momentos em que o *Correio* cita a população de forma mais abrangente. Dois deles estão associados ao distrito de Santana, e em ambos o jornal apresenta críticas, no primeiro ao já citado intento separatista de uma agitação social ocorrida no distrito após o Decreto N° 7.007 (Anchieta, 1935, núm. 623) e no segundo à resistência da população local à retirada dos encanamentos do antigo sistema de abastecimento de águas (Os habitantes [...], 1937, núm. 726).

⁴⁸ Convém apontar que a gestão José Longo (1938-1942) se deu durante o Estado Novo, período no qual a censura prévia agia sobre a imprensa (Pandolfi, 2018).

elevada contaminação por *B. coli*⁴⁹ e ser fornecida em volume insuficiente: segundo um artigo do *Boletim Médico* republicado pelo *Correio Joseense*⁵⁰, o abastecimento adequado devia ser de ao menos 150 litros de água diários para cada habitante, e em São José dos Campos esse volume era de no máximo 45 litros. Esse volume era ainda mais preocupante quando se considera que cerca de 10% da população urbana possuía tuberculose e grande parte dos pensionatos de doentes não estavam ligados à rede de águas, dependendo de caminhões-pipa para se abastecer (Figura 6) (Uma situação [...], 1935, núm. 611). A situação foi agravada pelo desabamento de um morro que danificou o cano adutor, deixando parte da cidade totalmente desabastecida. O *Correio*, ao expor a gravidade da situação, elogiava a prontidão da prefeitura em enviar trabalhadores para consertar o cano e em utilizar caminhões para abastecer emergencialmente a população (A falta [...], 1935, núm. 618).

Figura 6 – Carroça-tanque suprindo-se de água para distribuição domiciliar (1930)



Fonte: Amaral, 1930

⁴⁹ O *B. coli* é um protozoário causador da balantídiase, infecção do intestino grosso que pode causar disenteria e diarreia. É transmitida ao ser humano pelo consumo de água ou alimentos contaminados (Macedo, 2010).

⁵⁰ A edição do *Boletim Médico* no qual o artigo foi originalmente publicado não está disponível nas bases consultadas.

Leovigildo Trindade, ao assumir a prefeitura, conseguiu a liberação de crédito especial para financiar uma obra emergencial que alteraria o local de captação da água para o rio Paraíba, triplicando o volume diário fornecido à cidade (Estão [...], 1935, núm. 627). A alteração foi respaldada pelos médicos da cidade, que publicaram uma nota⁵¹ com resultados de testes laboratoriais que mostrava que o local escolhido para captação era cinco vezes menos contaminado por *B. coli* do que o anterior, mas que ainda assim exigiria a construção de um sistema de filtragem para garantir a segurança da população, pois possuía aspecto barrento (Exmo. Snr. [...], 1935, núm. 651). Quando a obra foi concluída e a cidade passou a ser abastecida pelas duas fontes (a antiga, na Boa Vista, e a nova, no rio Paraíba), a população criticou “a água do Parahyba, em virtude do seu aspecto, muito embora a analyse feita atteste a sua superioridade em confronto com a água captada no alto da serra e que até então vinha servindo [...] a população” (O abastecimento [...], 1935, núm. 658). Como solução, o *Correio* sugere que a água do Paraíba seja enviada para a cidade apenas durante a noite, para que enchesse as caixas d’água e as impurezas em suspensão tivessem tempo de se decantar no fundo, garantindo a pureza na hora do consumo. É interessante ressaltar que a população é citada aqui para ser criticada por discordar da opinião dos especialistas (no caso, os médicos) que apontavam a superioridade das águas do rio Paraíba, o que expressa a força que a classe médica possuía dentro do debate: suas evidências científicas não poderiam ser contrariadas.

A mudança da fonte de abastecimento motivou um conflito entre o *Correio Joseense* e a *Folha Esportiva*⁵². Ao que foi possível compreender pela leitura dos artigos de réplica do *Correio*⁵³, a *Folha* estaria publicando artigos de Antonio Alves de Almeida, proprietário das fontes hidrominerais da fazenda Canindu, criticando as obras emergenciais de Leovigildo Trindade, pela “crueldade do facto delictuoso de com o dinheiro do povo, ser levantada a agua lamacenta do Parahyba” para

⁵¹ Assinam a nota os médicos Nelson d’Avila, João B. Soares, José Rosemberg, Ivan de Souza Lopes e Ruy Rodrigues Doria.

⁵² A *Folha Esportiva* foi jornal semanal que, apesar de seu nome, veiculava notícias sobre o cotidiano municipal, propagandas de comércios locais e fotos da elite, e não sobre a questão esportiva municipal (Silva, 2009). O Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APMSJC) possuía apenas uma edição preservada deste periódico, a qual trazia apenas fotografias de comércios locais e dos membros da elite joseense.

⁵³ Uma vez que não existem edições da *Folha Esportiva* disponíveis no Arquivo Público Municipal, foram utilizados trechos dos artigos originais de Alves de Almeida reproduzidos nos artigos do *Correio Joseense* que os criticam.

abastecer a cidade, e questionando “a idoneidade da administração pública”. O autor teria dito, ainda, que o uso das águas do Paraíba para abastecimento agravaria o “quadro clínico” da cidade, sem apresentar dados que justificassem a preocupação (A.B.C., 1936, núm. 672).

O editorial do *Correio*, em resposta, diz que, apesar de a qualidade do abastecimento ainda estar aquém do desejável, ela estava muito melhor do que anteriormente. Ele aponta também que o maior culpado pela questão ainda não ter tido uma solução definitiva era o Departamento de Administração Municipal do Governo do Estado de São Paulo, que seria muito lento na avaliação dos pedidos de obras e na liberação de verbas (O problema [...], 1936a, núm. 671). Um artigo publicado na seção livre do jornal, assinado por A.B.C.⁵⁴, defende Leovigildo Trindade das críticas de Alves de Almeida, ressaltando os estudos de diversos engenheiros e médicos renomados que atestaram a potabilidade das águas do rio. O autor diz que “o snr. Alves Almeida é habil na critica, ferindo de mansinho, mas em toda a sua explanação não apresenta melhor solução, dada a sua qualidade de engenheiro, e que julgamos seja a canalisação das fontes Canindu” (A.B.C., 1936, núm. 672) – as quais pertenciam ao crítico.

Alves de Almeida, segundo o *Correio*, teria respondido as críticas feitas pelo jornal e por A.B.C. apresentando “sophismas” para defender o Departamento de Administração Municipal. Para comprovar que os argumentos do crítico eram mentirosos, o jornal apresenta um retrospecto de quatro anos, nos quais as gestões Cel. Domingues de Vasconcellos e Rodolpho Mascarenhas tentaram solicitar verbas para construir um novo sistema de abastecimento e não foram atendidos pelo Departamento. O jornal acusa o crítico de ter agido “por motivos outros aliás, alheios ao interesse público, razão pela qual está elevada de suspeição” (O problema [...], 1936c, núm. 674) – esses motivos seriam o desejo de vender as águas da fonte Canindu, localizada próxima ao distrito de Santana, para o abastecimento municipal. Após esse artigo, a discussão não mais apareceria nas páginas do jornal, deixando em aberto se a resposta do *Correio* fez Alves de Almeida cessar com as críticas públicas ou se o jornal apenas deixou de respondê-lo.

O segundo período, marcado pelo conflito entre a prefeitura e o Departamento de Municipalidades, inicia-se após a conclusão da obra emergencial

⁵⁴ Não foi possível identificar o autor. As letras podem se referir tanto às iniciais de seu nome real quanto serem um pseudônimo.

realizada pelo prefeito Leovigildo Trindade. Como marco inicial dele, considerou-se um artigo em que o *Correio Joseense* diz ser impossível resolver o problema do abastecimento na cidade apenas com as verbas municipais, “competindo, a nosso ver, ao Governo do Estado, financial-o convenientemente, dentro do programma traçado para a nossa Estancia” (Insolúvel [...], 1936, núm. 711) – programa este que advinha da transformação da cidade em Prefeitura Sanitária, a qual garantia a utilização de impostos estaduais para financiar a construção da nova rede de água e esgotos e serviços de profilaxia da tuberculose (O problema [...], 1936c, núm. 712).

Em abril de 1937, o Partido Constitucionalista anunciou, por meio de nota publicada pelo *Correio*, que requereu ao governador a liberação de fundos, apontando a “necessidade premente de se solucionar de vez os problemas de abastecimento de agua e calçamento da nossa cidade” (Cerdeira, 1937, núm. 720). A verba solicitada foi liberada apenas no início de 1938, e as obras demoraram para serem iniciadas porque o Departamento de Municipalidades, órgão estadual responsável pela execução da obra, estaria “seguindo uma velha praxe” de criar dificuldades para atrasar os trabalhos (O serviço [...], 1938, núm. 754). As dificuldades existiam pela discordância entre o órgão e a prefeitura: o primeiro desejava que a água fosse captada num trecho do rio Paraíba do Sul próximo ao bairro de Santana e que fosse construída uma torre de caixa d’água no Largo da Matriz, enquanto a administração municipal pedia que a captação fosse realizada à montante da cidade e que a torre fosse instalada no antigo leito da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), que estava vazio (Porque [...], 1938, núm. 752; Insolúvel [...], 1938, núm. 760).

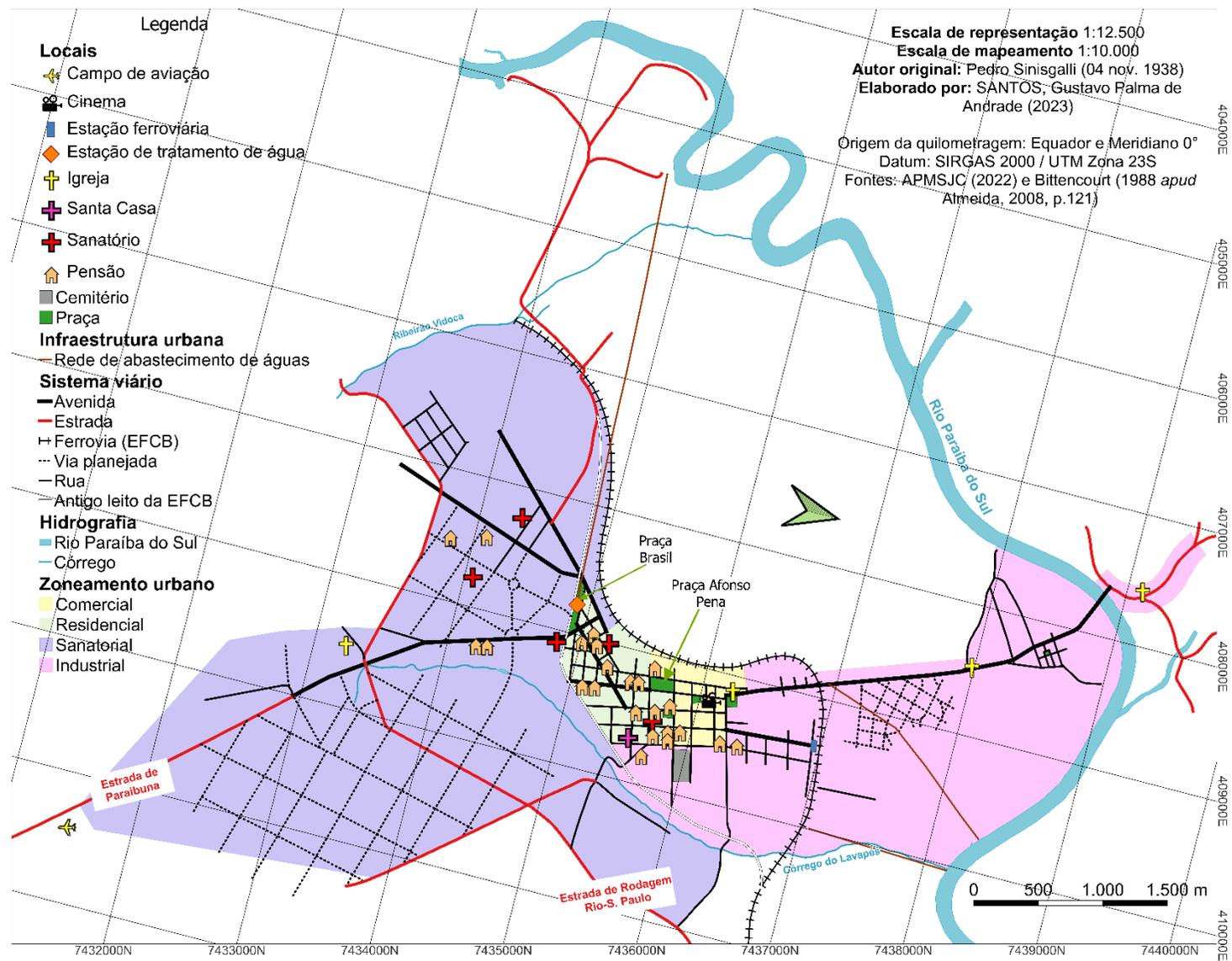
Um engenheiro do Departamento chegou a visitar a redação do *Correio* para argumentar que a obra estava atrasada por culpa da prefeitura (Insolúvel [...], 1938, núm. 760). O jornal diz não ter sido convencido pelos argumentos, e critica o órgão por não aceitar as “justas ponderações da Prefeitura [...] por um capricho de ordem moral” (Caprichos [...], 1938, núm. 762). A Associação Comercial também saiu em apoio à proposta da prefeitura, argumentando que o ponto de captação à montante da cidade, no bairro dos Pinheiros, teria águas menos contaminadas por esgoto (Serviço [...], 1938a, núm. 780).

Vê-se, nesta questão, o conflito entre o poder vindo de fora (representado pelo governo estadual), ou a verticalidade, e as opiniões de quem vive o local no

cotidiano (representadas pela prefeitura, o *Correio* e a Associação Comercial), ou as horizontalidades. Para além de retirar do município a capacidade de eleger seu dirigente, o Departamento de Municipalidades tenta tirar dele, também, a possibilidade de opinar nas transformações que se processarão na própria cidade. É a tentativa de retirar do local os elementos do seu próprio comando, ao que Santos (2020, p.286) dá o nome de *força centrífuga*. Como forma de resistir a ela, as horizontalidades se unem em defesa de um ponto em comum: a escolha pelo local considerado por elas, que vivem e conhecem aquele lugar, como mais apropriado para captar a água. É o processo de reformulação contínua das solidariedades locais, refeitas para resistir à perturbação da verticalidade (Santos, 2020, p.287). O impasse só foi solucionado em setembro de 1938, quando o então prefeito, José Longo, determinou a retomada das obras (Serviço [...], 1938b, núm. 783). Ele representa o contato entre a verticalidade (pois fora escolhido pelo governo estadual) e as horizontalidades (pois vivia na cidade durante seu governo e, dessa forma, estabelecia uma solidariedade com a população local), e possivelmente disso procedeu sua capacidade de solução do problema, mediando as duas esferas.

As obras foram realizadas seguindo o projeto da prefeitura: captação no bairro dos Pinheiros e construção da caixa d'água no terreno do antigo leito da EFCB, no trecho nomeado Praça Brasil (Mapa 3). O avanço delas era anunciado com otimismo e elogios pelo jornal (Proseguem [...], 1939, núm. 802; Autorizado [...], 1940, núm. 848; Surto [...], 1940, núm. 857; Experiencias [...], 1940, núm. 858; São José dos Campos, 1940, núm. 859), com artigos comentando as visitas realizadas às obras em companhia do prefeito (Visita [...], 1939, núm. 814). As obras do sistema de abastecimento e tratamento de água foram concluídas em fevereiro de 1941 (Figura 7) (Virtualmente [...], 1941, núm. 877). A prefeitura tornou obrigatória a ligação dos prédios de diversas ruas do centro, da zona sanatorial e do distrito de Santana à nova rede, informando que não mais realizaria obras de conexão com a antiga rede (São José dos Campos, 1941b, núm. 878, 1941a, núm. 881).

Mapa 3 – Estância Hidromineral e Climatérica de S. José dos Campos (1938)



Durante o imbróglio entre a prefeitura e o Departamento de Municipalidades, o *Correio Joseense* novamente apresentou críticas à resistência popular à mudança da fonte de abastecimento. Em 1937, a população do distrito de Santana teria enviado ao prefeito Leovigildo Trindade uma representação solicitando que os encanamentos que desciam da antiga fonte de abastecimento, a Boa Vista, não fossem removidos, pois não desejavam receber a água do rio Paraíba e consideravam que a obra seria muito custosa. Em resposta, o jornal publicou uma longa notícia apresentando novamente os argumentos sobre a potabilidade de cada fonte. A ele, soma-se o argumento de que a obra será “feit[a] directamente pelo Governo do Estado por intermedio do Departamento das Municipalidades e sobre o controle da Prefeitura local” e que, para atender ao pedido da população, a Prefeitura “teria que contrariar, burlar, e porque não dizel-o? – exorbitar das suas funções e desrespeitar determinações superiores, o que poderia concorrer para o retardamento da execução dos trabalhos” (Os habitantes [...], 1937, núm. 726). Essa justificativa mostra-se contraditória, uma vez que o mesmo jornal defendeu, no ano seguinte, que a prefeitura disputasse com o governo estadual a localização da torre de abastecimento. Mais uma vez, isso aponta para o papel do urbanismo de impor a visão hegemônica de cidade, menosprezando ou ignorando as opiniões dos populares.

A inauguração do novo sistema de abastecimento foi realizada em 11 de maio de 1941, com a presença oficial do governador do estado, Ademar de Barros (Figura 8). A “grande visita” foi comemorada pelo *Correio*, “posto que até hoje nenhum governador transpoz as nossas fronteiras com o fito especial de visitar S. José dos Campos, apezar [...] da proverbial hospitalidade do seu povo”. O governador paulista foi elogiado pela “nova orientação politico-administrativa que [...] imprimiu à nau do Estado, [...] sob o roteiro traçado pelo magnanimo e esplendido patriota que é o Chefe do Estado Novo” e por ter financiado as obras necessárias na cidade (A grande [...], 1941, núm. 887). Tão importante foi a visita que ela ocupou todas as páginas da edição 890, na qual todos os acontecimentos ligados à presença de Ademar de Barros (as visitas e as homenagens) foram narrados pelo jornal.

Figura 7 – Fotografias do Correio anunciando a conclusão da obra do sistema de abastecimento de águas (1939)



O avanço de diversas obras durante o governo José Longo – como a construção do sistema de abastecimento e dos edifícios do cinema (temas que serão discutidos em tópico posterior) e da sede da Associação Esportiva, a duplicação da Rua São José e a reforma do prédio da Prefeitura, além da construção de outros prédios sem relação com a administração municipal – foi chamado pelo *Correio Joseense* de “surto de progresso”, que seria “reflexo da nossa prosperidade em todos os ramos da actividade” e estaria fazendo “da nossa cidade uma das mais bellas entre as mais adiantadas” (Surto [...], 1940, núm. 857). São José dos Campos começava a se urbanizar, abandonando a aparência de pobreza material pela qual era descrita no início da década (Amaral, 1930).

Figura 8 – Fotografia da visita de Ademar à São José dos Campos (1941)



Fonte: *Correio Joseense*, núm. 892, 01 jun. 1941

O *Correio* trazia elogios à gestão José Longo tanto por artigos assinados pelo seu editorial quanto por moradores da cidade. Um artigo assinado por Léa Mára⁵⁵ descrevia a admiração sentida durante uma visita ao prédio da estação de tratamento, agradecendo o “carinho e capricho” do prefeito em proporcionar “a agua christalina [...] [que] jorra das torneiras, deslumbrando toda a gente e principalmente

⁵⁵ Não foi possível identificar a autora. O nome pode ser real ou um pseudônimo.

as boas donas de casa que ha muito tempo não viam coisa igual” (Mára, 1941, núm. 882). Eduardo Santos Maia⁵⁶ publicou dois artigos com o mesmo teor, trazendo também elogios ao Estado Novo. O primeiro, intitulado “Um prefeito perfeito”, realiza um ensaio de teoria política remetendo utilizando pensadores como Comte, Carlyle, Diderot e Hobbes para elogiar a “excelencia dos políticos sinceros e honestos, mesmo incompreendidos da plébe”, que agiam buscando “um fim patriotico, sem se incomodar com os meios para atingi-lo”. Para ele, José Longo e Ademar de Barros, governador do estado à época, seriam exemplos desse tipo de político, e o prefeito, elogiado como “homem culto e caráter sem jaça, administrador consciente e patriota fervoroso”, teria deixado seu nome “eternisado no irrepreensivel” por tudo que fez por São José dos Campos (Maia, 1941b, núm. 880). O segundo, intitulado “Ó tempos! Ó costumes...”, elogiava a ditadura estadonovista por ter garantido “a eficiencia da nossa administração municipal, liberta dos caprichos das câmaras e dos interesses imediatistas dos partidos políticos na corda bamba do mandonismo transitorio”, o que teria viabilizado a realização das obras. O autor também agradece a Ademar de Barros por ter criado o programa de reerguimento econômico do Vale do Paraíba (São Paulo, 1938) e ter disponibilizado verbas para as obras dos sistemas de abastecimento de águas e de esgotos, de ampliação do Pavilhão de Higiene (será discutida posteriormente) e de calçamento das ruas (Maia, 1941a, núm. 883).

5.4 CALÇAMENTO DAS RUAS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Até o final da década de 1930, São José dos Campos era descrita como uma cidade “pobre na apparencia material – prédios em geral velhos, ruas sem arborização e sem calçamento, ausência absoluta de praças ajardinadas, [...] infinidade de terrenos baldios” (Figura 9) (Amaral, 1930, p.142). A circulação de veículos pelas ruas de terra levantava “um pó finissimo que é aspirado por todos quanto aqui mourejam, facil se tornando avaliar o perigo que dahi deccorre” (O pó [...], 1938, núm. 782), além de “difficulta[r] o transito de vehiculos, [...] [e] offerece[r] ao forasteiro que nos visita um triste espectáculo” (O deploravel [...], 1935, núm. 612). Por isso, o pó das ruas era considerado pelo *Correio Joseense* como o segundo problema de maior importância da cidade, ficando atrás apenas da já debatida questão do sistema de abastecimento de água. As reclamações pelo mau

⁵⁶ Membro da Associação Paulista de Imprensa (A.P.I.).

estado das ruas e a divulgação da realização de obras de calçamento aparecem em notícias de todo o período analisado, de 1935 a 1941. Neste tópico, serão apresentados os debates do jornal relacionados a: poeira nas ruas de terra; Avenida Mario Galvão; Rua 15 de Novembro; iluminação pública das ruas.

Figura 9 – Terreno baldio em São José dos Campos (1930)



Fonte: Amaral, 1930

Foram localizados três artigos do *Correio* com o título “O pó das ruas”, dois de 1935 e um de 1938, além de um “Contra o pó”, de 1936. Em todos, a preocupação do jornal foi a mesma: as nuvens de poeira levantadas pelos carros poderiam trazer consigo as bactérias deixadas por tuberculosos ao escarrarem nas ruas, além de dificultar a respiração, porque “não ha pulmão que resista a essa verdadeira calamidade” (O pó [...], 1935a, núm. 630, 1935b, núm. 665). A solução paliativa apontada pelo jornal era sempre a mesma: a necessidade de se irrigar as ruas durante o dia para controlar o pó. A sugestão foi adotada pela prefeitura em 1935, mas mostrava-se insuficiente, pois “quando o carroção attinge 100 metros de percurso, metade já está secco pelo calor da terra, resultado, pois, improficuo todo o trabalho” (O pó [...], 1935a, núm. 630), e a compra de veículos maiores seria inviável porque eles “custavam muito dinheiro e as finanças municipaes não permittiam tal

dispendio” (O pó [...], 1938, núm. 782). A solução final, portanto, deveria ser o calçamento das ruas.

Segundo o *Correio*, o prefeito Leovigildo Trindade havia solicitado, no início de seu mandato, um estudo sobre a viabilidade de realizar o calçamento de cinco vias da cidade: ruas Paraibuna, 24 de outubro e 15 de novembro e avenidas João Guilhermino e Mário Galvão (O calçamento [...], 1935, núm. 626). Pelo que consta nas notícias do jornal, apenas duas destas obras foram realizadas, que serão discutidas a seguir: a Avenida Mário Galvão e a Rua 15 de Novembro. A primeira, nomeada em homenagem ao primeiro fisiólogo de grande renome que residiu em São José dos Campos, ligava a cidade à estação da EFCB. A segunda é uma rua central que liga a Praça Afonso Pena ao Largo da Matriz.

O mau estado da Avenida Mário Galvão foi objeto de reclamações no jornal *Correio* desde 1935, pois ela era a principal via de entrada para a cidade a partir da estação ferroviária (Figura 10). No primeiro artigo em que ela foi citada, critica-se o fato de ela estar “esburacada, cheia de sulcos com mais de um metro de profundidade”, sendo que a arrecadação da prefeitura no ano anterior permitiria empregar “uma quantia apreciável” de verbas no seu melhoramento (O deplorável [...], 1935, núm. 612). Três meses depois, já sob a gestão de Leovigildo Trindade, o jornal novamente solicitou que a prefeitura atentasse para aquela via “de modo que, os que nos visitam, não tivessem desde logo ao pizar em nossa terra, uma impressão má, conforme vem acontecendo ha muitos annos” (O lastimável [...], 1935, núm. 625). O pedido foi atendido com uma nota redigida pelo gabinete do prefeito, informando que seria “dada imediatamente uma solução de emergencia, para que possa, conservada, esperar o inicio do calçamento da cidade” (O lamentável [...], 1935, núm. 626).

O serviço de emergência parece ter sido eficaz, uma vez que não foi mais citado o mau estado de conservação daquela avenida. Em junho de 1936, o jornal noticiou que o seu leito estava “sendo apedregulhado e as suas margens devidamente sargeteadas” e que um canteiro central havia sido criado, dividindo-a em duas vias para melhorar o fluxo de veículos (Os melhoramentos [...], 1936, núm. 690). Não fica claro se essas obras foram, de fato, iniciadas na época ou apenas mais tarde, pois em junho de 1937 (exatamente um ano depois), o *Correio* informa que visitou em companhia do prefeito as obras de “colocação de guias, aterros e

apedregulhamento, inclusive canteiros no centro da Avenida”, que haviam começado dois meses antes (Av. Dr. [...], 1937, núm. 726). De qualquer forma, pode-se inferir que o *Correio* possuía relevância como porta-voz de críticas na cidade, uma vez que suas reclamações foram atendidas pelo prefeito.

Figura 10 – Vista da Av. Mário Galvão, com a estação da EFCB ao fundo (1930)



Fonte: Amaral, 1930

As obras da Rua 15 de Novembro (Figura 11) apresentaram maiores conflitos políticos quando comparadas à Avenida Mário Galvão. Após o início da obra de calçamento e asfaltamento da via, que tinha como objetivo “o embelezamento da cidade, como lado útil de amenisar a poeira alli existente em virtude do grande movimento de vehiculos” (O calçamento [...], 1936a, núm. 679) – sendo, portanto, a primeira via asfaltada da cidade (Soares, 2007, p.141) –, a prefeitura anunciou que iria cobrar uma taxa dos imóveis localizados na rua a fim de custear a obra, imposto considerado inconstitucional e exorbitante e criticado pelo *Correio*, que diz desejar que “a nossa terra seja remodelada e elevada ao nível das

mais adiantadas, porem sem sobrecarregar a sua população de pesadissimos impostos e contribuições” (Será [...], 1936, núm. 693).

Figura 11 – Trecho da Avenida 15 de Novembro (1930)



Fonte: Amaral, 1930

O Conselho Consultivo⁵⁷ julgou que o imposto não seria inconstitucional, porém aconselhou o prefeito a conceder isenção do imposto aos proprietários que construíssem calçadas segundo o padrão oficial na frente dos seus imóveis, e a sugestão foi acatada por Leovigildo Trindade (São José dos Campos, 1936a, núm. 693, 1936b, núm. 693). No entanto, a taxa cobrada para a conservação do calçamento foi mantida pela gestão Edgar de Castro e, no ano seguinte, os proprietários da Rua 15 voltaram a solicitar a isenção, que foi negada pela prefeitura (São José dos Campos, 1937a, núm. 746).

Aspectos técnicos da obra também foram alvos de reclamação. O primeiro foi o calçamento do trecho não asfaltado da via, que estaria se soltando devido ao peso dos veículos pesados que por ali transitavam (O calçamento [...], 1936b, núm. 696). A solução adotada foi o asfaltamento de toda a extensão da via, “tendo-se em vista o apreciavel numero de vehiculos e pedrestes que por alli transitam diariamente” (Melhoramentos [...], 1936, núm. 702). O segundo foi a falta de declive no cruzamento da Rua 15 com a Rua Cel. Monteiro, que, pela

⁵⁷ O Conselho Consultivo de São José dos Campos era composto por Arnaldo dos Santos Cerdeira, Austin W. Tibiriçá e João B. Soares (São José dos Campos, 1936a, núm. 693).

inexistência de uma rede de escoamento das águas pluviais, levava à formação de grandes poças e focos de pernilongos após chuvas (Água [...], 1938, núm. 765).

Durante a gestão José Longo, o prefeito solicitou verbas ao governador do estado para realizar o calçamento das “principais ruas que necessitam, com urgência, desse melhoramento, em virtude do seu grande movimento e das nuvens de poeiras que os veículos em trânsito causam nesses logradouros” (O calçamento [...], 1941, núm. 899). O pedido foi aceito, e a Prefeitura recebeu, por meio do Decreto-Lei Nº 12.335, de 26 de novembro de 1941, saldo de mil quatrocentos e cinquenta contos de réis para pavimentar as vias que conectavam a cidade às estradas Rio-São Paulo e à de Campos do Jordão (Concedido [...], 1941, núm. 915; São Paulo, 1941).

A questão da iluminação pública aparece em notícias relacionadas a diversas vias da cidade. A primeira crítica que aparece no período se refere à demora da Empresa de Força e Luz em substituir as lâmpadas queimadas, que chegavam a ficar mais de dez dias apagadas (Iluminação [...], 1936, núm. 670). Em seguida, aparecem reclamações sobre a falta de iluminação nas ruas da Vila Maria (Villa [...], 1938a, núm. 777, 1938b, núm. 778; Luz para [...], 1940, núm. 847) e anúncios da instalação de postes de luz na Vila Ema e nas ruas João Gualberto, Prudente de Moraes, 23 de Maio (Diversos [...], 1939, núm. 801) e 15 de Novembro (A nova [...], 1939, núm. 836). Curioso é o fato de a Rua 15 ter sido dotada de iluminação pública apenas no final do ano de 1939, enquanto as outras ruas citadas, que não eram centrais na cidade, receberam postes dez meses antes.

5.5 AJARDINAMENTO DA PRAÇA AFONSO PENA

A Praça Afonso Pena (Figura 12) é a maior praça do centro de São José dos Campos, onde se localizam a Igreja São Benedito (Figura 13) (inaugurada em 1876), o Paço Municipal (Figura 3) (sede da Escola Normal entre 1930 e 1967) e o antigo edifício da Coletoria Estadual. Até 1937, ela também era o endereço da Santa Casa de Misericórdia (Figura 14).

A conservação e o ajardinamento da praça são temas recorrentes no *Correio Joseense* entre os anos de 1935 e 1938. Em junho de 1935, o jornal publica uma nota criticando “o pessimo estado de conservação daquelle logradouro publico, que está sendo tomado por um intenso mattagal desde ha muitos mezes” e pedindo que o prefeito tomasse “uma providencia” (O mau [...], 1935, núm. 629). Inicia-se,

nesse momento, um conflito entre o jornal, a prefeitura e Donato Mascarenhas que durará três anos.

Figura 12 – Praça Afonso Pena (1930)



Fonte: Amaral, 1930

Figura 13 – Igreja São Benedito (s./d.)



Fonte: APMSJC, 2023

Figura 14 – Sede da Santa Casa de Misericórdia na Praça Afonso Pena (1930)



Fonte: Amaral, 1930

A providência foi tomada, ou ao menos anunciada, apenas em março de 1936, quando a Prefeitura informa que “vae doptar a Praça Affonso Penna de um grande e moderno jardim, onde o nosso povo poderá se recrear nos seus dias e horas de descanso”, e o jornal mostra-se contente pela medida tomada (Novo [...], 1936, núm. 675). A praça começou a ser arada para preparar a terra para o ajardinamento, porém a obra foi paralisada em outubro do mesmo ano. O *Correio* critica a paralisação, apontando que o preparo da terra terá de ser refeito e isso encarecerá a obra (O ajardinamento [...], 1936, núm. 706).

Em 21 de março de 1937, a prefeitura publica um edital de concorrência pública “para apresentação de projecto definitivo de construcção de um jardim na Praça Affonso Penna” (São José dos Campos, 1937c, núm. 719). As propostas recebidas foram avaliadas e aprovadas pela Comissão de Finanças e Justiça da Câmara Municipal, e o contrato com a empresa vencedora, Dieberges & Cia., foi formalizado por meio da Lei nº14, de 30 de julho do mesmo ano (São José dos Campos, 1937d, núm. 733).

A Lei nº14 será objeto de conflito político entre o jornal e os partidários da família Mascarenhas. Três meses após sua publicação, no mês de outubro, o periódico *A Tribuna do Povo* – que, de acordo com o *Correio*, era o “órgão oficial da ala donatista” (Até [...], 1937, núm. 741) – teria publicado uma coluna dizendo que enviou ao Secretário de Justiça do Estado um pedido para que o contrato fosse rescindido por supostamente ter sido aprovado sem uma concorrência pública e possuir um preço exorbitante. O *Correio* responde a essa coluna com um artigo publicado em sua capa, demonstrando matematicamente que o edital possui valor menor do que o edital de ajardinamento da Praça Cônego Lima, aprovado durante a gestão Rodolpho Mascarenhas – a qual era apoiada pelos políticos ligados à *Tribuna*. Segundo o jornal, os donatistas estariam fazendo uma “condemnavel e grosseira politicagem, à serviço dos inimigos do progresso e do adiantamento de nossa terra” por estarem atrasando uma obra “cujos trabalhos poderiam estar bem adiantados e quasi em vias de conclusão, se não fôra a sua indebita e desarrasoada interferencia” (Ainda [...], 1937, núm. 742).

O *Correio* diz ainda que “se os trabalhos de ajardinamento da Praça Affonso Penna forem suspensos em definitivo, e não mais se cuidar do assumpto, essa responsabilidade caberá exclusivamente [...] à chamada ala donatista” e que “o interesse dessa gente não é pela nossa terra, e sim, pela politicagem que praticam contra o seu progresso e seu embelezamento” (Ainda [...], 1937, núm. 742). Nessa notícia, fica clara a tentativa do editorial do jornal em incutir em seus leitores o ressentimento em relação aos correligionários da família Mascarenhas, ao culpá-los como entraves ao “progresso” da cidade.

A Tribuna do Povo, na sua edição seguinte, teria dito que não responderia sobre os cálculos apresentados pelo *Correio*, pois este não possuiria autorização para falar em nome do prefeito. Em 7 de novembro, o *Correio* publica sua tréplica, intitulada “O fracasso da Mentira e a victoria da Verdade!”, dizendo que “para se dizer a VERDADE, não se precisa de autorização de quem quer que seja. O que interessa é o facto em si. O que interessa à opinião publica é saber se os documentos que apresentamos são legitimos e authenticos. Isto, sim, é que interessa” (O fracasso [...], 1937, núm. 743). Os donatistas ainda seriam chamados de sofistas, por dizerem que o edital de concorrência pública, publicado pelo *Correio* em março de 1937, não havia existido (De sophismas [...], 1937, núm. 745).

Apesar da aparente vitória do *Correio* no conflito, “a campanha infeliz da ‘A Tribuna’ está victoriosa. O jardim não mais se fará e aquella Praça continuará a servir de pasto, ou então, de campo de futebol, se a isso não se oppuzerem os amigos de nossa terra” (De sophismas [...], 1937, núm. 745). O contrato seria formalmente rescindido pelo Acto N°7, de 05 de março de 1938, já sobre a gestão Edgar de Castro (São José dos Campos, 1938a, núm. 761).

A praça só seria citada posteriormente em uma notícia de outubro de 1938, quando foi anunciada a construção de sarjetas nas ruas ao seu redor. Nessa ocasião, o *Correio* elogia a iniciativa e pede que a prefeitura aproveite a obra para “melhorar o aspecto daquelle logradouro publico, transformando-o em um grande bosque” (Ajardinamento [...], 1938, núm. 790). Curiosamente, o jornal admitia que o projeto da gestão Leovigildo Trindade era “de elevado custo”, e que por isso não foi levado à frente. O apoio anterior parece ter sido motivado mais pelo ressentimento em relação aos irmãos Mascarenhas do que de fato por um apoio ao projeto do então prefeito.

A questão do ajardinamento da praça foi, portanto, mais um campo de embate entre o *Correio* e os irmãos Mascarenhas. Quanto ao governo Leovigildo Trindade, observa-se que o jornal apresenta algumas críticas à prefeitura ao mesmo tempo em que demonstra certo apoio, como ao criticar a paralisação das obras e pedir que elas sejam retomadas “para que estes não sejam apreciados de modo desfavorável à administração, tanto mais que sabemos estar ella bem intencionada” (O ajardinamento [...], 1936, núm. 706). O “apoio”, no entanto, talvez fosse uma tentativa de não fortalecer a ala donatista, como nos outros eventuais apoios do jornal à ala Cerdeira-Dória durante as eleições do Partido Constitucionalista.

5.6 O CINEMA MUNICIPAL

Até 1939, o único cinema de São José dos Campos, nomeado Theatro S. José (Figura 15), estava localizado no cruzamento das ruas 15 de Novembro e Sebastião Hummel em um prédio de propriedade da prefeitura. Ele era criticado pelo *Correio Joseense* “por ser, pelas suas pessimas condições de conforto e hygiene, um dos maiores e mais perigosos focos de disseminação da tuberculose”, porque alegadamente era frequentado pelos doentes “na mais pernicioso promiscuidade com o publico” (O problema [...], 1939b, núm. 812). Para o jornal, era absurdo que o prédio fosse autorizado a funcionar pelo Centro de Saúde.

Figura 15 – Theatro S. José (década de 1930)



Fonte: APMSJC, 2023

Em agosto de 1939, foi anunciado que o Centro de Saúde decretou o fechamento do Theatro S. José. O *Correio* apoiou a decisão, dizendo que só assim seria possível realizar a reforma daquele prédio ou a construção de um novo (O fechamento [...], 1939, núm. 819). Entretanto, o dono do cinema, Albano Máximo, pediu diversos adiamentos do prazo para que conseguisse realizar reformas no prédio – reforma essa que, segundo o jornal, teria consistido apenas na pintura das paredes (O cinema [...], 1940, núm. 837) –, e o seu alvará de funcionamento foi renovado no início de 1940. O prefeito José Longo interveio na questão, determinando a desocupação do prédio em até 90 dias, que deveria ser retornado para a prefeitura (O cinema [...], 1940, núm. 837).

Quando o prazo estava próximo de expirar, o *Correio* criticou Albano por não ter se preocupado com a higiene do prédio: as cadeiras eram cheias de pulgas, não havia ventiladores para circular o ar durante as sessões, as cortinas eram lavadas com pouca frequência (O fechamento [...], 1940a, núm. 844). O Theatro foi, de fato, fechado no início do mês de abril de 1940, e o prédio foi reformado para se tornar a sede da Prefeitura de São José dos Campos (O fechamento [...], 1940b,

núm. 847; A mudança [...], 1941, núm. 877). A construção de um novo cinema foi anunciada na mesma época, e o projeto de seu prédio é elogiado pelo *Correio* por “offerece[r] aspecto moderno e obedece[r] aos mais rigorosos principios de hygiene e de conforto exigiveis” (O novo [...], 1940, núm. 851).

A questão da tuberculose aparece como preocupação em todas as notícias que falam sobre o Theatro São José, assim como era sempre evocada para justificar a necessidade das obras de abastecimento e de calçamento da cidade. Isso mostra que existia na cidade uma certa preocupação com a convivência entre os doentes e os não infectados, ainda que seja possível questionar se havia interesses outros que motivaram a campanha do *Correio* pelo fechamento do cinema. Seja como preocupação real, seja como justificativa para esconder motivações privadas, a tuberculose assumia um papel central no debate cotidiano de São José dos Campos.

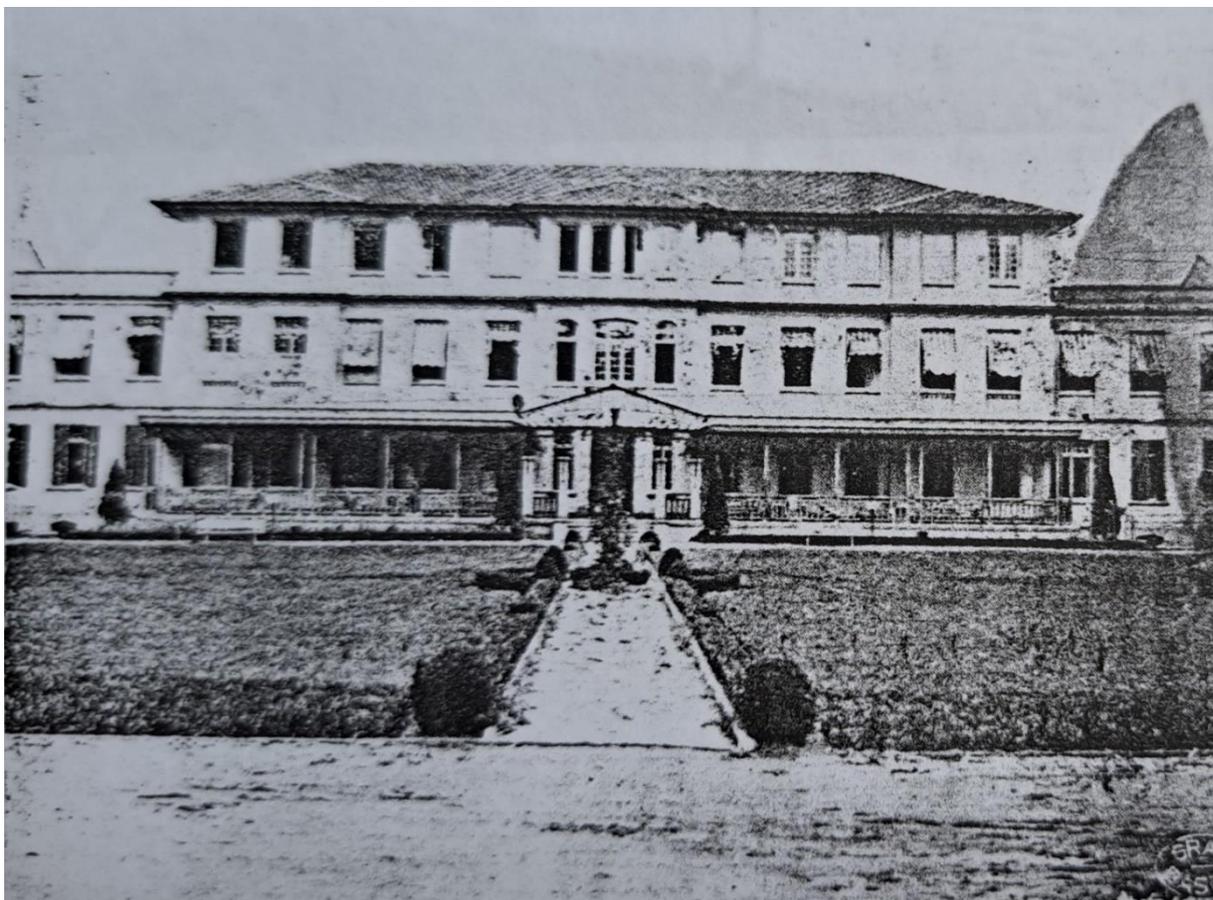
5.7 COMBATE À TUBERCULOSE: SANATÓRIOS, LASCT E PAVILHÃO DE HIGIENE

A importância da tuberculose na vida cotidiana de São José dos Campos pode ser atestada também pela publicação de notícias sobre os sanatórios, como pelo anúncio de construção de novos pavilhões, e sobre a Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose (LASCT), pelas campanhas de arrecadação de verbas, e ainda pelos manifestos solicitando maior atenção para os tuberculosos indigentes. Neste tópico, serão trazidos estes artigos, a fim de mostrar que a infraestrutura sanitária despertava tanto interesse do *Correio* quanto a infraestrutura urbana.

Dos oito sanatórios que existiram em São José dos Campos, três foram inaugurados dentro do período de análise – Maria Imaculada, em 1935, Ezra, em 1936, e Adhemar de Barros, em 1941 – e três já estavam em funcionamento (Mapa 2) – Vicentina Aranha, de 1924 (Figura 16), Vila Samaritana, de 1928, e Ruy Dória, de 1934 (Figura 5) (Prince, 2010). O Sanatório Ezra (Figura 17) foi fundado pela Sociedade Beneficente Israelita de São Paulo, e teve noticiados tanto o lançamento de sua pedra fundamental – no qual estiveram presentes o prefeito Leovigildo Trindade, Ruy Dória e comerciantes israelitas da cidade (Sanatorio [...], 1935a, núm. 644) – quanto sua inauguração, em novembro de 1936 (Sanatorio [...], 1936, núm. 708), e a construção de novos pavilhões, em 1940 (Assentamento [...], 1940, núm. 855). O Sanatório Maria Imaculada, fundado pela Madre Maria Theresa e destinado

às mulheres, aparece nas páginas do jornal apenas em sua inauguração, à qual compareceram o médico Nelson d'Ávila e um reverendo de Taubaté (Sanatorio [...], 1935b, núm. 656). O Sanatório Vila Samaritana também teve a inauguração de um novo pavilhão, destinado aos pobres, noticiada pelo jornal (Sanatorio [...], 1937, núm. 737). O Sanatório Adhemar de Barros, mantido pela LASCT, foi inaugurado na mesma data que o sistema de abastecimento de águas, durante a visita do governador à cidade em 1941, e por isso não recebeu tanto destaque no jornal (A grande [...], 1941, núm. 887).

Figura 16 – Pavilhão central do Sanatório Vicentina Aranha (década de 1930)



Fonte: Caldeira, 1934

Existia uma disposição da prefeitura em aumentar o número de sanatórios da cidade, tendo em vista o grande número de tuberculosos que se deslocavam para São José dos Campos. O *Correio Joseense* divulgou duas decisões da administração municipal nesse sentido. A primeira foi o Acto nº300, que autorizava a doação de terrenos no Campo do Putim (ou dos Alemães), cujas terras pertenciam à

prefeitura e estavam reservadas por um plano da Seção de Obras Públicas para a expansão da zona sanatorial⁵⁸ (São José dos Campos, 1935, núm. 652), para a construção de sanatórios e pensões (Mapa 3). A segunda foi um edital de concorrência pública para a venda de terreno no Campo dos Alemães para a construção de um sanatório (São José dos Campos, 1937b). Não foi possível constatar se algum sanatório ou pensão foi de fato construído a partir desse edital ou se ele foi cancelado, uma vez que não foi mais citado pelo jornal.

Figura 17 – Portaria do Sanatório Ezra (s./d.)



Fonte: SJC Anticamente, s./d.

Construir mais sanatórios na cidade era uma necessidade por causa do grande fluxo de tuberculosos pobres que migravam para São José dos Campos na busca da “cura milagrosa” por seus ares, às vezes por sugestão dos médicos de suas cidades. O *Boletim Médico* chegou a publicar em 1934 “um appello” aos

⁵⁸ Não foi possível encontrar um mapa que apresentasse os limites precisos do Campo do Putim (ou dos Alemães). É possível que essa área se refira a todo o território da cidade ao sul do Córrego Lavapés e da Estrada Rio-São Paulo, uma vez que os terrenos onde se instalou o Centro Técnico da Aeronáutica na década de 1950 faziam parte do Campo dos Alemães (São José dos Campos, 1951). O plano de expansão da Seção de Obras Públicas ao qual a publicação se refere é provavelmente o arruamento planejado que está presente no Mapa 3/Mapa 3.

colegas de profissão, solicitando que parassem de enviar “doentes sem recursos e desprovidos de guias para internação nos sanatórios”, porque

parece que muitos desses nossos collegas ainda não se convenceram da superlotação de todos os nossos sanatorios e da impossibilidade material de amparar todos os que vêm para os climas em busca de saude, sem meios de tratamento. Esses infelizes continuam a affluir, em procissão continua e desesperante. Mas, por mais que nos mereçam os collegas, e quasi sempre, amigos que subscrevem as apresentações que ingenuamente, esses doentes nos trazem, nada é possível fazer: Os sanatórios estão abarrotados e fora delles, a hospedagem gratuita já esgota todas as suas possibilidades. Ficam pois, esses desgraçados a perambular pelas ruas, quando suas forças ainda o permitem, a mendigar o dinheiro da passagem de volta, a exhibir um quadro tristissimo de doença e de miseria (Um appello, 1934, n. 10).

O *Boletim* já havia publicado um artigo sobre o tema no ano anterior, pedindo que os médicos de outras cidades parassem de acreditar numa “cura milagrosa” em São José dos Campos e deixassem os tuberculosos “expirar[em] na tranquilidade de seus lares” (Cura [...], 1933, n. 4), próximos à sua família e sem o desgaste da viagem de trem – ou seja, a propaganda realizada pelos almanaques editados pela prefeitura em relação aos “bons ares” da cidade (Almeida, 2008) possivelmente não possuía respaldo dos médicos locais. O problema parece não ter sido solucionado com facilidade – até porque a fama de seus ares fazia da cidade a “Chanaan” ou a “Mecca dos tuberculosos” (Amaral, 1930; A saude [...], 1938, núm. 763), ou seja, um lugar de “peregrinação” obrigatório na busca pela cura –, e isso motivou o *Correio* a iniciar, em 1935, um movimento em defesa da construção de sanatório para tuberculosos pobres, convidando para ele “todos quantos queiram colaborar a essa obra” (Precisamos [...], 1935a, núm. 647).

Os manifestos publicados pelo *Correio* clamavam pela necessidade “de se conjugar esforços, aproveitando-se a bôa vontade de todos, notadamente da Mulher, que será o factor maximo dessa santa cruzada” (Precisamos [...], 1935b, núm. 648). Eles fazem do apoio ao movimento uma condição de moralidade, pois “todos aquelles que tem uma parcella de responsabilidade e de interesse pelo bom nome de nossa terra, estamos certos, não negarão a sua cooperação a essa humanitaria e altruistica instituição, por cuja fundação vimo-nos empenhando” (Precisamos [...], 1935c, núm. 649). Descrevendo o sanatório para pobres como uma iniciativa humanitária e altruísta, criava-se a pressão moral para que quem pudesse colaborasse com ela.

Após o jornal informar que Leovigildo Trindade havia desejado sucesso à iniciativa, um assinante não identificado do *Correio* publicou uma nota lembrando que a gestão Cel. Domingues de Vasconcellos havia realizado uma reunião com prefeitos da Zona Araraquarense para solicitar apoio de verbas para a construção do sanatório para pobres na cidade. Ele sugere, portanto, que o prefeito retome as conversas com esses prefeitos “das bandas das ricas zonas do ouro branco”, para que o apoio seja efetivado (Precisamos [...], 1935d, núm. 650).

A campanha iniciada pelo *Correio* culminou na criação da Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose em 1936, “iniciativa de carácter particular mas que vem obtendo o franco e decidido apoio dos poderes publicos” e que merecia, para os médicos de São José dos Campos, “contar com a confiança e boa vontade e amparo moral e material de todos os brasileiros” (Liga [...], 1935/1936, n. 30-31). Para o *Correio*, a Liga empreendia uma “cruzada nobilissima, projectada com o humanitario objectivo de amparar e proteger os doentes pobres notadamente, e de pugnar pela saude publica” (Liga [...], 1936a, núm. 685).

O *Correio* frequentemente republicava informes da Comissão de Publicidade e Imprensa da LASCT que divulgavam a inauguração de um abrigo de emergência filantrópico (Liga [...], 1936b, núm. 686), agradeciam nominalmente as doações feitas por munícipes (Bidoli, 1936, núm. 712) e explicavam o destino dessas doações recebidas (Liga [...], 1936c, núm. 700). Ela recebeu espaço em sucessivas capas do jornal para divulgar a quermesse de 1938, realizada em benefício da Santa Casa de Misericórdia⁵⁹ e da Liga. Foram publicados, no total, 16 comunicados sobre o evento, sendo que 9 figuraram nas capas de diferentes edições (Figura 18), trazendo informações desde as damas da sociedade que estavam encarregadas de organizar os eventos de cada barraca (Proseguem [...], 1938, núm. 767) até os eventos de cada final de semana (O inicio [...], 1938, núm. 772; Mais [...], 1938, núm. 774; Os ultimos [...], 1938, núm. 715).

⁵⁹ Convém recordar que Napoleão Monteiro, redator do *Correio*, era membro da mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia. Portanto, o evento também era de interesse pessoal dele, o que pode ter influenciado a disponibilidade do jornal em publicar os comunicados nas capas. Isso fica visível, por exemplo, pelo fato de o título das notícias sobre a quermesse citarem a Santa Casa antes da LASCT.

Figura 18 – Divulgação da quermesse na capa do Correio em maio de 1938

Proseguem com animação os trabalhos preliminares para a realização da GRANDE KERMESSE em benefício da SANTA CASA e da Liga de Assistência Social e de Combate à Tuberculose

A população recebeu com sympathia a iniciativa em favor daquelas duas instituições de caridade.

As Directoras das Barracas e suas Dedicadas Auxiliares em Franca Actividade

Não se pôde mais duvidar do êxito que vai ter a grande Kermesse organizada pelos directores da Santa Casa e da Liga de Assistência Social em benefício destas utilíssimas instituições de caridade. O movimento em torno do projecto do festival é por demais animador, pelo que nos autorisa dizer que São José dos Campos vai dar mais uma inequívoca prova de seu carinho e de sua atenção às boas e nobres causas.

As distintas damas que tão bondosamente emprestam o seu indispensável e valioso concurso a philantropica iniciativa, têm desenvolvido uma actividade digna de nota, no desempenho de uma das mais lindas manifestações de amor

ao próximo no cumprimento de um das mais bellos preceitos de Fé e Religião, substanciados nessa expressiva palavra que é a CARIDADE.

Parcorrem aquellas senhoras e senhoritas os nossos bairros num trabalho penoso e edificante pela sua sublimidade, disputando entre si, a aquisição de numerario e de prendas em favor de suas barracas, procurando cada qual, com essa baratha dignificante elevar a sua renda em proveito da mesma causa que todos defendem com amor.

E a população, indistinctamente, como era de se esperar, têm dispensado a todos quantos estão integragrados nesta campanha de

benemerencia a devida atenção e o devido acolhimento, concorrendo, contribuindo e trabalhando para a victoria da causa que é sua, que é nossa e que é de todos quantos sabem sentir a desventura e a desgraça alheias.

A 29 do corrente terão início as actividades das Barracas que serão localizadas no Largo da Matriz e, estamos certos, ninguém deixará de prestigialas e auxilialas com um obulo por mais modesto que seja, porquanto este, dado em um ambiente festivo, vai ser applicado para suavisar os soffrimentos daquelles que cumprem no leito da dor a sentença que o destino cruel lhes impoz.

Fonte: Correio Joseense, núm. 767, 01 maio 1938

A LASCT também utilizou as páginas do *Correio* para publicar os manifestos de sua “Campanha Pró Sanatório”. A Liga agradece a população da cidade por ter atendido “promptamente aos appellos da Liga, uns offerecendo os fructos da longa experiencia, dando idéas, sugerindo medidas e iniciativas; outros antecipando expontaneamente recursos para a Campanha”, porém diz que é necessário que mais pessoas ofereçam doações, para que seja possível construir um sanatório para pobres, e não apenas um abrigo de emergência. Chegam a citar até mesmo o falecimento de dois homens tuberculosos nos bancos da estação ferroviária, que lá ficaram por não conseguirem se internar nem se hospedarem em pensões (Campanha [...], 1938, núm. 765). O sanatório foi construído apenas em 1941, com verbas doadas pessoalmente por Ademar de Barros e sua esposa (O interventor [...], 1941, núm. 878), e por isso recebeu o nome do governador.

No período entre a fundação da LASCT e a abertura de seu sanatório, a cidade ainda sofria com o problema dos tuberculosos indigentes e da falta d'água tratada. Jornalistas paulistanos foram convidados a visitar a cidade em 1938, para que conhecessem a situação da população e denunciasses a importância das obras do sanatório e da rede de abastecimento de água (O problema [...], 1938, núm. 770). A medida, no entanto, não foi eficaz, e o *Correio Joseense* acusou o governo estadual de ter esquecido da existência de São José dos Campos, uma vez que a cidade não foi mencionada no plano de reerguimento do Vale do Paraíba (São Paulo, 1938) nem apareceu como cidade prioritária para o programa de investimentos em profilaxia da tuberculose no estado (A nossa [...], 1938, núm. 794).

A profilaxia na cidade ficava por conta do Pavilhão de Higiene e do Centro de Saúde locais. O Pavilhão, inaugurado em 1935, era destinado à “desinfecção e esterilização de objetos de uso de doentes de tuberculose [...] [e] também a lavagem de roupas daquelles e de pessoas sans” (Pavilhão [...], 1935, núm. 630). Inicialmente, ele era comandado por uma empresa privada pertencente à Rodolpho Mascarenhas, porém foi declarado de utilidade pública e desapropriado pela prefeitura em agosto de 1936, por uma compreensão do Conselho Consultivo de que era “um erro fazer-se a prophylaxia à custa do proprio doente, [e] seria até um crime tornar-se em fonte de enriquecimento medidas de caracter prophylatico obrigatorio onerando de maneira deshumana e escorchante” o doente (São José dos Campos, 1936c, núm. 697). O Pavilhão foi ampliado durante o “surto de progresso” da gestão José Longo, aumentando sua capacidade de atendimento à população e também passando a possuir tanques destinados às lavadeiras particulares (Ainda [...], 1940, núm. 869).

O Centro de Saúde era uma unidade do serviço sanitário estadual, sendo responsável pela fiscalização em quatro municípios (São José dos Campos, Caçapava, Paraibuna e Buquira⁶⁰) e estando subordinado à Delegacia de Saúde de Guaratinguetá. Sobre sua alçada estavam a aprovação de todas as plantas de construção, conforme previsto pelo Código Sanitário Estadual (Moraes, 1937, núm. 750; São José dos Campos, 1938b, núm. 787), a autorização para construção de habitações coletivas e a limitação do número máximo de pensionistas (Moraes, 1939, núm. 797) e a concessão de alvarás de funcionamento (como no caso já

⁶⁰ Corresponde ao atual município de Monteiro Lobato.

discutido do cinema local) (O cinema [...], 1940, núm. 837). Além disso, o Centro também foi responsável pela realização do recenseamento torácico da população, com a utilização de um equipamento de raios X adquirido em 1940 (Centro [...], 1940, núm. 853; Foi instalado [...], 1940, núm. 853), pelo mapeamento dos sanatórios e das pensões para tuberculosos (O centro [...], 1938, núm. 794) e pela organização de reuniões semanais abertas à população nas quais os médicos da cidade apresentavam seminários sobre a tuberculose⁶¹ – tratando de temas como a importância da vacina BCG (Uma grande [...], 1939, núm. 815), a profilaxia infantil (O problema [...], 1939b, núm. 816), a incidência da doença na zona rural (No centro [...], 1939, núm. 817), as predisposições hereditárias à infecção (A palestra [...], 1939, núm. 818) e os trabalhos do próprio Centro na prevenção dela (A reunião [...], 1939, núm. 819).

O relatório de Amaral (1930, p.103-4) aponta que o trabalho do Centro de Saúde naquela época era deficiente, pois possuía apenas quatro funcionários (um inspetor, um guarda sanitário e dois mata-mosquitos), funcionava dentro de uma pequena sala na residência de um dos funcionários e não possuía veículos nem telefone próprios, além de funcionar apenas com uma pequena verba disponibilizada pela Prefeitura de São José dos Campos. Para Amaral, isso tudo dificultava a boa execução de seus serviços, como a limpeza pública e a vigilância das pensões para tuberculosos, apesar de seus funcionários fazerem o melhor que conseguiam. Não foi possível identificar, por meio do *Correio*, se houve aumento do repasse de verbas para o Centro de Saúde após 1935, mas é notável que ele começou a ter maior destaque dentro da cidade, seja pelos serviços realizados citados anteriormente, seja pela expansão de seu novo prédio sede (O centro [...], 1939, núm. 825).

O *Correio* também assumiu uma função de educação sanitária a partir de 1939, quando passou a republicar artigos da Seção de Propaganda e Educação Sanitária (S.P.E.S.) do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo. Esses artigos utilizavam linguagem mais acessível à população para tratar de diversos temas relacionados à saúde, como “molestias mentais” (Vida [...], 1939, núm. 831), tuberculose, cisticercose, apendicite, tabagismo, varíola, sarampo, maleita e câncer.

⁶¹ Nas reuniões noticiadas pelo *Correio Joseense*, falaram os médicos Raul Florido (10 de julho), Ruy Doria (17 de julho), José Rosemberg (24 de julho), A. Moreira Vita (31 de julho), João B. de Souza Soares (07 de agosto), Jorge Zarur (14 de agosto) e Fernando Amaral (21 de agosto). O prefeito José Longo também realizou uma apresentação na primeira reunião, em 03 de julho.

Sobre a tuberculose, são publicados cinco artigos, sendo que três deles sugeriam formas de proteger crianças da infecção. Quanto aos outros dois artigos, um falava sobre a importância da vacinação para evitar a contaminação pelos bacilos (Ricardo, 1940, núm. 856) e o outro argumentava “em favor da cooperação dos beneficiados pela fortuna, com o Estado, para a solução do problema que a disseminação da tuberculose criou e que exige imediata solução” – uma vez que o Estado não possuía verbas o suficiente para construir tantos sanatórios quanto era preciso nem para dar assistência às famílias cujos provedores não podiam trabalhar por causa da doença, a S.P.E.S. pede que “pensem os ricos que os pobres são as alavancas que multiplicam as suas fortunas e não permitam que essas fontes de riqueza desapareçam tragadas pela peste branca” (A tuberculose [...], 1939, núm. 801).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto sanatorial de São José dos Campos foi fruto de um embate entre os atores políticos da elite local, que disputavam entre si diferentes visões de caminhos para urbanizar a cidade. A opção pelo investimento na atração de pessoas acometidas pela tuberculose foi a vencedora, tornando o município um dos principais centros especializados no seu tratamento. Ao mesmo tempo em que essa migração trazia preocupações sanitárias – já que ao menos 10% da população⁶² urbana estava diagnosticada com a doença contagiosa –, ela era a esperança para garantir a “modernização” (isto é, a urbanização) da cidade, para trazer o “progresso” à cidade até então pouco importante em termos econômicos e políticos: “foi justamente a doença que retirou de São José dos Campos o status de cidade morta” (Almeida, 2008, p.61), possibilitando que ela chegasse, décadas depois, ao posto de principal polo aeronáutico e de pesquisas aeroespaciais da América Latina (PMSJC, 2023).

A preocupação exposta pelas notícias do *Correio Joseense* em relação às infraestruturas sanitária e viária – a construção do sistema de abastecimento de águas, o calçamento das avenidas centrais e o embelezamento da Praça Afonso Pena – mostra que o ideal de urbanismo local estava na transição do consumo conspícuo para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento capitalista (Villaça, 2004). A finalidade dessas três obras era, por um lado, transformar a aparência pobre da cidade em uma paisagem bela e, por outro, lançar bases materiais que estimulassem o desenvolvimento da industrialização local, até então restrita a poucas fábricas de louças, cerâmicas e tecidos (Caldeira, 1934). Dessa forma, São José dos Campos apresenta-se como um caso específico de urbanização no interior de São Paulo, tendo como motor a tuberculose. A análise no período posterior ao compreendido neste trabalho, adentrando a década de 1940 e chegando à inauguração da Rodovia Presidente Dutra, pode revelar de forma mais explícita como se deu a transição da “cidade da doença” para a “cidade do avião”

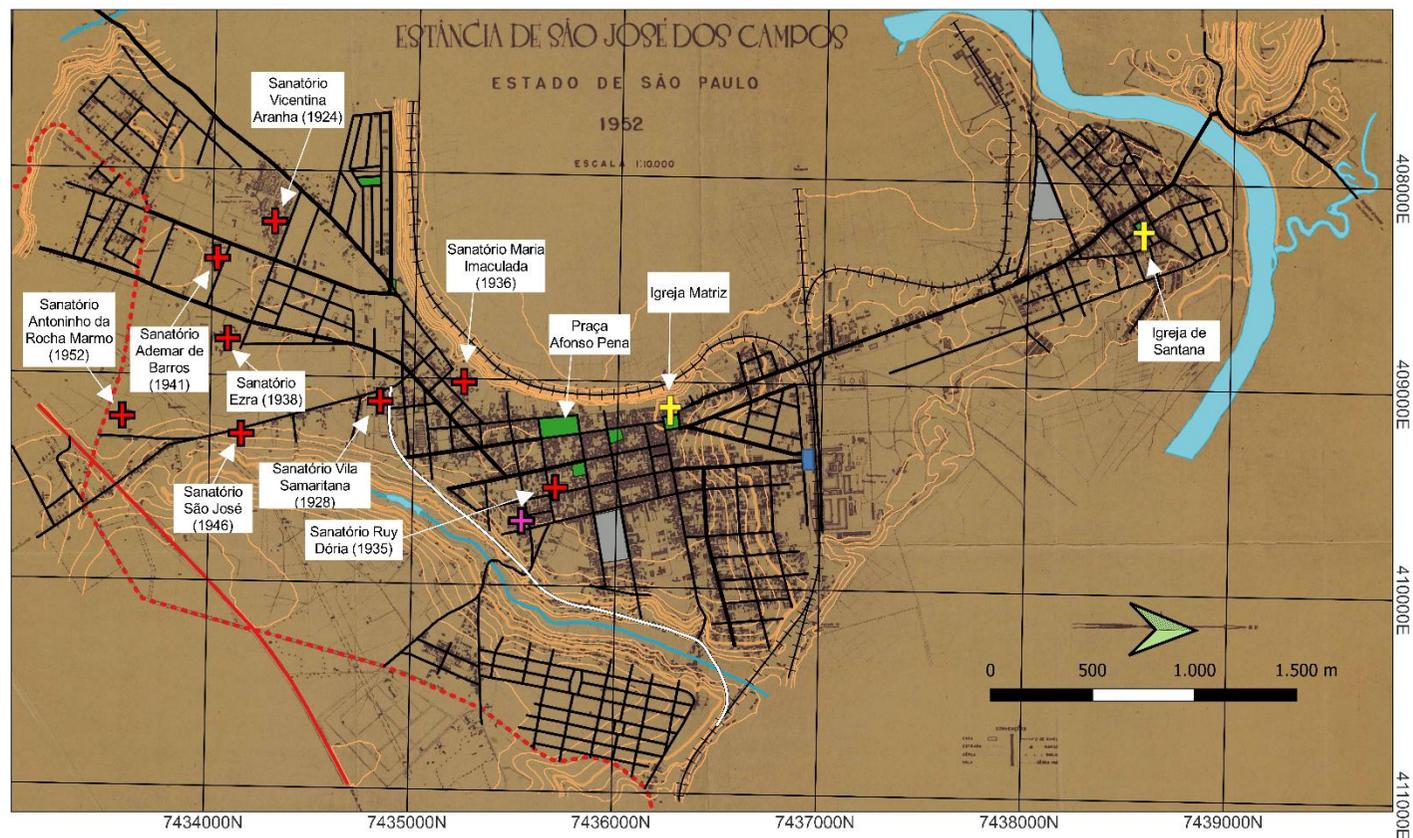
⁶² Há de se considerar a provável existência de subnotificação, por motivos já apontados.

num momento em que os avanços da medicina possibilitaram a redução do contágio pela tuberculose⁶³.

As transformações urbanas em São José dos Campos se realizaram num período de forte mudança estrutural da sociedade brasileira, quando o investimento nas políticas de industrialização se intensificou sob o governo Vargas. Exige-se, nesse momento, a mudança das formas e funções da cidade: passa a ser necessário possuir vias calçadas ou asfaltadas, para sustentar o tráfego de veículos; o abastecimento de água faz-se vital, seja para o consumo pela crescente população, seja para abastecer as indústrias; surgem os interesses imobiliários na construção de novos bairros e novas moradias para abrigar os novos habitantes. Todas essas alterações se processam por meio da mudança na forma da cidade. Em São José dos Campos, como foi exposto, as maiores preocupações eram a garantia do abastecimento perene de água e o calçamento de suas vias, a fim de evitar o pó levantado pelos veículos. A questão da moradia, apesar de não ter figurado nas fontes consultadas, apresenta-se indiretamente no Mapa 4, quando se nota a expansão da cidade em todas as direções ao longo da década de 1940: a norte, o distrito de Santana passa a ocupar mais terrenos às margens do Rio Paraíba do Sul; a leste, surge o loteamento da Vila Operária (atual bairro Monte Castelo) na margem direita do Córrego do Lavapés e próximo à antiga Estrada de Rodagem Rio-São Paulo; a sul/sudoeste, a elite passa a residir em terrenos da zona sanatorial, onde hoje estão localizados os bairros Jardim Nova América (loteado no final da década de 1940) e Vila Ema (já existente desde a década de 1930, próximo à Estrada Velha) (Fernandes; Kurkdjian, 2003).

⁶³ A aplicação da vacina BCG em crianças, que vinha ocorrendo desde a década de 1930, já reduzira as chances de contágio da geração nascida nessa década. Os avanços no tratamento quimioterápico da tuberculose ao longo das décadas de 1940 e 1950 reduziram a necessidade de longas internações, colocando em xeque a utilidade dos sanatórios, que foram fechados e demolidos ou tornaram-se hospitais gerais nas décadas seguintes (Belcufiné, 2001). O título de estância, no entanto, se manteve até 1977 (São Paulo, 1977), devido ao interesse do governo federal em manter seu poder de nomeação do dirigente da cidade onde estava instalado o Centro Técnico da Aeronáutica (Faro, 2008).

Mapa 4 – Planta da Estância de São José dos Campos (1952)



Legenda

Localidades

- + Sanatório
- + Santa Casa
- + Igreja
- Estação ferroviária

- Cemitério Municipal
- Praça

Hidrografia

- Rios e córregos

Hipsometria

- Curva mestra
- Curva intermediária

Sistema viário

- Avenida
- Rua
- Rodovia Presidente Dutra
- Ferrovia (EFCB)
- Antigo leito da EFCB
- Estrada de Rodagem Rio-S. Paulo

Escala de representação 1:20.000

Escala de mapeamento 1:10.000

Autor original: Eng. Mario Ribeiro da Cruz
Elaborado por: SANTOS, Gustavo Palma de Andrade (2023)

Equidistância das curvas de nível: 5 metros
Origem da quilometragem: Equador e Meridiano 0°
Datum: SIRGAS 2000 / UTM Zona 23S
Fontes: APESP (2023) e Prince (2010)

O avanço da elite em direção à ocupação dos terrenos da zona sanatorial mostrou que as restrições de uso impostas pela lei de zoneamento de 1932 resultaram na criação de uma reserva de terras, que passou a ser explorada com a redução do problema da tuberculose⁶⁴. Além desse uso, as terras reservadas para um futuro bairro sanatorial a sul da Estrada de Rodagem Rio-São Paulo (Mapa 3), numa área conhecida como Campo dos Alemães, foi entregue ao Exército Brasileiro para a construção do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA) em 1950, o qual iniciou a criação do polo aeronáutico e aeroespacial da cidade, consolidado com a instalação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Embraer nesse mesmo terreno na década de 1960.

A chegada de migrantes acometidos pela tuberculose motivou a mudança na estrutura econômica municipal da cidade por meio da dinamização da economia urbana e das rendas advindas do poder estadual. Além do grande número de doentes estimular a criação de pensões, sanatórios e farmácias na cidade, parte desses migrantes, que possuíam elevada taxa de alfabetização e trabalhavam em diversas profissões, ficaram na cidade após sua recuperação, auxiliando na diversificação econômica local e na redução das perdas populacionais causadas pela migração da mão de obra rural em direção ao Oeste Paulista (Almeida, 2008). A abertura da Rodovia Presidente Dutra, na década de 1950, fortaleceu o processo de industrialização, pois a facilidade de conexão com as duas principais metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) atraiu plantas de indústrias estrangeiras, como Johnson&Johnson, Ericsson e General Motors (Bondesan, 1967, pp.170-171).

As disputas em relação às visões da cidade se davam sobretudo entre os membros da elite, que possuíam poder político para trazerem suas opiniões e discuti-las. O *Correio Joseense* aparece como um ator importante no debate público – já que a sua constante defesa das obras de infraestrutura urbana como veículos para trazer o “progresso” pode ser vista como uma tentativa de incutir em seus leitores uma psicosfera favorável à modernização da cidade (Santos, 1997) –, apesar de não possuir o poder de tomada de decisões. Suas opiniões sobre as

⁶⁴ De acordo com Belcufiné (2001), a mortalidade por tuberculose na cidade, que atingira valores superiores a 1.000,00 óbitos por 100 mil habitantes entre 1937 e 1946, reduz-se progressivamente a partir de 1947. Em 1952, ano de produção do Mapa 4, ela estava em torno de 427,00 óbitos por 100 mil habitantes, e em 1965 ela chega a valores inferiores a 100,00 óbitos, patamar nunca mais alcançado novamente até 2001.

transformações na cidade apenas foram levadas à cabo especialmente quando eram de interesse também da prefeitura, como no caso da desavença com o Departamento de Municipalidades do governo do estado em relação ao local de instalação da estação de tratamento de águas. Nos casos em que a opinião do jornal se colocava na oposição ao governo municipal, como na criação da Prefeitura Sanitária, suas argumentações não foram o suficiente para barrar decisões. A partir de novembro de 1937, quando foi instaurado o Estado Novo, os conflitos entre as alas políticas parecem ter sido amenizados devido à centralização de poder e ao fechamento da Câmara Municipal, e o *Correio* passa a ter como foco de suas notícias o combate à tuberculose (pela publicação das propagandas de educação sanitária e divulgação das reuniões do Centro de Saúde), o apoio às instituições locais (a divulgação da quermesse da LASCT e da Santa Casa) e a divulgação das obras empreendidas pelo prefeito José Longo.

Conclui-se, portanto, que o processo de urbanização de São José dos Campos apresenta uma característica peculiar: ele foi estimulado e abalizado pela doença. O espaço da cidade foi profundamente alterado no período entre 1935 e 1941 pela mudança nos sistemas de ações (a mudança da condição de ente administrativo e as novas preocupações com a doença geradas por ela) e nos sistemas de objetos (a construção de novos sanatórios e as obras de infraestrutura urbana), resultando na mudança estrutural da cidade que ajudou a engendrar seu processo de industrialização nas décadas seguintes. A Prefeitura Municipal havia investido desde o início do século XX em propagandear a suposta “cura milagrosa” proporcionada pelos “bons ares” da cidade. A inauguração do Sanatório Vicentina Aranha, em 1924, fomenta ainda mais a atração de doentes, garantindo a transformação do município em Prefeitura Sanitária e em Estância Climatérica. Apesar da falta de consenso sobre as vantagens de se renunciar à autonomia do poder executivo local, foi possível notar que a oposição, representada pelo *Correio Joseense*, reconheceu os benefícios da realização das obras de urbanização. A ditadura estadonovista também teve importante papel na garantia das obras, pois o fechamento da Câmara Municipal, apesar de suprimir as discussões políticas democráticas, eliminou a existência de opositores que pudessem barrar a execução das intervenções urbanas – com o fechamento da Câmara, não existiriam mais questionamentos ao valor das obras, como ocorreu na questão do ajardinamento da

Praça Afonso Pena, o qual teria sido suspenso por intrigas políticas da “ala donatista”, apesar de o redator do *Correio* reconhecer posteriormente que a obra era mais dispendiosa do que deveria.

A fase sanatorial de São José dos Campos possui grande importância para a história da cidade. Esse período foi apagado pela historiografia municipal por diversas décadas, em favor da construção de um discurso que valorizava sua “vocação industrial” e “aeroespacial”. Fato claro e bem ilustrativo dessa escolha é a imagem da bandeira municipal (Figura 19), instituída como símbolo do município em 1960, que traz a engrenagem como uma alusão às suas fábricas. A abertura do antigo terreno do Vicentina Aranha como parque público em 2007 e o início da restauração de seus pavilhões, no entanto, trouxe novo interesse da população pela história local. Esse espaço, outrora marcado pela doença e pelo medo, tornou-se um equipamento de lazer e cultura que rememora o passado do município.

Figura 19 – Bandeira municipal de São José dos Campos



Fonte: PMSJC, 2012

7. BIBLIOGRAFIA

Referências bibliográficas

- ABIKO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco Antonio Plácido de; BARREIROS, Mário Antônio Ferreira. **Urbanismo: história e desenvolvimento**. São Paulo: Epusp, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4405055/mod_resource/content/2/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf>. Acesso: 22 mar. 2023.
- ALMEIDA, Valéria Zanetti de. **Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BAPTISTA, Caio Dias. **Aspectos do Vale do Paraíba e do seu reerguimento no governo Adhemar de Barros**. Taubaté: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo, 1940.
- BELCUFINÉ, Douglas Carlyle. São José dos Campos na fase sanatorial: humanidade e determinação. In: ZANETTI, Valéria (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 39-50 (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 4).
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4a ed. 9a. reimpr. São Paulo, SP: Editora Ática, 2006. (Série História em Movimento).
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 248p. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/4>>. Acesso: 29 set. 2022.
- BONDESAN, Altino. **São José em quatro tempos**. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna Editora, 1967.
- BRASIL. **Decreto-Lei N° 37, de 2 de dezembro de 1937**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 13 jun. 2023.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, vol. 1, p. 105-11, 1982. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47072>>. Acesso: 10 mar. 2020.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. 2 reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando a Geografia)
- CARNEIRO, Fausto. Capítulo 4 – Sete meses de mandato. In: QUEIROZ, Alberto V. (Org.). **Com a palavra, o prefeito: perfis e depoimentos dos políticos que governaram São José dos Campos na segunda metade do século 20**. São José dos Campos: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2008. p. 64-69. Disponível em: <<https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2023/11/14/livro-com-a-palavra-o-prefeito/>>. Acesso: 27 jul. 2023.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. 5a ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2000.
- CHUSTER, Victor. Zoneamento e Urbanização da cidade de São José dos Campos na fase sanatorial. In: ZANETTI, Valéria (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 133-162 (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 4).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FARO, Irênio de. Capítulo 3 – Um seresteiro no comando da cidade. In: QUEIROZ, Alberto V. (Org.). **Com a palavra, o prefeito**: perfis e depoimentos dos políticos que governaram São José dos Campos na segunda metade do século 20. São José dos Campos: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2008. p. 43-63. Disponível em: <<https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2023/11/14/livro-com-a-palavra-o-prefeito/>>. Acesso: 04 dez. 2023.

FERNANDES, Marilne T. M.; KURKDJIAN, Maria de Lourdes N. O. Estudo de macro-segregação residencial na cidade de São José dos Campos, através da fotointerpretação. In: XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Belo Horizonte, 2003. **Anais....** São José dos Campos: INPE, 2003. p. 1781-1783. Disponível em: <http://martem.sid.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.17.23.49/doc/14_355.pdf>. Acesso: 14 nov. 2023.

FIOCRUZ. Victor Godinho. In: Acervo de Correspondências Científicas. **Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz**. s./d. Disponível em: <<https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/acervos/correspondencias/correspondencia-cientifica/victor-godinho>>. Acesso: 15 set. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIRARDI, Gisele. Cartografia Geográfica: entre o “já-estabelecido” e o “não-mais-suficiente”. **Revista Ra’e Ga**, v. 30, p. 65-84, abr./2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/36083>>. Acesso: 21 dez. 2023.

HARVEY, David. “A destruição criativa da terra”. In: **O enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 117-150.

HOSPÍCIO de Pedro II. In: **DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Internet: Fiocruz, s./d. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/hospedro.htm>>. Acesso: 08 ago. 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7a ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. 363p.

LEITE, Maiara Sanches; OLIVEIRA, Robson Silva; ZANETTI, Valéria Regina. O clima que cura, a cidade que acolhe: As transformações na paisagem urbana de São José dos Campos entre 1900 – 1950. **Faces da História**, Assis/SP, v.9, n.2, p. 298-319, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/2345>>. Acesso: 13 abr. 2023.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACEDO, Heloisa Werneck de. Capítulo 4 – *Balantidium coli*. In: _____. **Apostila de parasitologia humana**. Rio de Janeiro: Online, 2010. p. 1-6. Disponível em: <https://www.professores.uff.br/yaraadami/wp-content/uploads/sites/155/2017/10/7ApostHWM_Parasito_Parte_I_-_Bcoli_R1.pdf>. Acesso: 14 nov. 2023.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista De Geografia**, n. 50, p. 83-102, 1976. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1123>>. Acesso: 12 mar. 2022.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial** (vol. II – 1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **As ações higienistas e a tuberculose em São Paulo (1890-1924)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/919834>>. Acesso: 29 set. 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Norma da especificação técnica para aquisição de dados geoespaciais vetoriais de defesa da força terrestre (ET-ADGV DEFESA F Ter)**. Brasília, DF: Diretoria de Serviço Geográfico do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, 2006. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~deni_ern/CD2020/A1/ET_ADGV_2a_Edicao_2016_Textual_Anexo_A_Assinado.pdf>. Acesso: 24 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU-Habitat: população mundial será 68% urbana. **Nações Unidas Brasil**, online, 2023. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-populacao-mundial-sera-68-urbana-ate-2050>>. Acesso: 16 nov. 2023.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004. 248p. (Coleção Demographicas, v.1)

OLIVEIRA, Vanessa Cristina Moraes; PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria. A Elevação da Aldeia de São José do Parahyba em 1767: o papel das Vilas e Aldeias paulistas no contexto político do Brasil Colonial. In: PAPALI, Maria Aparecida (Org.). **São José dos Campos: de Aldeia a Cidade**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 75-92. (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 3).

PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. **Concinnitas**, vol. 2, n. 33, p.103-113, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/39850>>. Acesso: 30 nov. 2023.

PMSJC (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS). Informações turísticas. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos**, online, 2023. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/inovacao-e-desenvolvimento-economico/turismo/informacoes-turisticas/>>. Acesso: 16 nov. 2023.

PMSJC (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS). **São José em Dados – 2012**. Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Secretaria de Planejamento Urbano, online, 2012. Disponível em: <https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojoseemdados4_fev.pdf>. Acesso: 12 nov. 2023.

PRINCE, Ana Enedi. São José dos Campos e Campos do Jordão: contextos senatoriais. In: ZANETTI, Valéria (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 309-327. (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 4).

QUADRO, Carlos Eduardo; COSTA, Suelle França; SILVA, Douglas Almeida; ZANETTI, Valéria. O espírito empreendedor: São José dos Campos vendendo saúde (1890-1940). In: ZANETTI, Valéria (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 259-284 (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 4).

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, vol. 8, n. 2, p. 154-161, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>>. Acesso: 23 fev. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1993. (Temas, 29. Geografia e política)

RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Constitucionalista de São Paulo. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. s./d. a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-constitucionalista-de-sao-paulo>>. Acesso: 14 nov. 2023.

RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Republicano Paulista (PRP). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. s./d. b. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>>. Acesso: 14 nov. 2023.

RAMOS, Reinaldo. Necrológio – Professor Rodolfo dos Santos Mascarenhas 1909-1979. **Revista de Saúde Pública**, vol. 13, n. 3, set./1979. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/j9xntBRJChTFxbqCjgcwqNB/>>. Acesso: 07 nov. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos, 203)

ROSEMBERG, Ana Margarida Furtado Arruda. **Guerra à peste branca: Clemente Ferreira e a “Liga Paulista contra a Tuberculose” 1899-1947**. 2008. 249f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13055>>. Acesso: 29 set. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 10 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. (Coleção Milton Santos, vol. 1)

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1997. (Espaços)

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, ano VI, n. 16, p.251-261, jan./abr. 2005. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>>. Acesso: 29 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3a ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1997. 190p. (Geografia: teoria e realidade, 25)

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei N° 138, de 23 de novembro de 1951**. Estância de São José dos Campos, 1951. Disponível em: <<https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L1381951.html>>. Acesso: 20 jul. 2023.

SÃO PAULO. **Constituição Estadual de 1935**. São Paulo, SP, 1935a. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-anteriores/constituicao-estadual-1935/>>. Acesso: 15 jul. 2023.

SÃO PAULO. **Decreto N. 5.944, de 13 de junho de 1933**. São Paulo, SP, 1933. Disponível em:

- <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5944-13.06.1933.html>>. Acesso: 13 abr. 2023.
- SÃO PAULO. **Decreto N° 6.501, de 19 de junho de 1934**. São Paulo, SP, 1934. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=130659>>. Acesso: 29 set. 2022.
- SÃO PAULO. **Decreto N° 7.007, de 12 de março de 1935**. São Paulo, SP, 1935b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-7007-12.03.1935.html>>. Acesso: 8 nov. 2022.
- SÃO PAULO. **Decreto N° 9.716, de 9 de novembro de 1938**. São Paulo, SP, 1938. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9716-09.11.1938.html>>. Acesso: 13 abr. 2023.
- SÃO PAULO. **Decreto-Lei N° 12.335 de 26 de novembro de 1941**. São Paulo, SP, 1941. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1941/decreto.lei-12335-26.11.1941.html>>. Acesso: 18 jul. 2023.
- SÃO PAULO. **Lei N° 1.402, de 05 de outubro de 1977**. São Paulo, SP, 1977. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1977/original-lei-1402-05.10.1977.html>>. Acesso: 13 abr. 2023.
- SÃO PAULO. **Lei N° 2.140, de 01 de outubro de 1926**. São Paulo, SP, 1926. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1926/lei-2140-01.10.1926.html>>. Acesso: 29 set. 2022.
- SÃO PAULO. **Lei n. 2.484, de 16 de dezembro de 1935**. São Paulo, SP, 1935c. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei-2484-16.12.1935.html>>. Acesso: 18 jul. 2023.
- SEMETKO, Holli A. VALKENBURG, Patti M. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. **Journal of Communication**, v. 50, n. 2, p. 93-109, jun., 2000. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>>. Acesso: 01 out. 2022.
- SILVA, Antonio Carlos Oliveira da. **Diversão e sobrevivência: sociabilidades em São José dos Campos (1930-1940)**. 2009. 176p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2015/07/DIVERSÃO-E-SOBREVIVÊNCIA.pdf>>. Acesso: 07 nov. 2023.
- SILVA, Luciana Meire. Cidades Mortas: o declínio da “civilização cafeeira” no Vale do Paraíba segundo a elite agrária decadente. **Ideias**, v. 3, n. 1, p. 289-305, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649373>>. Acesso: 22 ago. 2023.
- SILVA, Shirley Gomes; VIEIRA, Solange; ZANETTI, Valéria; MARTINS, Nara Núbia; RIBEIRO, Diovane. A fundação da cidade de São José dos Campos. In: PAPALI, Maria Aparecida (Org.). **São José dos Campos: de Aldeia a Cidade**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 31-74. (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 3).
- SJC ANTIGAMENTE. **Sanatório Ezra**. Internet: SJC Antigamente, s./d. Disponível em: <<https://www.sjcantigamente.com.br/sanatorio-ezra/>>. Acesso: 14 nov. 2023.

SOARES, Luiz Laerte. **Transformações urbanas em São José dos Campos no período do Estado Novo**. 2007. 161p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos – SP, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.univap.br/dados/000002/00000201.pdf>>. Acesso: 04 ago. 2022.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 450-464.

TOLEDO, Francisco Soderó. Taubaté como palco, o Vale do Paraíba como cenário. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento**, v. 4, n. 3, 2008. Disponível em: <<https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/157>>. Acesso: 22 ago. 2023.

VIANNA, Paula Carnevale. A Estância Climática de São José dos Campos: condição natural ou construção social? Um resgate pela memória. In: ZANETTI, Valéria (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 51-72 (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 4).

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.171-243.

ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria Aparecida; OLMO, Maria José Acedo del; VIANNA, Paula V. Carnevale. O Boletim Médico: prescrição dos tisiólogos para a cura da cidade de São José dos Campos (1930-1935). **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 719-737, jul./set. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ks5qfGnzZvCwKD7dnJLT7pF/>>. Acesso: 17 set. 2022.

Fontes primárias

A CARTA aberta. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 739, ano XIII, 05 out. 1937.

A ELEIÇÃO de hoje. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 699, ano XII, 30 ago. 1936.

A ELEIÇÃO do directorio do Partido Constitucionalista. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 661, ano XI, 17 nov. 1935.

A FALTA d'água na cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 618, ano XI, 24 fev. 1935.

A GRANDE visita. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 887, ano XVII, 27 abr. 1941.

A INSTALAÇÃO da Camara Municipal de São José dos Campos terá logar no dia 26. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 701, ano XII, 13 set. 1936a.

A INSTALAÇÃO da Camara Municipal. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 696, ano XII, 09 ago. 1936b.

A INSTALAÇÃO da Camara: A posse dos vereadores terá logar no dia 26, as 16 horas, no edificio da Escola Normal, sob a presidencia do Dr. Juiz de Direito da Comarca. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 702, ano XII, 20 set. 1936c.

A LEI Orgânica dos Municípios e a emenda 103. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 662, ano XI, 24 nov. 1935a.

A LEI orgânica dos Municípios. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 665, ano XI, 15 dez. 1935b.

A MUDANÇA da Prefeitura para o prédio da Rua 15. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 877, ano XVII, 02 fev. 1941.

A NOSSA defesa. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 681, ano XII, 19 abr. 1936.

A NOSSA terra sempre esquecida!. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 794, ano XIV, 08 dez. 1938.

A NOVA iluminação da Rua 15. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 836, ano XV, 31 dez. 1939.

A PALESTRA do Dr. José Rosemberg na reunião de segunda-feira no Centro de Saúde. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 818, ano XV, 27 jul. 1939.

A PRESIDENCIA da Camara dos Deputados. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 723, ano XIII, 09 maio 1937.

A REUNIÃO semanal do Centro de Saúde. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 819, ano XV, 03 ago. 1939.

A SAUDE do povo. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 763, ano XIV, 03 abr. 1938.

A SITUAÇÃO política local. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 656, ano XI, 13 out. 1935.

A TUBERCULOSE em São Paulo. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 801, ano XV, 05 fev. 1939.

A.B.C. A agua da cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 672, ano XII, 09 fev. 1936.

AGUA empoçada na Rua 15 – Com vistas à Prefeitura. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 765, ano XIV, 17 abr. 1938.

AINDA a nossa defesa. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 682, ano XII, 26 abr. 1936.

AINDA as obras da Prefeitura. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 869, ano XVI, 17 nov. 1940.

AINDA o caso do jardim da Praça Affonso Penna. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 742, ano XIII, 28 out. 1937.

AJARDINAMENTO da Praça Affonso Penna. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 790, ano XIV, 30 out. 1938.

AMARAL, João F. **Relatório apresentado sobre a Inspeção Sanitária de São José dos Campos**. Quintanista da Faculdade de Medicina de São Paulo. São Paulo, 1930.

ANCHIETA. Sant'Anna e Santa Cruz, Municipio. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 623, ano XI, 05 abr. 1935.

AS ELEIÇÕES aqui realizadas decorreram na mais completa calma. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 678, ano XII, 22 mar. 1936a.

AS ELEIÇÕES de hoje. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 677, ano XII, 13 mar. 1936b.

- AS PRIMEIRAS provocações. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 737, ano XIII, 12 set. 1937.
- ASSENTAMENTO da pedra fundamental do novo pavilhão do Sanatorio Ezra. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 855, ano XVI, 21 jul. 1940.
- ATÉ o sr. Bento! **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 741, ano XIII, 21 out. 1937.
- AUTORISADO pelo Ministerio da Viação a collocação das linhas de extenção no antigo leito da E.F.C.B. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 848, ano XVI, 21 abr. 1940.
- AV. DR. Mario Galvão. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 726, ano XIII, 06 ago. 1937.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos. Volume VI - 1920.** Campinas: NEPO (Núcleo de Estudos de População), 1998. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1920.pdf>>. Acesso: 10 set. 2022.
- BIDOLI, Humberto. Liga de Assistencia Social. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 712, ano XII, 29 nov. 1936.
- CALDEIRA, João Netto. **Álbun de São José dos Campos.** São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1934. 262p.
- CAMPANHA pró sanatorio. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 765, ano XIV, 17 abr. 1938.
- CAPRICHOS que se não justificam. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 762, ano XIV, 20 mar. 1938.
- CENTRO de Saúde. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 853, ano XVI, 30 jun. 1940.
- CERDEIRA, Arnaldo dos Santos. Partido Constitucionalista. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 720, ano XIII, 04 abr. 1937.
- CONCEDIDO o auxilio à Prefeitura local para o calçamento da cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 915, ano XVII, 23 nov. 1941.
- CURA e milagre. **Boletim Médico**, S. José dos Campos, n. 4, ano I, jul. 1933.
- CUSPINDO para o ar. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 739, ano XIII, 05 out. 1937.
- DE SOPHISMAS vive a "A Tribuna". **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 745, ano XIII, 21 nov. 1937.
- DIVERSOS bairros e ruas beneficiados com a illuminação publica. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 801, ano XV, 05 fev. 1939.
- ELEIÇÃO de Camara. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 673, ano XII, 16 fev. 1936a.
- ELEIÇÃO de Camara. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 675, ano XII, 01 mar. 1936b.
- ELEIÇÃO municipal. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 661, ano XI, 17 nov. 1935.
- EM 1884 era conhecida e divulgada a excellencia do nosso clima e em assim a topographia da nossa cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 831, ano XVI, 12 nov. 1939.

ESTÃO sendo feitos serviços de melhoramento do abastecimento d'água à cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 627, ano XI, 19 maio 1935.

ESTEVE agitadíssima a sessão ordinária da Câmara, realizada ontem. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 704, ano XII, 04 out. 1936.

EXMO. SNR. Prefeito Sanitário de São José dos Campos. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 651, ano XI, 22 set. 1935.

EXPERIÊNCIAS feitas nos reservatórios de abastecimento de água. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 858, ano XVI, 18 ago. 1940.

FLÓRIO, João. **Relatório da inspeção preliminar do município e estância climática de São José dos Campos**. Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo; Divisão de Serviço do Interior, 1944.

FOI INSTALLADO no Centro de Saúde um aparelho de raios X "Manoel de Abreu" – sua finalidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 853, ano XVI, 30 jun. 1940.

GANGORRA política – O snr. Donato Mascarenhas Filho tem um pé no P.R.P. e outro no P.C.. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 728, ano XIII, 27 jun. 1937.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico** – População e Habitação. Série regional, pt. XVII – São Paulo, t. 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t1_sp.pdf>. Acesso: 10 set. 2022.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Estado de São Paulo** – Censo Demográfico. Série regional, vol. XXV, t. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v25_t1_sp.pdf>. Acesso: 10 set. 2022.

ILLUMINAÇÃO Pública. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 670, ano XII, 26 jan. 1936.

INSOLUVEL o problema da água. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 760, ano XIV, 06 mar. 1938.

INSOLUVEL o problema da água?. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 711, ano XII, 22 nov. 1936.

LIGA da Assistência e Combate à Tuberculose. **Boletim Médico**, S. José dos Campos, n. 30 e 31, ano III, dez. 1935 – jan. 1936.

LIGA de Assistência Social e Combate à Tuberculose. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 685, ano XII, 17 maio 1936a.

LIGA de Assistência Social e Combate à Tuberculose. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 686, ano XII, 24 maio 1936b.

LIGA de Assistência Social e Combate à Tuberculose. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 700, ano XII, 06 set. 1936c.

LUZ PARA a rua Cavalho de Araujo. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 847, ano XVI, 14 abr. 1940.

MAIA, Eduardo Santos. Ó tempos! Ó costumes... **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 883, ano XVII, 23 mar. 1941a.

- MAIA, Eduardo Santos. Um prefeito perfeito. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 880, ano XVII, 23 fev. 1941b.
- MAIS um dia de intensa animação nas barracas da Kermesse. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 774, ano XIV, 23 jun. 1938.
- MANIFESTO ao eleitorado. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 676, ano XII, 08 mar. 1936.
- MÁRA, Léa. Homem de bôa vontade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 882, ano XVII, 16 mar. 1941.
- MELHORAMENTOS locais. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 702, ano XII, 20 set. 1936.
- MEMORIAL enviado às autoridades do Estado. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 788, ano XV, 16 out. 1938.
- MONTEIRO, Napoleão. A candidatura do snr. Armando de Salles Oliveira à presidência da Republica. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 727, ano XIII, 13 jun. 1937.
- MORAES, Dr. Carlos Vieira de. Comunicado da Unidade Sanitaria de São José dos Campos – Aprovação de plantas. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 750, ano XIII, 26 dez. 1937.
- MORAES, Dr. Carlos Vieira de. Comunicado N.º 17, em 22 de Dezembro de 1938. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 797, ano XV, 01 jan. 1939.
- NO CENTRO de Saúde. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 817, ano XV, 20 jul. 1939.
- NOVO jardim. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 675, ano XII, 01 mar. 1936.
- O ABASTECIMENTO d'água. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 658, ano XI, 27 out. 1935.
- O AJARDINAMENTO da Praça Affonso Penna. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 706, ano XII, 18 out. 1936.
- O CALÇAMENTO da cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 626, ano XI, 02 maio 1935.
- O CALÇAMENTO da cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 899, ano XVII, 27 jul. 1941.
- O CALÇAMENTO da Rua 15. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 679, ano XII, 02 abr. 1936a.
- O CALÇAMENTO da Rua 15. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 696, ano XII, 09 ago. 1936b.
- O CENTRO de Saúde amplia suas instalações – O dispensário para tuberculosos. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 825, ano XV, 28 ago. 1939.
- O CENTRO de Saúde local. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 794, ano XIV, 08 dez. 1938.
- O CINEMA local. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 837, ano XVI, 07 jan. 1940.
- O DEPLORAVEL estado em que se encontra a Avenida Dr. Mario Galvão. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 612, ano XI, 13 jan. 1935.

- O FECHAMENTO do cinema local. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 819, ano XV, 03 ago. 1939.
- O FECHAMENTO do cinema. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 844, ano XVI, 17 mar. 1940a.
- O FECHAMENTO do cinema. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 847, ano XVI, 14 abr. 1940b.
- O FRACASSO da mentira e a victoria da verdade! **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 743, ano XIII, 07 nov. 1937.
- O INICIO da kermesse em beneficio da Santa Casa e da Liga de Assistencia Social. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 772, ano XIV, 05 jun. 1938.
- O INTERVENTOR federal em São José dos Campos. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 878, ano XVII, 09 fev. 1941.
- O LAMENTAVEL estado em que se encontra a Avenida Dr. Mario Galvão. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 626, ano XI, 02 maio 1935.
- O LASTIMAVEL estado em que se encontra a Avenida Dr. Mario Galvão. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 625, ano XI, 18 abr. 1935.
- O MAU estado de conservação da Praça Affonso Penna. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 629, ano XI, 04 jun. 1935.
- O NOVO cinema. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 851, ano XVI, 26 maio 1940.
- O P.R.P. solidario com o Snr. Getulio Vargas. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 724, ano XIII, 16 maio 1937.
- O PÓ das ruas. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 630, ano XI, 16 jun. 1935a.
- O PÓ das ruas. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 665, ano XI, 15 dez. 1935b.
- O PÓ das ruas. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 782, ano XIV, 04 set. 1938.
- O PROBLEMA da agua – O maior responsavel pela nossa situação. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 671, ano XII, 02 fev. 1936a.
- O PROBLEMA da agua – Serviço de emergencia que se eternisa. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 712, ano XII, 29 nov. 1936b.
- O PROBLEMA da agua e o nosso ponto de vista. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 674, ano XII, 23 fev. 1936c.
- O PROBLEMA da tuberculose – Mais uma reunião realizada no Centro de Saúde. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 816, ano XV, 13 jul. 1939a.
- O PROBLEMA da tuberculose e o cinema local. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 812, ano XV, 25 maio 1939b.
- O PROBLEMA da tuberculose em S. José dos Campos. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 770, ano XIV, 22 maio 1938.
- O RESULTADO das eleições do dia 15. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 679, ano XII, 02 abr. 1936.
- O SERVIÇO de abastecimento d'água à cidade precisa ser atacado o mais breve possivel. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 754, ano XIV, 23 jan. 1938.

OS HABITANTES do Districto de Sant'Anna insurgiram-se contra a retirada dos canos da linha adductora do Reservatorio da Boa Vista. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 726, ano XIII, 06 jun. 1937.

OS MELHORAMENTOS da Av. dr. Mario Galvão. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 690, ano XII, 21 jun. 1936.

OS ULTIMOS acontecimentos politicos. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 744, ano XIII, 14 nov. 1937.

OS ULTIMOS dias da Kermesse em beneficio da Santa Casa e da Liga de Assistencia Social. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 775, ano XIV, 30 jun. 1938.

PAVILHÃO de Hygiene. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 630, ano XI, 16 jun. 1935.

PEDIDOS de informações, não no interesse publico, mas, para pura e simples politicagem. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 738, ano XIII, 26 set. 1937.

POLITICA local. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 673, ano XII, 16 fev. 1936.

PORQUE estão paralisados os serviços referentes ao abastecimento de agua à cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 752, ano XIV, 09 jan. 1938.

PRECISAMOS de um sanatorio para tuberculosos pobres. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 647 ano XI, 18 ago. 1935a.

PRECISAMOS de um sanatorio para tuberculosos pobres. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 648, ano XI, 25 ago. 1935b.

PRECISAMOS de um sanatorio para tuberculosos pobres. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 649, ano XI, 01 set. 1935c.

PRECISAMOS de um sanatorio para tuberculosos pobres. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 650, ano XI, 15 set. 1935d.

PREFEITURA sanitária. **Boletim Médico**, S. José dos Campos, n. 3, ano I, jun. 1933.

PREFEITURA sanitaria. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 614, ano XI, 27 jan. 1935a.

PREFEITURA sanitaria. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 622, ano XI, 24 mar. 1935b

PROSEGUEM animados os trabalhos de abastecimento de agua à cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 802, ano XV, 12 fev. 1939.

PROSEGUEM animados os trabalhos preparativos da Grande Kermesse em beneficio da Santa Casa de Misericordia e da Liga de Assistencia Social e Combate à Tuberculose. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 767, ano XIV, 01 maio 1938.

RICARDO, Aristides. O perigo da tuberculose. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 856, ano XVI, 28 jul. 1940.

SANATORIO "Ezra". **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 644, ano XI, 21 jul. 1935a.

SANATORIO "Villa Samaritana". **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 737, ano XIII, 12 set. 1937.

SANATORIO Ezra. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 708, ano XII, 01 nov. 1936.

SANATORIO Maria Imaculada. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 656, ano XI, 13 out. 1935b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Acto 328. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 693, ano XII, 19 jul. 1936a.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Acto N. 300. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 652, ano XI, 29 set. 1935.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Acto N.º 7. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 761, ano XIV, 13 mar. 1938a.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Aprovação de Plantas de Construção. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 787, ano XIV, 09 out. 1938b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Aviso ao publico. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 746, ano XIII, 28 nov. 1937a.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Aviso. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 859, ano XVI, 01 set. 1940.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Aviso. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 881, ano XVII, 02 mar. 1941a.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Conselho Consultivo da Prefeitura Sanitaria de São José dos Campos. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 693, ano XII, 19 jul. 1936b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Desapropriação do Pavilhão de Hygiene. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 697, ano XII, 16 ago. 1936c.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Edital – Concorrência Publica para a venda de uma área de terra no Campo dos Allemães para a construção de um Sanatorio. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 733 ano XIII, 01 ago. 1937b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Edital – Concorrência Publica para apresentação de projecto definitivo e construcção de um jardim na Praça Affonso Penna. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 719, ano XIII, 21 mar. 1937c.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Edital de notificação – Obrigoriedade de ligação de agua. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 878, ano XVII, 09 fev. 1941b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei N.º 14. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 733, ano XIII, 01 ago. 1937d.

SERÁ legal o imposto sobre “execução de calçamento” exigido pela prefeitura?. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 693, ano XII, 19 jul. 1936.

SERVIÇO de abastecimento de agua. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 780, ano XIV, 21 ago. 1938a.

SERVIÇO de abastecimento de agua. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 783, ano XIV, 11 set. 1938b.

SOCEGA... Léo. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 739, ano XII, 05 out. 1937.

SURTO de progresso. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 857, ano XVI, 04 ago. 1940.

TEREMOS eleição de Camara? **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 656, ano XI, 13 out. 1935.

UM APPELLO. **Boletim Médico**, S. José dos Campos, n. 10, ano I, fev. 1934.

UMA GRANDE reunião no Centro de Saúde para tratar os importantes problemas que dizem respeito à tuberculose. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 815, ano XV, 22 jun. 1939.

UMA SITUAÇÃO tremenda. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 611, ano XI, 06 jan. 1935.

VIDA higienica. **Boletim Médico**, S. José dos Campos, n. 9, ano I, jan. 1934.

VIDA moderna e molestias mentais. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 831, ano XV, 12 nov. 1939.

VILLA Maria precisa de iluminação. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 777, ano XIV, 21 jul. 1938a.

VILLA Maria precisa de iluminação. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 778, ano XIV, 28 jul. 1938b.

VIRTUALMENTE concluido o serviço de abastecimento de agua à cidade. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 877, ano XVII, 02 fev. 1941.

VISITA às obras de construcção do reservatorio d'água e outras dependencias. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 814, ano XV, 16 jun. 1939.

VOTO livre: Vote na chapa Ruy Doria – Arnaldo Cerdeira. **Correio Joseense**, São José dos Campos, núm. 658, ano XI, 27 out. 1935.